



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudo Sociais e Políticos

Ingrid Peregrini Pacheco Pimentel

**Parlamentares no ambiente digital: a influência das novas tecnologias de
comunicação *online* no comportamento dos deputados federais**

Rio de Janeiro

2022

Ingrid Peregrini Pacheco Pimentel

**Parlamentares no ambiente digital: a influência das novas tecnologias de comunicação
online no comportamento dos deputados federais**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. João Feres Júnior

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

P644 Pimentel, Ingrid Peregrini Pacheco.
Parlamentares no ambiente digital: a influência das novas tecnologias de comunicação *online* no comportamento dos deputados federais / Ingrid Peregrini Pacheco Pimentel. – 2022.
116f.: il.

Orientador: João Feres Júnior.
Dissertação (Mestrado em Ciência política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Teses. 2. Poder Legislativo – Teses. 3. Comunicação na política – Teses. 4. Redes sociais on-line – Teses. 5. Internet – Teses. I. Feres Junior, João. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 328(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ingrid Peregrini Pacheco Pimentel

**Parlamentares no ambiente digital: a influência das novas tecnologias de comunicação
online no comportamento dos deputados federais**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciência Política.

Aprovada em 17 de agosto de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Feres Júnior (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Felipe Borba

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fernando Guarnieri

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Especialmente ao meu marido, Daniel. Aos meus pais e meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, saúde e força para seguir.

Ao professor e orientador, João Feres Júnior, pelos valiosos ensinamentos, sugestões e críticas que tanto contribuíram para o meu trabalho e crescimento intelectual.

Ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aos professores e amigos de turma. Todos essenciais para superação dos obstáculos enfrentados em um período de pandemia e que me incentivaram a prosseguir.

À querida amiga e grande inspiração Carolina de Paula, por me apoiar e incentivar a seguir no mestrado. Agradeço imensamente pelas indicações de textos, trocas de ideias e contribuições, que foram fundamentais para o desenvolvimento da minha dissertação.

A Elen, muito obrigada pela atenção, ensinamentos e revisão do texto.

Aos meus familiares e minhas amigas, Luciana, Louise, Eduardo, Julia, Renata, Mariana e Paola por se fazerem presentes mesmo quando estive tão “longe”.

Ao Instituto FSB Pesquisa, especialmente ao Marcelo Tokarski e ao André Jácomo por disponibilizarem a base metodológica do meu trabalho e pelo fundamental apoio. Agradeço também a Tamiris, ao João e ao Renan pelo companheirismo e auxílio.

Aos meus avós Diana e Paulo, a quem devo as mais preciosas lições de vida.

A minha mãe Cecília, por sua garra e força que me inspiram, por nunca duvidar e estar sempre ao meu lado, me apoiando com muito amor ao longo da minha trajetória.

Ao meu pai Paulo, por sua fonte inesgotável de saber que me inspira a buscar pelo conhecimento e por despertar meu lado curioso e questionador desde a infância.

A Glaucianne e Glaucia pelo apoio incondicional e pelas palavras de encorajamento. Aos meus amados irmãos, Luna e Raphael, que alegram a minha vida.

Minha eterna gratidão ao meu marido Daniel, por ser meu porto seguro e acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditei. Por sua enorme paciência, parceria e por viver esse importante momento ao meu lado. Obrigada especialmente pelo suporte emocional e carinho. Sua leveza para lidar com a vida e sua inabalável fé me inspiram diariamente e foram essenciais para seguir durante essa intensa e desafiadora jornada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Não menos estranho seria fazer do homem feliz um solitário, pois ninguém escolheria a posse do mundo inteiro sob a condição de viver só, já que o homem é um ser político e está em sua natureza o viver em sociedade.

Aristóteles

RESUMO

PEREGRINI, Ingrid Pacheco Pimentel. *Parlamentares no ambiente digital: a influência das novas tecnologias de comunicação online no comportamento dos deputados federais*. 2022. 116p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A difusão da internet e das novas tecnologias de comunicação na sociedade contemporânea leva à necessidade de se considerar possíveis impactos sobre as formas de representação política e sobre o comportamento dos parlamentares nesse novo ambiente digital. A literatura aponta para uma tendência de enfraquecimento dos partidos políticos como mediadores dos interesses da população, incentivos ao personalismo em eleições e um quadro institucional favorável à adoção da internet e das mídias sociais pelos atores políticos brasileiros. Estudos do legislativo indicam que os parlamentares podem se orientar tanto pela perspectiva personalista quanto partidária para nortear suas ações. A pergunta colocada foi se a personalização na arena eleitoral traria reflexos sobre a atuação do parlamentar nesse novo ambiente virtual partindo como premissa a conexão eleitoral. A hipótese geral formulada foi a de que a ampliação da utilização das ferramentas digitais pela população e pelos atores políticos favorece a propensão de personalização na atuação dos legisladores brasileiros na internet, ainda que isto não exclua um comportamento partidário. A metodologia adotada foi a análise de conteúdo das publicações do Facebook dos Deputados Federais eleitos para a 56ª Legislatura (2019-2023) durante as primeiras semanas do início do mandato. Foram encontradas evidências que sustentam a hipótese de um comportamento online dos parlamentares predominantemente individualista com baixa presença de elementos partidários e participativos. Os resultados indicam que os políticos brasileiros recorrem às páginas do Facebook prioritariamente como forma de divulgar as suas atividades parlamentares e explorar ativos de imagem junto a sua base virtual na rede social.

Palavras-chave: Poder Legislativo. Representação Política. Conexão Eleitoral. Internet. Mídias Sociais. *Facebook*.

ABSTRACT

PEREGRINI, Ingrid Pacheco Pimentel. *Parliamentarians in the digital arena: the influence of new online communication technologies on the behavior of federal deputies*. 2022. 116p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022

The expansion of the internet and communication technologies in contemporary societies leads to the need to consider possible impacts on the forms of political representation and on the behavior of parliamentarians in this new digital environment. The literature points to a weakening trend of political parties as mediators of the population's interests, incentives for personalism in elections and an institutional framework favorable to the adoption of the internet and social media by Brazilian politicians. Legislative studies indicate that parliamentarians can be oriented by both a personalist and a partisan perspective to guide their actions. The question was whether personalization in the electoral arena would reflect on the role of parliamentarians in this new virtual environment, based on electoral connection. The general hypothesis formulated was that the expansion of the use of digital tools by the population and political actors favors the propensity of personalization in the performance of Brazilian legislators on the internet, even if this does not exclude partisan behavior. The methodology adopted was the content analysis of Facebook publications of Federal Deputies elected to the 56th Legislature (2019-2023) during the first weeks of the beginning of the term. Evidence was found to support the hypothesis of a predominantly individualistic online behavior of parliamentarians with a low presence of partisan and participatory elements. The results indicate that Brazilian politicians use Facebook pages primarily as a way to publicize their parliamentary activities and explore image assets along their virtual base on the social network.

Keywords: Legislative Branch. Political Representation. Electoral Connection. Internet. Social media. Facebook.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Variáveis explicativas dos modelos de análise do legislativo	29
Figura 2 –	Conteúdo classificado como de Agenda e Informação.....	73
Figura 3 –	Conteúdo classificado como de Gerenciamento de Imagem Pessoal.....	74
Figura 4 –	Conteúdo classificado como de Gerenciamento de Imagem Pessoal: Apoios	75
Figura 5 –	Conteúdo classificado como de Posicionamento Ideológico- Programático	76
Figura 6 –	Conteúdo classificado como de Projetos e Políticas Públicas.....	77
Figura 7 –	Conteúdo classificado como de Ênfase na Atividade do Partido	78
Figura 8 –	Conteúdo classificado como de Engajamento e Participação do Público.....	78
Figura 9 –	Conteúdo de Imagem Pessoal com menção ao partido	84
Figura 10 –	Conteúdo de Agenda e Informação com convite ao engajamento...	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Amostra final de publicações de deputados para análise qualitativa por data.....	65
Tabela 2 –	Amostra final de publicações de deputados por partido de filiação em 2018.....	66
Tabela 3 –	Amostra final de publicações de deputados por unidade da federação (UF)	67
Tabela 4 –	Amostra final de publicações de deputados por características de perfil do parlamentar	69
Tabela 5 –	Variáveis da análise de conteúdo.....	70
Tabela 6 –	Assuntos das postagens dos parlamentares no Facebook	72
Tabela 7 –	Abrangência dos conteúdos sobre projetos e políticas públicas nas postagens dos parlamentares	76
Tabela 8 –	Assunto das publicações por partido do parlamentar	79
Tabela 9 –	Posição de liderança no partido e o assunto das publicações	81
Tabela 10 –	Bloco ocupado na Câmara dos Deputados e o assunto das publicações	82
Tabela 11 –	Menção ao partido político do parlamentar nas publicações	83
Tabela 12 –	Assunto das publicações e menção expressa ao próprio partido político....	83
Tabela 13 –	Partidarização das publicações por partido político do parlamentar.....	85
Tabela 14 –	Convite ao engajamento nas publicações dos parlamentares	88
Tabela 15 –	Assunto das publicações e convite ao engajamento e participação	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Partidarização das publicações por posição de liderança	86
Gráfico 2 – Partidarização das publicações por bloco parlamentar	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
AL	Alagoas
AP	Amapá
AM	Amazonas
BA	Bahia
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
MA	Maranhão
MT	Mato Grosso
MS	Mato Grosso do Sul
MG	Minas Gerais
PA	Pará
PB	Paraíba
PR	Paraná
PE	Pernambuco
PI	Piauí
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RO	Rondônia
RR	Roraima

SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SE	Sergipe
TO	Tocantins
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
DEM	Democratas
PSC	Partido Social Cristão
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
REDE	Rede Sustentabilidade
PSD	Partido Social Democrático
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PPS	Partido Popular Socialista
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	REFERENCIAL TEÓRICO	24
1.1	O neoinstitucionalismo e seus pressupostos teóricos	24
1.2	Teoria da escolha racional e o estudo do legislativo	26
1.3	Estudos legislativos no Brasil e modelos de análise	28
1.4	O desenvolvimento do debate sobre o legislativo brasileiro	30
1.5	Conexão eleitoral no Brasil: as arenas eleitoral e legislativa e os incentivos ao partidarismo e ao individualismo	32
2	REPRESENTAÇÃO E INTERNET NAS DUAS ARENAS	41
2.1	Representação política e o contexto eleitoral e partidário	41
2.2	Sistema eleitoral e os incentivos à personalização	46
2.3	Representação e o ambiente digital	50
2.4	Parlamentares e internet: uso das tecnologias pelos atores políticos	54
3	METODOLOGIA	61
3.1	Objetivos e hipóteses	61
3.2	Dados e metodologia de coleta	63
3.2.1	<u>Breve detalhamento da amostra</u>	65
3.2.2	<u>Variáveis para análise de conteúdo do Facebook dos deputados federais</u>	69
4	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	73
4.1	Conteúdo das publicações dos parlamentares por assunto	73
4.2	Partidarização dos conteúdos postados no Facebook	84
4.3	Participação e convite ao engajamento nas publicações	88
5	CONCLUSÕES	92
	REFERÊNCIAS	97
	ANEXO A – Classificação quanto à composição dos blocos parlamentares	108
	ANEXO B – Classificação quanto ao cargo ocupado de liderança	109
	ANEXO C – Exemplos de classificação de conteúdo por assunto	110

INTRODUÇÃO

O debate contemporâneo sobre democracia e representação envolve aspectos relacionados à intensificação dos processos de participação política que ultrapassam os espaços formais de deliberação e complexifica consideravelmente as relações entre representantes e representados (PEREIRA, 2012). A análise do processo de modernização da sociedade e dessas relações requer a reflexão sobre as transformações possibilitadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) no âmbito social, cultural e político.

A difusão das tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas tem acarretado inúmeras mudanças sistêmicas nos processos de representação política, em especial no surgimento de uma modalidade mais direta e permanente de representação a partir da intensificação do fenômeno de “campanhas permanentes”, novos formatos interativos de consulta e responsabilização dos atores e tendência à desterritorialização da representação com a introdução de plataformas virtuais que ultrapassam os limites físicos e geográficos tradicionais (COLEMAN; SPILLER, 2003).

Nesse sentido, cabe a indagação sobre o peso da utilização de novas formas de comunicação digital para a conduta do parlamentar em um contexto cada vez mais “virtualizado”. O trabalho tem como intuito compreender os efeitos da intensificação do uso político da internet na arena eleitoral brasileira, e os impactos para a arena legislativa, em especial no ambiente virtual. Diante de um cenário de ampliação da utilização de ferramentas digitais como estratégia de campanha dos candidatos à Câmara dos Deputados, é pertinente questionar se a conexão eleitoral, com base no conceito de responsividade às bases localizadas em territórios geográficos, passa por um processo de transformação para o ambiente digital com impactos para a atuação do parlamentar nesse novo meio.

Estudos sobre os impactos da internet no Poder Legislativo ainda são recentes e estão em crescente expansão (ALMEIDA, 2017). Apesar da utilização de plataformas digitais ser intensamente empregada como estratégia nas eleições, pouco se sabe sobre seu uso durante o mandato pelos representantes políticos (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013). O trabalho tem como objetivo contribuir para a superação dessa lacuna ao investigar em que medida o uso da internet pelos parlamentares influencia no seu comportamento *online* durante o exercício do mandato, sobretudo na relação com seu partido. A justificativa se orienta por

uma crescente desconfiança em relação às instituições representativas e as inúmeras possibilidades de aproximação proporcionadas pela internet com os atores políticos.

O desafio de combinar dois temas complexos e com extensa literatura no âmbito da Ciência Política, como o de Comportamento Legislativo e estudos de Política e Internet, é orientado pela relevância e pertinência do assunto diante de uma “Idade Mídia” (RUBIM, 2000) em que as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) têm ocupado papel central a partir do século XXI. A pesquisa dialoga com as teorias institucionais a fim de identificar e entender a relação desenvolvida entre representantes e representados em um ambiente cada vez mais “conectado” (ZITTEL, 2003).

A análise do tema tem como ponto de partida tanto o contexto social e de comunicação, associado às mudanças na sociedade a partir da modernização e ampliação do uso das tecnologias de informação com impactos sobre a representação política, quanto o aspecto institucional, no qual são debatidos os reflexos das estruturas e regras do sistema político-eleitoral brasileiro. O intuito é contribuir para o fomento de novos estudos sobre o uso da internet e suas plataformas digitais no Brasil e trazer insumos ao debate sobre as possíveis consequências de sua utilização para a atuação parlamentar. A reflexão sobre o tema não se orienta por somente identificar se as novas tecnologias impactam ou não as instituições políticas, o comportamento dos atores e as formas de representação, mas por investigar as possíveis mudanças provocadas pela ampliação do uso de tais tecnologias pela sociedade e por políticos (CASTELLS, 2005).

Grande parte da literatura sobre o comportamento dos parlamentares brasileiros foca a relação entre a eleição do parlamentar e sua atuação no Legislativo. Nesse sentido, as regras eleitorais, enquanto fatores exógenos, são importantes para explicar sua influência sobre a atuação dos atores políticos e sobre o sistema partidário (AMES, 1995, 2001; MAINWARING, 2001; MAINWARING; SHUGART, 1997; MAINWARING; SCULLY, 1995; LAMOUNIER, 1989; HAGGARD, 1995).

Destacam-se duas grandes abordagens sobre o tema. A primeira tem como pressupostos os trabalhos de Anthony Downs (1957), a partir da relevância que atribui aos processos eleitorais para as ações dos políticos, e David R. Mayhew (1974) que, a partir do modelo de duas arenas, avalia existir uma “conexão eleitoral” na qual as eleições atuam como fator que irá moldar o comportamento dos políticos. Assim, a arena eleitoral condiciona a ação do parlamentar na arena legislativa. Segundo essa corrente, as regras eleitorais geram incentivos a relações personalistas e individuais entre os políticos e seus eleitores e levam a um enfraquecimento dos partidos políticos na arena legislativa. Cain et al. (1987) argumentam

que diante desse cenário, os atores irão se orientar por suas bases eleitorais para sobrevivência política.

Uma segunda vertente de estudos aponta para um comportamento centralizado dos parlamentares no Congresso Nacional de acordo com a orientação dos seus líderes partidários. Uma série de estudos conduzidos a partir de 1990 no Brasil apontava inconsistências empíricas no modelo por não considerar o papel dos partidos, o desempenho das lideranças e as regras regimentais internas do parlamento (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1995; 1997; 1999; 2000; 2002; AMORIM NETO; SANTOS, 2001; AMORIM NETO, 2002; PEREIRA; MUELLER, 2000). Assim como proposto por Shaun Bowler (2000), esse novo modelo de “uma arena” pressupõe vínculos fracos entre as atividades eleitoral e legislativa.

No mesmo sentido, os trabalhos de Gary Cox (1987) e Cox e McCubbins (1993) fornecem explicações sobre o comportamento legislativo orientado por fatores além dos decorrentes da “conexão eleitoral”, como as regras inerentes à arena legislativa, que fortalecem os partidos em detrimento de ações individuais dos políticos. A consequência dessa abordagem é a de diminuir o peso atribuído à reeleição como propósito do ator político e de atenuar o impacto de eventuais reformas eleitorais na ação dos parlamentares ou no papel dos partidos no Legislativo (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Apesar de consolidadas as teorias que apontam para um quadro em que os parlamentares brasileiros se comportam de forma consistente, disciplinada e de acordo com a indicação de seus partidos, uma terceira linha de trabalhos sugere um caminho não excludente entre as duas correntes anteriores, indicando a possibilidade de haver espaço tanto para a atuação parlamentar coesa do ponto de vista partidário, quanto para uma atuação personalista dos membros do legislativo visando atender suas bases eleitorais. Assim, consideram possíveis tanto a visão distributivista, na qual os deputados seriam orientados pela lógica particularista, quanto a partidária, para explicar a atuação parlamentar no Brasil (PEREIRA; MUELLER, 2003; CARVALHO, 2003; CERVI, 2009).

A falta de um modelo puro centralizado de uma só arena ou descentralizado a partir de duas arenas do parlamento no Brasil leva à necessidade de considerar a existência das duas forças e incentivos institucionais coexistentes em que pesem as regras eleitorais, o multipartidarismo e o federalismo atuando como descentralizadores do sistema político e gerando incentivos para o comportamento individual dos parlamentares, e os aspectos decisórios internos ao parlamento, regras de distribuição de recursos políticos e os poderes presidenciais como centralizadores, limitando a ação individualizada e fortalecendo a lealdade partidária (PEREIRA; MUELLER, 2003).

No Brasil alguns fatores institucionais contribuem para um cenário na Câmara dos Deputados que reforça a importância de atributos pessoais tanto quando os partidários pelas características do sistema eleitoral proporcional de lista aberta que vigora no país. Nesse modelo, o desempenho individual importa tanto quanto o partidário para garantir o sucesso eleitoral dos candidatos, levando-os a adotar estratégias de diferenciação personalistas como forma de se sobressaírem em relação aos concorrentes de outros partidos e também de suas próprias legendas (NICOLAU, 2006). Além disso, a possibilidade de coligações nesse sistema, até as eleições de 2018¹, permitia inconsistências ideológicas e contribuía para o personalismo, já que os partidos, ao buscarem ampliar suas alianças e chances eleitorais poderiam se alinhar a outros que não agradassem seus eleitores, inviabilizando o voto na legenda.

Muitos estudiosos dos sistemas eleitorais concordam que a lista aberta, como é o caso do Brasil, tende a estimular campanhas centradas no candidato e enfraquecer o peso da representação partidária (CAREY; SHUGART, 1995; SAMUELS, 1997; SHUGART, 2001; SHUGART, 2005; NICOLAU, 2006). Carey e Shugart (1995) buscaram, em seu artigo, mostrar os efeitos dos sistemas eleitorais sobre a estratégia eleitoral dos candidatos ao classificarem os sistemas com relação a incentivos ao voto pessoal e ao partidário. Assim, os autores identificam o sistema eleitoral brasileiro como forte incentivador para que candidatos ao Legislativo cultivem a reputação personalizada, já que quanto mais conhecidos e reconhecidos pelos eleitores, maiores as suas chances de atingir o sucesso eleitoral.

Os autores avaliam ainda a existência de uma relação entre a maneira como os eleitores votam, determinada pelas regras eleitorais, e a forma como os candidatos irão se comportar na busca por votos. Se os legisladores aspiram pela reeleição, serão orientados à realização dos anseios do seu eleitorado, seguindo a teoria da escolha racional. Porém, deve-se pesar a forma com que o parlamentar é escolhido, se mais dependente de si mesmo para se eleger ou se manter no cargo, valorizará mais sua reputação pessoal. Se, por outro lado, precisar mais do partido, a reputação deste será mais importante que a sua. Assim, a forma como o eleitor expressa seu voto - considerando o voto pessoal ou partidário - se reflete na maneira com que os representantes irão atuar, pensado em seus eleitores e na satisfação dos seus interesses (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987; CAREY; SHUGART, 1995; SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005).

¹ Em outubro de 2017, o Senado aprovou a PEC 33/2017, que acabou com as coligações para eleições proporcionais a partir das eleições de 2020.

No sistema brasileiro, o voto para Deputado Federal pode ser no candidato ou no partido. Os candidatos precisam alcançar votos individuais, enquanto os seus partidos têm que alcançar o quociente partidário² para que as cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações) sejam ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista (NICOLAU, 2006). Assim, o funcionamento do sistema eleitoral levaria a um comportamento do parlamentar que combina o personalismo e o partidarismo. No entanto, é possível observar alguns mecanismos decorrentes da disputa eleitoral no sistema de lista aberta, como a campanha centrada no candidato, coligações e a competição intrapartidária, estimulando o voto pessoal em detrimento do partidário.

Outros fatores, além do institucional, são apontados pela literatura como relevantes para explicar o comportamento dos deputados brasileiros ao longo de seus mandatos, como aqueles advindos da origem geográfica, fatores político-ideológicos e os individuais (MARQUES, 2012). Marques et al. (2011) ressaltam ainda a importância da dimensão estratégica da comunicação política, associada à disputa por visibilidade pública e administração da imagem do ator político, não dependendo mais exclusivamente de suas legendas para ampliação de seu capital político.

Do ponto de vista comunicacional, Manin (1997) orienta que a “democracia de público” seria fruto de uma transformação do modelo baseado na identificação com o partido político enquanto instância de representação política. O autor observa que com a expansão dos meios de comunicação de massa ocorre uma personalização da política - com trocas mais diretas entre candidato e eleitor - e conseqüente enfraquecimento da identidade partidária (MANIN, 1997). Dessa forma, as mídias passam a ocupar um papel relevante não apenas acarretando impactos sobre a sociedade, mas também com significativos reflexos na configuração dos espaços de poder e na própria relação de representação.

O conceito proposto por Manin (1997) continua atual para analisar a situação brasileira contemporânea. Diante de um cenário em que os meios de comunicação representam uma importante variável explicativa do comportamento eleitoral e constituem parte considerável das estratégias dos atores políticos, os *media* se tornam relevantes centros de disputa por visibilidade, transformando campanhas eleitorais em dinâmicas altamente "mediatizadas".

² As minirreformas de 2015 e 2017 no Brasil, determinaram que, para se eleger, os candidatos deveriam alcançar nominalmente, no mínimo, 10% do quociente eleitoral. Além disso, estabeleceram novas normas de acesso dos partidos aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de HGPE.

Além do quadro institucional e de comunicação com tendências desfavoráveis à representação partidária, o contexto é de crescente perda de legitimidade dos partidos e formas mais diretas de relação entre cidadãos e o poder público. Para Baquero, Castro e Ranincheski (2016), os partidos deixaram de ser vistos como representantes dos interesses da população para atuar em favor próprio, resultando em um sentimento “antipartidário” presente tanto na arena eleitoral, quanto na arena legislativa.

Nesse sentido, há uma ampliação do uso de estratégias de relação mais direta por plataformas digitais, em especial pelas chamadas mídias sociais, utilizadas por parlamentares, que acaba por reforçar a personalização da política (MARQUES, 2012). Dessa forma, questões relacionadas ao comportamento digital dos candidatos em campanhas e sua atuação política merecem mais pesquisas sobre como, e se, estão interligadas. Da perspectiva do agente político, as plataformas digitais possibilitam um espaço virtual próprio, com liberdade de criação de conteúdo e interação com seu público. Na perspectiva da relação com a *constituency*, o estreitamento de laços mais diretos com representados pode estar contribuindo para maior personalização da relação com os representantes, assim como influenciando a forma como estes se comportam durante o exercício do mandato a fim de atender as demandas de seu público.

O quadro brasileiro revela fortes incentivos à personalização dos atores políticos na arena eleitoral pela sua configuração institucional, intensa disputa por visibilidade, enfraquecimento da identidade partidária, e de transformações na sociedade contemporânea a partir da ampliação do uso de novas tecnologias de comunicação com interações mais diretas entre eleitor e candidato. A questão que este trabalho pretende aprofundar é em que medida a conexão entre as duas arenas pode estar influenciando de forma a “personalizar” a atuação dos representantes na esfera legislativa uma vez eleitos, especialmente no ambiente *online*. Apesar da forte disciplina partidária apontada pela literatura, os parlamentares também buscam agradar seu eleitorado em suas ações no parlamento, não sendo comportamentos excludentes, mas coexistentes. Assim, busca-se contribuir para superar o “ponto cego” no debate anterior sobre a personalização da política no que se refere aos impactos das novas tecnologias digitais sobre as relações de representação nesse novo contexto (BRAGA; BECHER, 2012) a fim de entender se estão conduzindo ou não a formas mais individualizadas de representação.

Estudos de política e internet revelam os potenciais das novas tecnologias de informação e comunicação para alterar as relações entre representantes e representados a partir dos graus de utilização das ferramentas digitais por membros do legislativo e da

sociedade (ZITTEL, 2003; NORTON, 2007, LILLEKER; JACKSON, 2009; KARLSSON, 2013, MARQUES, 2014). A força institucional de cada sistema político é capaz de estimular diferentes formas o uso das NTICs pelos representantes (BRAGA; BECHER, 2012).

Nesse sentido, compreender o comportamento de Deputados Federais nas redes sociais, sob o enfoque da conexão eleitoral, a partir da emergência de uma arena “virtual” com tendências à personalização pode contribuir para identificar possíveis implicações políticas e para a forma de representação em si. O estudo tem como perspectiva a influência de fatores de natureza institucional (regras eleitorais e sistema partidário), de ordem eleitoral (estratégias de campanha) e de comunicação (uso do espaço *online*) para analisar padrões de comportamento *online* dos deputados eleitos para a 56ª Legislatura (2019-2023) no ambiente virtual.

Em razão do progressivo aumento na intensidade de uso das ferramentas digitais nas eleições brasileiras (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018), o estudo se baseia no pleito mais recente para composição do atual parlamento como base de análise. A campanha eleitoral em 2018 foi caracterizada pelo intenso uso da internet e das mídias sociais como ferramenta de comunicação por candidatos e eleitores. As plataformas digitais estão sendo cada vez mais utilizadas no país durante as campanhas e também no exercício do mandato, estreitando as relações entre representantes e representados (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013). Parcela significativa dos postulantes a cargos proporcionais fizeram uso de plataformas digitais para se manifestar politicamente e para acompanhar o público a fim de construir e manter sua imagem, principalmente pelas redes sociais, com destaques para o Facebook e o Twitter – com grande popularidade na sociedade e entre a elite política. Além disso, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de domicílios com acesso à internet naquele ano alcançou a expressiva marca de 79%³.

A questão principal deste trabalho será então a de identificar o comportamento dos Deputados Federais eleitos em 2018 para a 56ª Legislatura na rede social do Facebook a partir da sua atuação *online* no início do mandato. Busca-se relacionar os achados sobre mídias sociais dos representantes do Legislativo nacional com conhecimentos da literatura sobre comportamento do Legislativo brasileiro. Dessa forma, é esperado que os parlamentares tenham incentivos maiores para uma atuação mais personalizada e focada na imagem pessoal

³ Fonte: <[Agência - Detalhe de Mídia | Agência de Notícias | IBGE](#)>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

no ambiente virtual, mais próximo do modelo tecnológico de representação (ZITTEL, 2003) do que voltado para uma performance partidária, apesar de serem comportamentos coexistentes e não excludentes.

Algumas questões complementares serão investigadas ao longo desta dissertação: o quanto a transformação da arena eleitoral enquanto ambiente de disputa *online* com estímulos ao personalismo impacta a ação dos membros do Legislativo federal de forma a personalizar sua atuação virtual? As novas tecnologias de comunicação e informação (NTCIs), em especial as mídias sociais, estão originando modelos de representação mais personalizados na arena legislativa? Os representantes do povo no âmbito federal eleitos em um novo cenário mais “digital” de disputa irão se comportar de forma mais personalista ou partidária no ambiente virtual? O apelo partidário nessa esfera diante do novo ambiente digitalizado tende a ser menor? Como os Deputados Federais estão utilizando o Facebook durante um período do mandato? Há uma predominância por temas orientados pela lógica particularista (com base do modelo distributivista) ou partidário-ideológico?

Diante desse cenário e partindo do pressuposto teórico de que as instituições importam e fornecem incentivos para adoção dos meios digitais pelos Deputados Federais, a hipótese geral formulada é a de que a disseminação e adoção das novas tecnologias de informação e comunicação por Deputados Federais brasileiros a partir das mídias sociais favorecem a propensão de personalização na arena legislativa nesse novo ambiente digital com tendências ao particularismo e à atender as demandas do seu reduto eleitoral virtual de forma mais proeminente do que um comportamento com enfoque partidário. É esperado que a atuação centrada no individual seja predominante, mas não excludente em relação ao peso dos partidos para o comportamento *online* dos parlamentares. Nesse sentido, políticos eleitos no pleito de 2018, mesmo que disciplinados de forma geral, podem apresentar comportamentos mais personalistas com reflexos de “campanha permanente” (LARSSON; SVENSSON, 2014).

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa é relevante para contribuir com o debate científico sobre conexão eleitoral na Câmara dos Deputados a partir de um novo contexto proporcionado pela ampliação do uso das novas plataformas de internet. Além disso, é esperado sistematizar um banco de dados com as publicações no Facebook dos Deputados Federais, que pode ser útil como objeto de estudo de futuros estudos. No aspecto institucional, o conhecimento sobre possíveis influências da arena eleitoral na arena legislativa pode contribuir para a discussão sobre os efeitos de alterações em regras no sistema eleitoral e

fornecer indícios sobre novos formatos de representação possibilitados diante de uma sociedade em rede.

Como estratégia metodológica, foi realizada uma análise de conteúdo das publicações no Facebook dos Deputados Federais durante as duas primeiras semanas do mandato atual – que compreende o período dos dias 2 a 14 de fevereiro de 2019 – com o intuito de averiguar os assuntos e temas mais debatidos na rede social, se há viés mais personalista ou partidário no comportamento dos atores na rede, a abrangência dos temas discutidos (se têm uma base mais particularista/localista ou nacional em assuntos de políticas públicas) e se, de fato, utilizam as potencialidades interativas proporcionadas pela internet para se engajar com o público virtual. Na sequência, são cruzadas variáveis de perfil dos parlamentares, quanto ao vínculo partidário e à composição de bloco no parlamento, com os achados da análise de conteúdo a fim de alcançar aos objetivos da pesquisa, isto é, identificar a atuação *online* dos Deputados Federais no Facebook e estabelecer padrões de comportamento dos deputados eleitos para a 56^a Legislatura (2019-2023).

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos, além desta introdução. No primeiro, é realizada uma breve exposição sobre as teorias explicativas da conexão eleitoral a partir dos fundamentos do novo institucionalismo e da teoria da escolha racional para recuperar as discussões sobre o comportamento do legislativo.

O capítulo 2 contém uma revisão da literatura sobre o legislativo brasileiro e o debate acerca dos aspectos institucionais que orientam a atuação dos parlamentares a nível individual e partidário a partir dos principais estudos de conexão eleitoral produzidos no Brasil. Logo após, é examinada a realidade institucional no país, o sistema eleitoral e partidário, assim como os incentivos existentes para uma atuação personalista e partidária, associado às estratégias utilizadas pelos atores políticos diante do contexto institucional, das regras vigentes do sistema brasileiro e da mediatização da política e do fenômeno das campanhas eleitorais em um ambiente cada vez mais digitalizado, buscando relacionar o fenômeno à personalização da política e das campanhas. Ainda, o capítulo aborda a relação entre o uso das tecnologias digitais pelos atores políticos e os impactos para a representação.

No terceiro capítulo são detalhadas as hipóteses e o desenho metodológico para operacionalização e mensuração das variáveis e dos dados coletados, o critério para a seleção amostral, assim como o descritivo final da amostra e dos perfis dos parlamentares para a análise de conteúdo das suas postagens na rede social do Facebook, que serão analisados e apresentados na etapa seguinte da dissertação.

O capítulo 4 trata dos resultados da análise dos dados qualitativos sobre o comportamento *online* dos deputados eleitos na 56ª Legislatura no Facebook durante as duas primeiras semanas do início do mandato em 2019. A partir da análise de conteúdo das publicações dos representantes em suas páginas públicas oficiais são apresentadas estatísticas descritivas e a discussão dos resultados.

Por fim, estão as considerações finais do trabalho, seus resultados e principais contribuições, bem como suas limitações e indicações de novos caminhos de pesquisa sobre o tema.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 O neoinstitucionalismo e seus pressupostos teóricos

O aprofundamento de estudos relacionados ao comportamento do legislativo contribui para discussões sobre um tema caro aos sistemas democráticos: as instituições de representação. O legislativo brasileiro é a principal instituição de representação política da população, e tanto sua existência e organização quanto sua relação com a sociedade reflete, de certo modo, o grau de desenvolvimento democrático do país.

Com o uso cada vez mais frequente das novas tecnologias, a forma de interagir e trocar informações entre representantes e representados tem se alterado. As mudanças acarretam transformações tanto nos comportamentos dos cidadãos quanto nas organizações políticas e seus atores. A partir disso, busca-se na literatura modelos de interpretação da atuação parlamentar e de sua relação com os representados, para melhor situar o debate dentro de um referencial teórico. As principais teses e interpretações em torno da organização e funcionamento dos parlamentos democráticos são estudados por três correntes do novo institucionalismo: o institucionalismo sociológico, a teoria da escolha racional e o institucionalismo histórico (HALL; TAYLOR, 2003).

Para situar a temática relativa aos estudos do Poder Legislativo, será, então, realizada uma breve contextualização sobre a institucionalização do campo da Ciência Política partindo da premissa de que as interações políticas estão relacionadas ao modelo institucional no qual estão inseridas e seus resultados são influenciados por esse. Para além do pressuposto geral de que “as instituições importam” (WEAVER; ROCKMAN, 2010), destaca-se a importante abordagem teórica neoinstitucionalista que concebe as instituições como “regras do jogo” a fim de identificar quais as instituições afetam comportamentos individuais e coletivos e como estas instituições operam e se mantêm, ou seja, por meio de quais mecanismos influenciam as decisões políticas e resistem ao longo do tempo.

Segundo Figueiredo (1994) os estudos dos novos institucionalistas têm como intuito demonstrar que as instituições que organizam o processo decisório, além de se constituírem como responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos, também influenciam nos resultados políticos. Dessa forma, o autor elucida que essa literatura sugere que regras, leis, procedimentos, normas, arranjos institucionais e organizacionais implicam a existência de

constrangimentos e limites ao comportamento, que, por sua vez, explicam os próprios resultados do comportamento.

A emergência do novo institucionalismo é entendida por seus estudiosos como uma resposta à prevalência das abordagens comportamentalistas no âmbito das ciências sociais após a II Guerra Mundial (RIKER, 1980; HALL; TAYLOR, 2003). Assim, a principal lacuna que o neoinstitucionalismo visava preencher era relativa à “insuficiência de uma explicação voltada exclusivamente à ação dos indivíduos, em que se faz tábula rasa do contexto institucional da esfera estritamente política.” (PERES, 2008, p. 54).

O neoinstitucionalismo que surge em contraponto ao behaviorismo – que por sua vez emergiu como resposta ao institucionalismo clássico – envolve algumas vertentes que, embora estejam voltadas para o papel desempenhado pelas instituições nos processos políticos e sociais, apresentam métodos distintos no que se refere à intensidade e forma como elas afetam as posições e decisões dos atores políticos. As três linhas da teoria neoinstitucionalista têm em comum o objetivo de compreender o impacto das instituições no comportamento político, mesmo que a partir de diferentes metodologias de análise, seja pelo enfoque da origem histórica, da concepção de instituição ou da relevância das preferências dos atores e sua racionalidade individual (HALL; TAYLOR, 2003; TOSTA, 2019).

Assim como resume Ribeiro (2012):

A emergência do Novo Institucionalismo pode ser apreendida na evolução das ideias sociais como uma reação ao comportamentalismo dominante no pensamento social nos EUA, em especial na Ciência Política, ao longo do Pós-Guerra. A reintrodução das instituições no pensamento político deu-se por um lado pelo desafio de se racionalizar o processo decisório no Poder Legislativo dos EUA a partir dos anos 60, e por outro, pela incorporação, no institucionalismo, de procedimentos metodológicos caros à tradição comportamentalista, vale dizer, a busca pela mensuração, objetividade, positivismo. (RIBEIRO, 2012, p.98) apenas para notas de rodapé e citações longas.

Os adeptos da escolha racional defendem que os atores procuram agir racionalmente em interesse próprio buscando as melhores estratégias a fim de atingir maiores ganhos, podendo ser constrangidos pelos limites institucionais. Já os trabalhos apoiados no institucionalismo histórico, em geral, avaliam que as instituições não são as únicas condicionantes da vida política, cabendo fatores sociais ou econômicos para moldar e alterar as preferências dos atores ao longo do tempo. Para o institucionalismo sociológico, tanto as instituições como os indivíduos estão inseridos dentro de um ambiente, cujos aspectos culturais condicionam suas escolhas não apenas segundo regras, mas também conforme

modelos morais e simbólicos que orientam a ação humana como um todo (HALL; TAYLOR, 2003).

A nova vertente institucionalista da escolha racional recebe destaque na literatura por constituir a principal abordagem utilizada em estudos no âmbito da Ciência Política a partir da década de 1970. Apesar da importância das outras vertentes, há um relativo consenso em relação à adoção do paradigma da escolha racional já que surgem em um período que exige um grau de aprofundamento do contexto capaz de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais e políticos alinhados aos desafios econômicos a fim de apoiar análises dos custos de transação e cálculos do conflito entre atores para o funcionamento das instituições (HALL; TAYLOR, 2003; SANTOS, 2006; PERES, 2008).

Nessa perspectiva da escolha racional, Ribeiro (2012) explica que as instituições podem ser compreendidas a partir de duas interpretações, sendo a primeira como estruturas que definem as “regras do jogo”, isto é, seus participantes, suas possibilidades de estratégias, as informações necessárias para a tomada de decisão, bem como o resultado das escolhas individuais dos atores, que ganham dinamismo a partir do momento que os atores interagem entre si, considerando suas preferências individuais exógenas. A segunda entende as instituições como estruturas norteadoras da interação entre os agentes, mas passíveis de modificação. No entanto, o autor avalia que ambas têm em comum a percepção de que as instituições ordenam as expectativas relativas às ações e reações dos agentes.

O presente estudo busca analisar o comportamento *online* dos parlamentares tendo como princípio o nível individual e as regras institucionais – eleitorais e relativas ao exercício do mandato. Dessa forma, o trabalho utiliza como base metodológica a teoria da escolha racional, a partir dos pilares do individualismo metodológico e do pressuposto da racionalidade, a fim de agregar à análise da importância das instituições uma perspectiva sobre a atuação do parlamentar dentro do sistema político existente desde a sua candidatura até o exercício do cargo.

1.2 Teoria da escolha racional e o estudo do legislativo

Com o aprofundamento de trabalhos baseados no institucionalismo da escolha racional a partir de estudos do Congresso norte-americano, Shepsle e Weingast (1994) e Figueiredo (1994) constata-se a existência de três principais teorias sobre a organização do legislativo

utilizadas para análise da atividade parlamentar, que inclui (i) a teoria distributivista a partir da máxima de busca pela reeleição, que fornece as bases para o conceito de conexão eleitoral proposto por Mayhew (1974); (ii) o modelo informacional, o qual entende que as instituições atuam criando incentivos para especialização dos atores, a partir do trabalho de Khrebiel (1991); (iii) a abordagem partidária, que considera o peso dos partidos políticos no processo decisório interno, conforme propõem Cox e McCubbins (1993).

Como base para o primeiro modelo, tem-se como pressuposto a contribuição do trabalho de Anthony Downs (1957), o qual fornece um modelo econômico para a democracia em que defende que um ator político orientado para a ação racional age de forma consciente para obtenção de interesses, sejam econômicos ou políticos. Sendo as eleições o principal mecanismo legitimador do seu poder em sociedades democráticas, avalia que o objetivo principal desses atores, enquanto racionais, é a maximização das suas chances de reeleição. Dessa forma, o exercício de sua função estaria restrito apenas a uma consequência do desejo privado de se manter no poder.

A partir desse pressuposto, a literatura política estadunidense convencionou o entendimento de que os congressistas são orientados sempre pela reeleição. O cientista político norte-americano David Mayhew (1974), precursor do conceito de conexão eleitoral, constatou a mesma máxima sobre os membros da Câmara dos Representantes nos Estados Unidos, na qual afirma que o parlamentar desenvolve seu trabalho tendo como principal objetivo a reeleição, de tal forma que todas as suas ações no interior da arena legislativa são direcionadas a sua manutenção no poder.

Segundo essa lógica de atuação, os parlamentares buscam priorizar políticas em suas atividades na arena legislativa de forma a beneficiar diretamente seus eleitores, aumentando assim as suas chances eleitorais. Segundo o autor, os legisladores poderiam atuar de três formas a fim de alcançar seus objetivos, sendo eles o “advertising”, o “credit claiming” e “position taking”. Na primeira, a busca seria por manter uma boa reputação pessoal a partir da construção de uma imagem positiva a partir do reforço de seus atributos. Na segunda estratégia, os parlamentares buscam por reconhecimento, no qual tomam para si o crédito por políticas ou benefícios privados a públicos específicos. Já o “position taking” busca se posicionar favoravelmente junto a seu eleitorado.

Para os modelos da racionalidade informacional, a explicação distributiva da arena legislativa não fundamenta a premissa de que o Congresso incentiva ganhos de troca entre os legisladores “gains from trade”. Khrebiel (1991) orienta para uma explicação diferente baseada no poder das instituições como incentivando os atores a se especializarem, já que

quanto mais acumulam *expertise* política, maiores as chances de atingirem seus interesses dentro do Congresso, tendo as comissões como elementos chave da explicação. Os postulados propostos pelo autor, majoritário – de que todas as escolhas legislativas são realizadas por majorias – e o da incerteza – de que há sempre uma variável do acaso constituindo uma incógnita sobre os resultados políticos – sustentam que os legisladores são motivados por fatores além da busca pela reeleição.

A teoria partidária difere das demais por introduzir o peso do partido político majoritário e das lideranças como variáveis determinantes da escolha. Para Cox e McCubbins (1993), os partidos são como “cartéis legislativos” com poder de controlar, através dos seus membros, as pautas e agenda do Congresso. Apesar de manter o pressuposto da reeleição como objetivo maior, os autores entendem que os partidos e as instituições partidárias irão atuar como mecanismos para garantia da cooperação e de que tais objetivos dos legisladores sejam alcançados.

Em linhas gerais, conforme aponta Figueiredo (1994), os modelos visam compreender e estruturar como atores, supostamente movidos por ações individualistas, conseguem agir coletivamente. Isto é, como as interações entre os atores dentro das organizações são estruturadas de forma a propiciar ganhos advindos da cooperação entre eles e garantir sua estabilidade. Essas teorias iniciadas a partir de interpretações sobre o funcionamento do Congresso norte-americano tiveram forte influência na literatura brasileira.

1.3 Estudos legislativos no Brasil e os modelos de análise

Conforme elucidam Peres e Carvalho (2012), a linha de pesquisa de estudos legislativos foi uma das que mais se desenvolveram no Brasil nos últimos anos, com grandes contribuições à área da Ciência Política. Em meio ao debate sobre as relações entre o desenho constitucional e desempenho democrático após a promulgação da Constituição de 1988 surgem trabalhos para o entendimento do contexto brasileiro e seus mecanismos para governabilidade a partir das relações entre os poderes, muito influenciados pela abordagem “distributivista” norte-americana. No entanto, ao se aprofundarem no cenário do país, uma nova agenda de estudos empíricos começou a ser formada evidenciando um panorama de análises voltadas à explicação “partidária” da dinâmica legislativa brasileira, concorrendo com as teorias anteriores.

Os principais modelos utilizados no Brasil fazem parte da corrente distributivista e partidária de análise sobre o comportamento dos parlamentares (PERES; CARVALHO, 2012). Desde então, o debate vem opondo as explicações entre elas, em que de um lado tem-se explicações com base em variáveis exógenas à arena legislativa, como o sistema eleitoral e seus efeitos particularistas traduzidos em benefícios particulares ao eleitorado – conhecidas como práticas clientelistas e a chamada *pork barrel*⁴ e uma postura dos políticos do tipo *office seekers*⁵. Por outro lado, no modelo partidário, tem-se explicações a partir de variáveis endógenas ao processo legislativo, como o poder dos partidos no parlamento, a centralização das decisões nas lideranças partidárias e os poderes “legislativos” do Poder Executivo.

Figura 1 – Variáveis explicativas dos modelos de análise do legislativo

VARIÁVEIS EXÓGENAS	VARIÁVEIS ENDÓGENAS
Forma de governo	Poderes legislativos do presidente
Sistema eleitoral	Poder presidencial de elaborar o orçamento
Organização partidária	Controle poder Executivo sobre as políticas públicas
Arranjo federativo	Controle de cargos executivos
Características culturais	Controle de cargos legislativos
Características econômicas	Poder de agenda dos líderes partidários

Fonte: PERES e CARVALHO, 2012, p. 90.

Pereira e Rennó (2007) traduzem os modelos de discussão sobre o legislativo aplicado ao caso brasileiro a partir de dois conjuntos de hipóteses: um primeiro grupo que analisa o papel do sistema proporcional de lista aberta nas estratégias de sobrevivência eleitoral dos candidatos à reeleição e um segundo conjunto de hipóteses que avalia o impacto das regras de funcionamento interno da Câmara dos Deputados e os poderes do Presidente no comportamento dos Deputados Federais.

Conforme argumentam os autores, o primeiro é formado por variáveis explicativas relativas ao impacto de influências locais no comportamento dos políticos, como aspectos sobre a relação dos candidatos com suas bases eleitorais. As variáveis consideradas nessa proposta de análise são a distribuição de votos do candidato, o grau de dominação e

⁴ Fiorina (1989) destaca que atividades realizadas pelos congressistas do tipo *pork barrel*, também conhecidas como políticas do tipo distributivista, são caracterizadas por benefícios direcionados ao seu eleitorado em distritos localizados e geograficamente bem definidos a fim de ganhar visibilidade, se tornar reconhecido pelo feito entre seu eleitorado e, conseqüentemente, obter apoio político e voto.

⁵ Atores *office seekers* agiriam orientados pela obtenção e manutenção de seus cargos.

competição no reduto eleitoral, os gastos de campanha, as características do município, influência de políticas locais (*pork barrel* e *credit claiming*) e os padrões de coalizão com os atores políticos regionais e locais.

Já a segunda forma de interpretação leva em consideração fatores ligados à centralização decisória na Câmara dos Deputados, ao papel desempenhado pelos partidos políticos, à performance dos deputados na arena legislativa, e sobre a influência dos poderes do Presidente. Autores dessa linha de análise se orientam pela premissa de que as instituições próprias do Poder Legislativo e da sua relação com o Executivo são importantes variáveis explicativas para os resultados políticos no parlamento.

Santos (2008) propõe ainda um terceiro grupo formado pela combinação de variáveis exógenas e endógenas, denominado de modelo de dupla arena, resultante de um debate na academia entre teorias influenciadas pela abordagem norte-americana e estudos empíricos do caso brasileiro, como será aprofundado no próximo capítulo. Conforme o autor, é possível classificar os estudos pela escolha metodológica e tipo de peso dado às variáveis explicativas, podendo constituir grupos de modelos de arena eleitoral, arena executivo-legislativo e de dupla arena.

1.4 O desenvolvimento do debate sobre o legislativo brasileiro

Muitos estudos brasileiros sobre o comportamento do legislativo pós-redemocratização foram influenciados pela teoria da escolha racional. Além dos impactos e efeitos da nova Constituição de 1988 nas relações entre o Poder Executivo e o Legislativo, os estudos desse período buscavam explicações sobre o funcionamento do Congresso Nacional diante do novo cenário institucional.

Santos (2008), em sua revisão bibliográfica do período de 1994 a 2005, reuniu estudos sobre o tema de forma sistematizada e concluiu que o caso brasileiro, apesar das influências teóricas estadunidenses, possui características particulares. O autor destaca que “nos estudos legislativos no Brasil a polarização se deu entre as variáveis de processo decisório (centralização *versus* descentralização) e sistema eleitoral (voto pessoal *versus* voto partidário).” (SANTOS, 2008, p. 22).

Inicialmente, o principal diagnóstico de estudos sobre o legislativo brasileiro apontava para um funcionamento do sistema político fundado em práticas do modelo do tipo

distributivista para garantia de sua estabilidade, já que o arcabouço institucional levaria, supostamente, à ingovernabilidade. Dessa forma, a conexão eleitoral seria fator impeditivo para o encaminhamento de projetos de lei de iniciativa do Congresso sobre questões fundamentais (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 1997).

Defensores do argumento distributivista entendiam que os parlamentares teriam incentivos institucionais relacionados às regras eleitorais personalistas pela qual eram eleitos que estimulavam o comportamento individualizado, isto é, ações parlamentares de cunho individual a seu eleitorado para se manter no poder. Contribuiu para essa análise a identificação de fatores como: um predomínio das campanhas eleitorais personalizadas para a Câmara, uma intensa competição intrapartidária, um alto nível de fragmentação e indisciplina partidária, sendo o partido pouco envolvido no processo de formulação de políticas no âmbito do Legislativo (LAMOUNIER, 1989; AMES, 1995; MAINWARING, 1991, 1999; MAINWARING; SHUGART, 1997; SAMUELS, 1998).

Muitos estudos passaram a confrontar esse quadro de enfraquecimento dos partidos e fortalecimento dos políticos individualmente movidos por interesses paroquialistas a partir de evidências empíricas sobre o contexto brasileiro. O trabalho pioneiro conduzido por Figueiredo e Limongi (1999) revela um contexto de alta lealdade dos congressistas em relação à orientação de seus partidos, a partir do que se convencionou chamar de “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988). O voto partidário é considerado, então, como a principal estratégia dos parlamentares brasileiros, refutando a ideia consolidada entre os estudiosos anteriores de que o voto pessoal seria a regra (MENEGUELLO, 1998; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 1997; AMORIM NETO, 2000; MELO, 2000; PEREIRA, 2000).

Partindo da perspectiva proposta por Abranches em 1988 de que a organização política do país é fruto da sua dinâmica institucional particular, que combina a interação entre os poderes Executivo e Legislativo – em um sistema presidencialista e de representação proporcional, multipartidário – Figueiredo e Limongi (1999) identificaram que tal associação única do caso brasileiro leva ao sucesso do modelo.

A partir do trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) e seus achados sobre a elevada disciplina partidária encontrada nas votações nominais na Câmara dos Deputados e governabilidade, diversos modelos explicativos empíricos surgiram como forma de trazer

inteligibilidade teórica⁶. Em sua abordagem posterior sobre o modelo particular brasileiro, Santos (2002) entende que:

Ambas as perspectivas revelam traços importantes do Legislativo brasileiro. De um lado, é razoável sustentar que os legisladores brasileiros têm interesses particularistas e, na maioria das vezes, se esforçam para construir uma boa reputação pessoal a despeito de sua filiação partidária. De outro, também é verdade que, após a promulgação da Constituição de 1988, os partidos brasileiros passaram a exibir um grau razoável de disciplina nas votações nominais no plenário. (SANTOS, 2002, p.238)

Nesse sentido, pesquisadores passaram a considerar em seus modelos explicativos tanto variáveis exógenas quanto endógenas a fim de ampliar as explicações sobre o fenômeno complexo de organização do legislativo (PEREIRA; RENNÓ, 2001; PEREIRA; MUELLER, 2003; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). Para esse grupo do modelo de dupla arena, a conexão eleitoral ocorre através da distribuição de recursos, sem ignorar as variáveis do processo decisório (SANTOS, 2008). Segundo Pereira e Mueller (2003), as abordagens distributiva e partidária “(...) oferecem uma explicação parcial e incompleta para o comportamento dos partidos dentro e fora do Legislativo” (PEREIRA; MUELLER, 2003, p.737).

1.5 Conexão eleitoral no Brasil: as arenas eleitoral e legislativa e incentivos ao partidarismo e ao individualismo

Em linhas gerais, a literatura indica que a abordagem distributivista pressupõe como ponto de partida analítico a motivação do parlamentar, que é a da maximização eleitoral ou de reeleição. Estando os legisladores sujeitos a eleições periódicas, e o espaço eleitoral sendo constituído como geográfico, a “conexão eleitoral” significa que todo membro do Congresso tem fortes incentivos para atender aos interesses específicos dos eleitores de sua região. (LEMOS, 2001, p. 567).

⁶ A título de exemplo, o estudo de Fabiano Santos (2002) identifica no modelo de presidencialismo de coalizão que, além dos poderes controlados pelo Executivo para o entendimento da interação do presidente com o Poder Legislativo, há também um fator interno que são as indicações dos líderes partidários às principais comissões da Câmara como garantia da fidelidade partidária, e não apenas fundamentada na *expertise* do parlamentar.

A abordagem distributivista atua, então, a partir dos princípios de que (i) os congressistas, como atores racionais, buscam a reeleição; (ii) para tanto, apresentam projetos de forma a beneficiar seus eleitores; (iii) ao buscarem benefícios para suas bases eleitorais se deparam com a escassez de recursos e o conflito acontece; (iv) a organização interna do Congresso fornece incentivos que permitem o legislador apresentar propostas de maior retorno eleitoral através dos mecanismos institucionais de *logrolling*, isto é, transformando o Congresso em um “mercado de votos” para obtenção de maioria, e do mecanismo de divisão de tarefas e hierarquia dentro das comissões; (v) assim, as instituições são fundamentais para garantia da estabilidade do sistema político (LEMOS, 2001).

O argumento da corrente distributivista aplicado ao caso brasileiro passou por modificações diante de fatores particulares ao sistema, como a forma de eleição dos parlamentares e pela centralização do poder decisório. Diferentemente do modelo do Congresso norte-americano caracterizado por um sistema majoritário com distrito uninominal e centralizado, analisado por Mayhew (1974) – no qual os candidatos disputam as eleições em cada distrito eleitoral e vence quem obtiver maior votação entre os concorrentes – o Brasil adota o sistema eleitoral proporcional de lista aberta.

Carvalho (2003) e Barry Ames (2003) investigaram a forma pela qual os Deputados Federais eram eleitos, em termos geográficos, e como a descrição de cada caso podia levar à caracterização das bases eleitorais e dos comportamentos esperados para cada parlamentar, segundo a máxima de que quanto mais concentrado e dominante o parlamentar é, mais sua atuação seria identificada com políticas paroquiais distributivistas. E, quanto menos concentrado e dominante é o deputado, mais voltado a políticas universais e de cunho partidário-ideológico o exercício do seu mandato seria.

Apesar de Ames (2003) identificar uma configuração geográfica do voto no país que garante os mesmos incentivos personalistas encontrados nos modelos majoritários a partir de “distritos informais” dentro dos Estados, muitos autores criticam a utilização da vertente distributivista para o caso brasileiro tanto pelas características do sistema político divergentes do modelo norte-americano quanto pelos efeitos do sistema eleitoral do país (SANTOS; AMORIM NETO, 2003; SANTOS, 1997).

Para Carvalho (2003), nenhum enfoque isolado, seja distributivo, partidário ou informacional, seria suficiente para explicar os inúmeros incentivos eleitorais que interferem na arena política do país. Segundo o autor, a abordagem distributivista explicaria apenas o comportamento de uma parte dos representantes. Assim, a partir do trabalho de Mayhew sobre o comportamento do legislativo, Carvalho (2003) avalia que a teoria da conexão

eleitoral formulada pelo norte americano possui importantes contribuições ao caso brasileiro, desde que observadas as características do país.

Dessa forma, Carvalho amplia o conceito de conexão eleitoral de uma perspectiva puramente distributivista, na qual os deputados atuariam orientados apenas de forma particularista (AMES, 2003), para uma perspectiva múltipla, isto é, seriam movidos por diversos fatores. A partir de seus estudos sobre as eleições de 1994 e 1998, afirma que a origem geográfica do voto na arena eleitoral pode se constituir como fator determinante para atuação parlamentar na arena legislativa, encontrando diferentes padrões geográficos de distribuição de votos refletidos em diferentes comportamentos legislativos dentro da Câmara dos Deputados. Em seu estudo sobre os projetos de lei propostos por parlamentares, discursos e emendas orçamentárias, o autor conclui que existe uma correlação tanto entre o comportamento do parlamentar e seu padrão de votação quanto entre sua ação legislativa e sua posição partidária e ideológica. Entretanto, a primeira correlação seria mais forte para explicar os incentivos da arena eleitoral.

A partir dos achados de Carvalho (2003), uma linha de trabalhos baseados na vertente distributivista para explicar o funcionamento do sistema político brasileiro passou a considerar as teses de que, por um lado os recursos provenientes de prerrogativas individuais do parlamentar têm impacto sobre suas chances de reeleição, e por outro, de que há uma relação entre a liberação de recursos e o apoio da agenda do Executivo (PEREIRA; MUELLER, 2002, 2003; AMORIM NETO; SANTOS, 2003; ALSTON; MUELLER, 2005).

Dessa forma, a conexão eleitoral ocorre pela distribuição de recursos, levando em consideração também variáveis de processo decisório e da relação com o Executivo, isto é, combinando aspectos exógenos e endógenos como variáveis explicativas para o alto grau de fidelidade partidária dos congressistas alinhado à lógica individualista (PEREIRA; MUELLER, 2002, 2003; CERVI, 2009).

Nessa linha, Pereira e Mueller (2003) realizam uma análise combinada das teorias distributivista e partidária através da interação que observam entre ambas. Os autores entendem existir uma interação das duas arenas – eleitoral e legislativa – como variáveis independentes em relação ao comportamento dos parlamentares, em virtude do modelo constitucional próprio do Brasil. Segundo os autores:

[...] o sistema político brasileiro condensa duas diferentes e antagônicas forças e incentivos institucionais. De um lado, as regras eleitorais, o multipartidarismo e o federalismo agem descentralizando o sistema político. De outro lado, as regras internas do processo de decisão dentro do Congresso e os poderes constitucionais do

Presidente de legislar e de distribuir recursos políticos e financeiros proporcionam incentivos para a centralização desse mesmo sistema (PEREIRA; MUELLER, 2003, p. 737-738).

Os autores (PEREIRA; MUELLER, 2003) identificam um comportamento consistente por parte dos parlamentares brasileiros de acordo com seus partidos, buscando acesso a recursos controlados pelo Executivo e por lideranças partidárias, com impactos diretos nas estratégias de sobrevivência política dos parlamentares na arena eleitoral. O trabalho deles corrobora o argumento distributivista no qual a atuação parlamentar é auto interessada e se orienta de forma a conseguir recursos para distribuir benefícios localistas a suas bases, aumentando suas perspectivas de sucesso eleitoral. Assim, justificam um comportamento simultaneamente de forma disciplinada com sua legenda na arena legislativa e de maneira personalista e paroquial na arena eleitoral, sendo incentivados, principalmente, pelo próprio poder Executivo, que utiliza prerrogativas orçamentárias como moeda de troca para obter apoio parlamentar aos seus projetos.

A pesquisa dos cientistas políticos orienta para um cenário de estabilidade entre as arenas como garantia de governabilidade diante do presidencialismo de coalizão brasileiro uma vez que os políticos teriam de agir individualmente na arena eleitoral e precisariam de recursos localizados na arena governamental. Assim, adotam como estratégia o agir coletivo no parlamento, conforme orientação partidária, visando ampliar seu o poder pessoal de barganha por recursos paroquiais para satisfazer seu reduto eleitoral (apud PERES; CARVALHO, 2012). Avaliam que há uma coexistência de incentivos eleitorais e institucionais da arena legislativa que norteiam a atuação do representante, fundamento do argumento de conexão eleitoral.

Além disso, Pereira e Mueller (2003) destacam três diferentes mecanismos pelos quais o Governo Federal utiliza para influenciar as decisões no Legislativo e, ao mesmo tempo, incentivar o comportamento partidário, que são suas prerrogativas constitucionais que permitem uma atuação “legislativa” do presidente. A segunda se relaciona com a centralização do processo decisório pelos líderes da coalizão majoritária no Congresso, e, por último, os poderes orçamentários e de distribuição de recursos financeiros o qual tem acesso e controle (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Assim, demonstram que há uma tendência dos atores à cooperação com a agenda partidária, especialmente entre integrantes da base do Governo Federal, como forma de maximizar chances eleitorais ao se beneficiarem da fidelidade para obter vantagens políticas

do Executivo. Os autores resumem as contradições dos modelos anteriores da seguinte maneira:

Portanto, a combinação dessas duas forças oferece, simultaneamente, incentivos paradoxais tanto para comportamentos individuais na esfera eleitoral como para comportamentos partidários dentro do Congresso. Resumindo: se, por um lado, pelas regras de seleção dos parlamentares, os deputados recebem incentivos para se comportarem individualmente, por outro lado, em função do funcionamento centralizado do processo decisório interno da Câmara, os deputados recebem incentivos para se comportarem de acordo com o líder do partido e, por que não dizer, de acordo com os interesses do presidente, no caso do presidencialismo de coalizão majoritário brasileiro atual. (PEREIRA; MUELLER, 2003, p.738)

Mueller e Alston (2005) complementam ao debate sobre os poderes que permitem ao Presidente legislar introduzindo o conceito de “pork for policy”, em que a agenda de interesse do Executivo – com políticas de abrangência nacional – estariam garantidas através de uma troca por recursos orçamentários, relevantes eleitoralmente para os parlamentares, que agiriam de forma favorável aos projetos do Presidente no Congresso Nacional. Dessa forma, os autores avaliam que esta interação possibilita a estabilidade do sistema permitindo ganhos para o país, já que o Presidente recebe incentivos pela conexão eleitoral de satisfazer interesses nacionais, diferentemente dos membros do Congresso orientados por benefícios regionais e localizados de suas bases.

Pereira e Rennó (2007) encontram evidências, em dados relativos à duas eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados, 1998 e 2002, de que as emendas individuais são importantes determinantes para a explicação do sucesso dos candidatos à reeleição. Os autores demonstram que o sistema político brasileiro gera incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a performance nacional dos seus representantes, os levando a adotar um comportamento voltado à busca pelo tipo de benefício localista, como forma de atingir maior retorno eleitoral. Segundo os autores, os interesses locais prevalecem na arena eleitoral porque as demandas locais têm influência maior sobre o sucesso eleitoral. “Mesmo o comportamento partidário, quando este acontece dentro da Câmara, segue esta lógica, pois são os líderes dos partidos e o executivo que controlam a distribuição de benefícios.” (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p.667).

Além da análise da corrente distributivista envolvendo o direcionamento de emendas orçamentárias, outra maneira de explorar a conexão eleitoral no país ocorre por meio de estudos sobre os resultados legislativos, se orientados para uma produção de políticas paroquiais (locais e concentradas) ou nacionais (geral e difusa).

Nesse sentido, Cervi (2009) em seu estudo sobre o legislativo estadual do Paraná pontua que “[...] independente da atuação coletiva do Deputado, aqueles que apresentaram uma produção individual localizada geograficamente, com projetos de lei de abrangência regional ou municipal, por exemplo, tendem a apresentar melhores chances de reeleição.”. Assim, demonstra haver uma conexão eleitoral ao identificar uma relação direta entre a atuação do parlamentar e sua produção legislativa individual com sua votação pelo eleitorado.

O autor (CERVI, 2009) observa, no entanto, que a “atuação coletiva do parlamentar”, isto é, em consonância com o partido, não se mostrou tão relevante para obtenção da reeleição. Assim, entende ser possível o modelo misto proposto por Pereira e Mueller (2003), mas acrescenta uma terceira arena independente dentro do Parlamento na qual o legislador atua individualmente, a partir de projetos de recurso exclusivo do legislativo, buscando atender as demandas de seus redutos eleitorais e sua reeleição.

Assim, Cervi (2009) se diferencia ao utilizar o conceito de duas arenas para discutir a existência de uma nova configuração em que a arena eleitoral continua sendo vista como descentralizada ou personalizada e a arena legislativa passa a ser questionada sobre sua total centralização. O autor argumenta que a esfera deve ser considerada parcialmente centralizada por permitir simultaneamente dois tipos distintos de comportamento de seus parlamentares, tanto de forma responsável junto à bancada ou partido, quanto de maneira personalista buscando dispor de recursos legislativos para beneficiar suas bases eleitorais e favorecer sua carreira política, buscando, principalmente, sua reeleição. Assim, o autor avalia que os parlamentares poderiam agir de forma partidária e personalista ao mesmo tempo, para contemplar ambas as esferas - eleitoral e legislativa, mesclando os dois modelos apresentados.

Nessa linha, apesar de leis às bancadas em temas polêmicos e de interesse do poder Executivo, o desempenho eleitoral dos parlamentares também pode ser explicado com base em sua atuação individualizada prevista institucionalmente no parlamento, havendo uma relação direta entre o tipo de produção parlamentar individual e o comportamento do eleitor. Dessa forma, o autor identifica uma arena paralela na qual é desenvolvida também a atuação individual e independente do parlamentar através de propostas de projetos de lei e mensagens de autoria própria que dependem exclusivamente de recursos legislativos para atender demandas de representação de seus eleitores.

Apesar das estratégias orientadas a beneficiar os interesses de localidades específicas garantam mais retornos eleitorais do que as atividades legislativas dentro da Câmara, as ações direcionadas para a performance nacional também viabilizariam as chances de sobrevivência política dos legisladores (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Entretanto, a decisão da utilização de

estratégias nacionais como forma de diferenciação envolve riscos elevados, já que ao abdicar de uma estratégia localista os parlamentares precisam se destacar para ganhar visibilidade, criando situações e eventos que proporcionem tal notoriedade a fim de compensar a falta de laços fortes com seus redutos eleitorais (PEREIRA; RENNÓ, 2001). Os legisladores com votação mais dispersa e que possuem menor competição nas suas bases eleitorais obteriam mais chance de sucesso em sua reeleição.

É possível constatar que o campo de pesquisa sobre a aplicação da versão distributiva ao legislativo no Brasil está longe de ser consensual. Muitos estudos contrariam os achados que revelam uma ação individual ou paroquial pelos legisladores no parlamento, identificando a produção de leis mais voltada aos interesses nacionais (LEMOS, 2001; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002; AMORIM NETO; SANTOS, 2002; RICCI, 2003) e não comprovam a hipótese de que emendas orçamentárias estão relacionadas com o sucesso eleitoral (SAMUELS, 2002; MESQUITA, 2008; SANTOS, 2008).

Lemos (2001) em estudo conduzido sobre as características das escolhas dos parlamentares brasileiros nas áreas de educação e saúde, entre 1988 e 1994, questiona se as propostas legislativas apresentadas pelos legisladores pretenderam distribuir benefícios agregados – a grupos, indivíduos ou localidades geográficas – ou difusos, para toda a sociedade. Seus achados orientam que, em determinadas situações, propostas de caráter difuso podem trazer mais ganhos eleitorais para o político. Dessa forma o modelo racional está mantido pelo caráter pragmático, mesmo que a partir de uma lógica coletivista, ao mesmo tempo que combate a ideia de um Congresso paroquialista.

Ricci (2003) ao analisar o comportamento legislativo dos congressistas a partir dos efeitos do sistema eleitoral brasileiro ressalta que o argumento paroquial, baseado na tese da conexão eleitoral, defendido pela literatura, possui problemas relacionados aos custos de investimento pelo parlamentar que não entram no cálculo: o custo de informação e o de competição. No primeiro, o autor avalia existir uma falta de dimensionamento do eleitorado, já que quanto maior seu público, mais difícil manter uma relação direta. No segundo, a lógica decisória ligada ao *pork* encontra um problema de ação coletiva. Conforme ressalta o autor:

Em particular, é preciso reconsiderar o argumento de que os congressistas, quando envolvidos na prática legislativa, distribuem benefícios concentrados para viabilizar a reeleição. A lógica eleitoral em um sistema proporcional e os custos de investimento parecem empurrar os deputados para uma ação legislativa voltada para satisfazer grupos mais amplos (RICCI, 2003, p. 724).

O autor pondera que em alguns casos, como em distritos mais populosos, há uma maior dificuldade em localizar o eleitorado, incentivando os políticos a atuarem no campo da distribuição de benefícios dispersos no território ao invés de fazer políticas paroquiais. Dessa forma, a partir de dados empíricos sobre a produção legislativa brasileira, aponta para uma direção de reconfiguração da tese de conexão eleitoral clássica, ao observar um quadro de mais projetos de lei nacional sendo apresentados em detrimento de leis do tipo particularista e mais projetos de leis do tipo distributivo de amplo impacto sendo rejeitados em comparação com projetos locais, rejeitando parcialmente os estudos anteriores.

David Samuels (2002), a partir de um outro ângulo de análise, corrobora a desconfiança sobre a prática de *cunho* paroquial dos parlamentares e defende que a hipótese distributivista não se sustenta em virtude de uma alta taxa de renovação na Câmara dos Deputados, que inibe as ações dos parlamentares em torno de políticas do tipo *pork barrel* com fins eleitorais. O argumento do autor é de que há uma distribuição indireta de benefícios particulares para alcançar financiamento eleitoral a fim de possibilitar sua reeleição. O financiamento de campanha é, então, percebido como sendo mais relevante para o sucesso eleitoral do candidato.

Assim, é observado que a área de estudos legislativos no país, que por muito tempo esteve focada em torno da oposição entre as explicações “distributivistas” e as explicações “partidárias” sobre o processo legislativo – limitando-se por “linhas interpretativas monodimensionais do fenômeno” (PERES; CARVALHO, 2012) – possui uma abrangência de análise multidimensional, cabendo mais fatores como variáveis explicativas e diferentes ângulos interpretativos.

Peres e Carvalho (2012) ressaltam a complexidade dos modelos a partir da identificação de alguns problemas explicativos que apresentam. Apesar da contribuição dos estudos distributivistas, partidários e os métodos híbridos de interpretação, estes não levariam em consideração elementos organizacionais dos partidos políticos, sendo limitados ao peso atribuído a eles ora como determinantes, ora insuficientes para explicar o comportamento parlamentar enquanto “ação coletiva coordenada”, em função do impacto do sistema eleitoral no processo legislativo – traduzido em disciplina partidária.

Os autores avaliam que a análise partidária ao contestar a perspectiva distributivista, focada apenas nos efeitos do sistema eleitoral sobre o comportamento parlamentar, levou a um “insulamento” da esfera legislativa, o que significou um certo isolamento analítico do Poder Legislativo – não estando sujeitos, por exemplo, à interferência do Poder Judiciário – além de não considerar a posição de hierarquia dos seus membros e a existência de interesses

variados. Já as abordagens híbridas são vistas pelos autores como contraditórias e insuficientes ao prever uma “conexão eleitoral” a partir da defesa de que os partidos seriam fortes apenas no parlamento, enquanto coalizão disciplinada – em virtude da possibilidade de obtenção pelos parlamentares de benefícios eleitorais – e fracos na arena eleitoral por incentivos de ordem institucional para o comportamento individual. Para eles:

Mesmo que os eleitores tenham como motivação as “políticas locais”, mesmo que os deputados e candidatos desafiantes adotem estratégias eleitorais baseadas em trocas paroquialistas, ainda assim não é possível descartar a organização partidária que, inclusive, pode participar desse jogo ou até mesmo incentivá-lo. Ou seja, políticas clientelistas não são evidência de inexistência de força partidária. (PERES; CARVALHO, 2012, p. 97)

Em estudo mais recente Barros e Silva (2020), ao realizarem uma revisão da produção bibliográfica sobre o Poder Legislativo no Brasil, concluem que a partir do avanço das tecnologias de informação e comunicação, novas agendas de pesquisa relacionadas ao estudo do legislativo emergiram. Segundo eles, como os parlamentos são afetados diretamente pelas transformações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas, cabe uma nova agenda de pesquisa para compreender os impactos gerados nas “dinâmicas internas das instituições legislativas e seu funcionamento, bem como as campanhas eleitorais, a forma dos representantes interagirem com suas bases, entre outros aspectos.” (BARROS; SILVA, 2020, p. 32)

Dessa forma, novos estudos sobre o comportamento legislativo se mantêm relevantes para explorar aspectos relacionados à compreensão do funcionamento do processo decisório na Câmara dos Deputados diante de um cenário complexo em que há a possibilidade de um comportamento parlamentar orientado tanto por práticas paroquiais e individualistas, quanto por nacionais e partidárias a partir de um amplo conjunto de variáveis explicativas para além de práticas do tipo *pork barrel*.

No capítulo seguinte, será realizada uma análise do sistema eleitoral e partidário brasileiro, buscando compreender as regras que regem os pleitos eleitorais no Brasil para cargos do Legislativo federal e seus reflexos para as estratégias eleitorais dos candidatos ao legislativo brasileiro. Conforme apresentado, os partidos políticos ocupam papel central no debate sobre a dinâmica do Parlamento no país, seja entendido como fator determinante, conforme proposto pela “explicação partidária”, como parcialmente relevantes, como preveem as teorias híbridas de análise, ou ainda inexistente, defendido por distributivistas clássicos. Assim, será realizada uma revisão da literatura sobre as principais teorias da

democracia representativa, o papel dos partidos e a relação entre a arena eleitoral a partir do crescimento das novas mídias e formatos de fazer campanha.

2 REPRESENTAÇÃO E INTERNET NAS DUAS ARENAS

2.1 Representação política e o contexto eleitoral e partidário

A democracia liberal moderna com base na representação é produto do aperfeiçoamento de instituições políticas e implica a existência de uma eleição, sendo este o principal mecanismo de escolha e legitimação da governança. O voto representa, então, o exercício do poder em favor da cidadania e democracia baseado em regras, que envolvem a estrutura constitucional e o sistema partidário para seu pleno funcionamento. O “fator técnico” (DUVERGER, 1951), do regime eleitoral, assume relevância devido a sua influência sobre aspectos da estrutura de partidos que se orientam de acordo com o formato do processo de votação utilizado pelo país, assim como o sistema de partidos também irá desempenhar um importante papel sobre o regime eleitoral.

Seguindo a discussão sobre as diferenças e funcionamento dos sistemas eleitorais e os motivos de adoção de cada modelo, o esforço da literatura tem sido o de explicar tanto as origens quanto os efeitos dos sistemas eleitorais uma vez que são adotados. Diante da discussão sobre o componente institucional, o sistema eleitoral e de partidos desempenham grande relevância para legitimação do governo e garantia das melhores decisões em prol da população.

De modo geral, com a concretização da delegação como uma característica intrínseca da democracia, o cerne do debate se dava em torno da forma da democracia a ser implementada com o fim das duas grandes guerras mundiais, que ampliou a necessidade de um “consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos” (SANTOS; AVRITZER, 2002). Estudos institucionalistas debruçaram-se sobre os efeitos das instituições sobre o jogo político, tendo proeminência com o livro “Os partidos Políticos” (1951) de Maurice Duverger no qual formula a sua teoria que ficou conhecida como Lei de Duverger. Segundo o autor, sistemas majoritários de maioria simples (pluralidade uninominal) tenderiam ao dualismo dos partidos. E, salvo raras exceções, o sistema majoritário tende ao bipartidarismo. Já os sistemas proporcionais tenderiam ao multipartidarismo. Duverger defende que o funcionamento do sistema se relaciona diretamente com a configuração do sistema partidário. Dessa forma, o instrumento partidário

torna-se o elo entre a vontade da sociedade e sua expressão na política, no processo decisório e no governo.

Anthony Downs (1957), partindo do pressuposto da racionalidade do voto, sustenta que a ideologia partidária na política é importante para garantir ao eleitor as bases sobre como os partidos irão se comportar uma vez no governo – constituindo importantes atalhos cognitivos. Assim, a democracia representativa funciona racionalmente e a ideologia partidária assume o papel de mecanismo para tomada de decisões já que, segundo Downs, o eleitor vota no partido que ofereça as políticas mais consistentes com seus interesses e suas preferências a custos reduzidos para obtenção da informação. O autor soluciona o problema do surgimento de possíveis paradoxos pelas incertezas geradas com a falta de informações dos eleitores ao atribuir ao sistema partidário estável a função de representar um conjunto claro de princípios norteadores de sua atuação.

A partir da segunda metade do século XX, com o avanço das transformações tecnológicas, sociais e culturais, as discussões sobre a representação na democracia passam a identificar um processo de baixo comparecimento e participação em eleições pela população e um declínio dos níveis de identificação e confiança nos partidos políticos e nas instituições representativas. Assim, o principal diagnóstico entre os autores era de uma crise dos partidos políticos, enquanto mediadores dos interesses da sociedade civil na instância política (OFFE, 1983; KIRCHHEIMER, 1990; MANIN, 1995; BAQUERO, 2000; CASTELLS, 2001; CHADWICK, 2006; NORRIS, 2011).

Um dos primeiros estudos é o de Kirchheimer (1990) que utiliza o termo *catch-all-parties* como definição para o que observa de gradativa perda de identidade dos partidos, não mais se constituindo como entidade fundamentada em um programa ou uma ideologia, mas sim baseado em propostas difusas para abranger mais eleitores a fim de conquistar votos.

Para Bernard Manin (1995), a crise estaria nos governos representativos, e não seria propriamente da democracia. O momento é entendido como de “metamorfose” entre a forma do tipo de “democracia de partidos” para a “democracia de público”⁷ e atribui um peso significativo aos meios de comunicação para o processo de fragilização do sistema representativo partidário. Manin avalia que ao longo do tempo há uma mudança do governo representativo que começa primeiro com o tipo parlamentar, governado por notáveis, sendo

⁷ A partir do conceito proposto por Manin (1995), Nadia Urbinati (2013) entende a democracia de público como plebiscito da *audience*, em que especialistas de mídia detém o controle da comunicação e promovem a espetacularização das eleições.

substituído por uma democracia de partidos fortes e identitários – a partir do sufrágio universal e constituição dos partidos de massa – que por sua vez estaria dando lugar à “democracia de público” e uma relação mais direta de comunicação entre representantes e representados pela mídia, em que “os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, dispensando a mediação de uma rede de relações partidárias” (MANIN, 1995, p. 13).

Dessa forma, o autor orienta para um novo formato e relevância das campanhas eleitorais em que há incentivos para a personalização dos candidatos enquanto grandes “comunicadores” em detrimento das organizações partidárias. As características pessoais e a ênfase à individualidade dos políticos passam a ser destacadas nessa nova forma de governo representativo, configurando uma forma de votar mais em pessoas do que pela identificação com o partido.

Por sua vez, Castells (2001) avalia que a crise não estaria unicamente refletida nas legendas, mas também na própria democracia representativa e em sua legitimidade uma vez que “as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático tornaram obsoletos os sistemas partidários existentes e o atual regime de concorrência política como mecanismos adequados de representação política na sociedade em rede.” (CASTELLS, 2001, p. 408). Dessa forma, a crise de legitimidade estaria caracterizada por um cenário de volatilidade eleitoral, falta de interesse em questões políticas e altas taxas de abstenção nos pleitos, enfraquecimento partidário e a mídia como fator determinante nos processos eleitorais.

Andrew Chadwick (2006) ressalta que o argumento comumente utilizado para explicar a crise partidária tem relação com o contexto das sociedades pós-industrializadas, em que pesam menos os apelos às classes sociais e conta com grupos mais fragmentados, diferentemente do cenário que deu origem os partidos entre os séculos XIX e XX. No atual momento, os eleitores são percebidos com uma propensão menor à identificação partidária e que fazem maior uso da razão para formular avaliações sobre as plataformas políticas.

Se por um lado é observada uma tendência de declínio dos índices de identificação com partidos políticos, por outro “é cada vez mais expressiva a parcela do eleitorado que passa a pensar sobre política e fazer sua decisão a partir do início das campanhas eleitorais nos meios de comunicação” (TELLES; LOURENÇO; STORNI, 2009, p.93). Em linhas gerais, as teorias sobre o comportamento eleitoral não atribuíam o efetivo peso exercido pelas campanhas políticas e pela mídia. Os modelos sociológico e psicológico do voto relegaram um papel secundário às campanhas na decisão do votante (LEAL, 2002; TELLES;

LOURENÇO; STORNI, 2009). No entanto, muitos autores passaram a ressaltar sua importância em estudos sobre a explicação do comportamento do eleitor (HOLBROOK, 1996; GOMES, 2004).

De acordo com as correntes teóricas do comportamento eleitoral, os eleitores podem elaborar a sua opinião sobre os partidos durante seu processo de socialização política, argumento principal da explicação psicológica, ou a partir de sua experiência de classe ou cultural, defendido pela teoria sociológica. Pela teoria da racionalidade, as imagens que os eleitores constroem sobre as legendas, os permitem monitorar suas propostas e avaliar sua atuação uma vez no poder, para então maximizar seus ganhos futuros (VEIGA, 2007). Fiorina (1981), por sua vez, adiciona um outro elemento ao debate, argumentando a existência de um peso da avaliação que o indivíduo faz da experiência acumulada como eleitor ao longo de sua vida adulta para a identificação partidária, isto é, ao monitorar promessas e desempenho da legenda ao longo do tempo, forma uma base de informação “utilizada pelo eleitor quando este avalia plataformas ambíguas feitas para lidar com futuros incertos.” (CARREIRÃO; KINZO, 2004, p. 133).

Na tentativa de compreender a cultura política, ideologia e comportamento do eleitor brasileiro, Julian Borba (2005) identifica na literatura que apesar das diferenças teóricas entre os autores das três correntes existe um certo consenso sobre algumas questões fundamentais, como (i) o baixo grau de informação e caráter pouco estruturado das opiniões políticas de grande parte do eleitorado e (ii) a decisão do voto ancorada em “imagens políticas” e avaliações de características pessoais dos candidatos em disputa. O autor ressalta, no entanto, que essas constatações não inviabilizam um comportamento racional por parte do eleitor.

Para Leal (2002), o modelo racional do voto é o que melhor consegue incorporar nas explicações o fenômeno do que ele denomina de “nova ambiência eleitoral”, em que os partidos políticos deixam de ser atores centrais do processo eleitoral e a figura dos candidatos, que é supervalorizada no momento das escolhas eleitorais, passa a ser o foco das campanhas. Segundo Leal, a prevalência de um eleitor médio com baixa informação, pouco envolvido politicamente e movido pelo cálculo racional de maiores benefícios a menos custos os levaria a recorrer a atalhos informacionais para a tomada de decisão durante o período da eleição. Assim, se informam através das campanhas políticas e conteúdos em meios de comunicação para elaborar sua posição. Ainda sobre a ideia da nova ambiência eleitoral, Leal e Rossini (2011) elucidam que:

Esta ambiência se caracteriza pela supervalorização da figura do candidato e consequente enfraquecimento do debate ideológico, pela tendência de o eleitor recorrer a atalhos informacionais para reduzir os custos da decisão política, e pela capacidade limitada das campanhas em obter vitórias, "obrigando os atores políticos à consideração de outras estratégias de conexão eleitoral e de comunicação mais duradouras" (LEAL; ROSSINI, 2011, p.3).

Nesse sentido, os “atalhos informacionais” que passaram a ser ocupados também pelos meios de massa, muito presentes na vida cotidiana, foram incorporados por outros autores da corrente racional, como Popkin (1994). O autor, observando esse novo ambiente, atualiza alguns pressupostos da teoria racional defendendo que, embora os eleitores necessitem buscar se informar antes de decidir, eles o fazem racionalizando os custos envolvidos pela grande mídia, campanhas e pelas próprias relações pessoais. Assim, racionalizam sobre partidos, candidatos e questões relevantes a partir do modelo de “low-information rationality”, isto é, racionalidade de baixa informação no qual os eleitores recorrem a um conjunto de observações da realidade e experiências prévias acumuladas para basear suas decisões de forma simplificada, introduzindo aspectos sociais, culturais e psicológicos à teoria downsoniana.

O contexto da nova ambiência eleitoral, conforme apontado anteriormente, tem impactos diretos para uma reconfiguração da comunicação política, que se orienta para a garantia do diálogo entre os políticos e a sociedade. Diante da diminuição da identificação partidária como “atalho informacional”, de eleitores propensos a decidir apenas no período eleitoral e fortemente impactados pelos meios de comunicação (HOLBROOK, 1996), os atores políticos buscam profissionalizar cada vez mais sua comunicação através de estratégias midiáticas de campanha para criar e manter imagens públicas que os garantam uma boa avaliação a fim de conquistar a preferência do eleitorado (LEAL; ROSSINI, 2010).

Segundo Alessandra Aldé (2004), em democracias recentes, como é o caso do Brasil, os partidos políticos perderam o monopólio do espaço público da política, dando lugar a uma relação de dependência entre os cidadãos e os meios de comunicação, tanto para obter informações políticas, quanto para definição da escolha eleitoral (ALDÉ, 2004). Somado a esse cenário, a queda na identificação partidária após a redemocratização no Brasil estaria também relacionada com a ampliação do acesso à informação através dos novos meios de comunicação (CARREIRÃO; KINZO, 2004). Nesse sentido, os partidos políticos deixam de ser os principais mediadores entre sociedade e esfera pública e a mídia passa a desempenhar essa função.

Como apresentado, o instituto da representação política enquanto ideal democrático passou por transformações desde sua origem. A introdução de novas variáveis como novas formas de comunicação em massa possuem a capacidade de trazer significativas alterações ao ambiente social e político. Antes de abordar o tema sobre as influências da popularização da internet e das mídias sociais para a arena eleitoral e os impactos para a representação no parlamento, cabe analisar o atual sistema eleitoral brasileiro no que diz respeito à legislação para o cargo de Deputado Federal e os incentivos observados pela literatura sobre os efeitos para os baixos incentivos à identificação partidária e tendências à personalização do voto (BAQUERO, 1997; NICOLAU, 2006).

Ao longo dessa sessão foi debatida a questão da dificuldade do estabelecimento de uma identidade partidária em democracias contemporâneas, como o Brasil. Foi constatado que esse quadro está alinhado ao contexto de ampliação da importância da imagem pública do político e da relevância que tal aspecto passa a desempenhar na decisão sobre o voto dos eleitores, competindo com a identificação ideológica propiciada pelo sistema partidário.

O trabalho não busca focar a atuação dos partidos na arena eleitoral, nem a forma como eles se coordenam antes dos pleitos⁸. A análise relativa aos partidos levará em conta, essencialmente, sua capacidade de agregar ou não para a estratégia de comunicação dos atores políticos, sendo centralizada na entidade ou no parlamentar de forma individualizada na esfera legislativa. Além disso, cabe salientar que a investigação não tem a pretensão de contemplar todas as inúmeras variáveis explicativas que envolvem a atuação legislativa, mas contribuir ao debate sobre a nova relação estabelecida entre representantes e representados diante de um novo contexto comunicacional e tecnológico.

Na próxima seção é identificada a relação entre o sistema eleitoral e os incentivos institucionais brasileiros para personalização e reforços sobre a imagem política do candidato na campanha eleitoral.

2.2 Sistema eleitoral e os incentivos à personalização

⁸ No estudo “A força dos partidos fracos”, Fernando Guarnieri (2011) revela uma significativa importância dos aspectos organizacionais dos partidos brasileiros para a formulação de suas estratégias eleitorais, combatendo a ideia predominante de que na arena eleitoral “a ausência dos partidos de massa levaria à fragmentação e à instabilidade do sistema partidário”.

Conforme discutido no tópico anterior, o sistema partidário e as regras eleitorais exercem influência sobre as estratégias adotadas pelos parlamentares dentro da Câmara dos Deputados, que irão se comportar de forma racional para buscar beneficiar suas bases eleitorais a fim de se manter no poder, segundo a lógica distributivista. Diante de um contexto de fragilização da representação partidária e estando os legisladores sujeitos a eleições periódicas para conquistar e manter seu cargo, a arena eleitoral é vista como o momento propício do candidato atuar de forma individualizada.

Apesar de os partidos e líderes terem muita influência sobre os parlamentares durante a Legislatura, procurando pressionar e influenciar nas votações no Congresso, isto não necessariamente se transforma em força partidária nas eleições em virtude de alguns fatores, como a atuação individualista dos deputados nessa arena, a legislação eleitoral brasileira, a possibilidade de coligações entre os partidos, o sistema proporcional de lista aberta e o próprio eleitor, que atribui grande significado à imagem do candidato (PEREIRA; RENNÓ, 2001).

O sistema de representação proporcional, pelo qual os 513 parlamentares no Brasil são eleitos, teria como objetivo primário o de assegurar que a diversidade de opiniões de uma sociedade estivesse refletida no corpo político e garantir uma correspondência entre os votos recebidos pelos partidos e sua representação (NICOLAU, 2004). A principal crítica formulada a esse sistema é a de que estimula a fragmentação e leva ao enfraquecimento partidário. (LAMOUNIER, 1987; MAINWARING, 1991; SAMUELS, 2000).

Os diagnósticos sobre o sistema partidário brasileiro têm sido realizados a partir de resultados negativos em virtude de sua configuração particular que combina a falta de enraizamento social (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), a descentralização e falta de organização da estrutura nacional dos partidos (LIMA JÚNIOR, 1993; NICOLAU, 1996), e elevada fragmentação e volatilidade partidária⁹ (MAINWARING, 1999; KINZO, 2004).

Dentre os mecanismos institucionais identificados como causadores desse quadro tem-se, especialmente, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta com magnitude elevada, a possibilidade de coligações eleitorais, a migração partidária, o federalismo – que fortalece a

⁹ A dificuldade de estabelecimento de uma identidade partidária sólida no Brasil pode ser constatada, segundo Carreirão (2014), no aumento acentuado do número efetivo de partidos (NEP) para a Câmara dos Deputados, indicador utilizado para medir a fragmentação partidária. Para o autor, quando comparado com outros países democráticos, o Brasil possui o maior grau de fragmentação partidária na Câmara dos Deputados (apud PAYNE, 2007).

arena local – eleições simultâneas para diversos cargos e distorção na representação para cargos do Legislativo nacional (NICOLAU, 2006; SIMONI JÚNIOR; RIBEIRO, 2019).

Muitos trabalhos constataam a importância dos efeitos das regras do sistema eleitoral sobre as estratégias utilizadas pelos candidatos de forma individualizada em relação aos seus partidos nas campanhas para o cargo de deputado federal (MAINWARING, 2001; NICOLAU, 2002, 2006; CINTRA, 2006; AMES, 2003; CARVALHO, 2003; MARENCO, 2008; LEAL; ROSSINI, 2010). O sistema eleitoral e as regras partidárias no Brasil levariam a um comportamento individualista pelos candidatos e legisladores em virtude dos incentivos à reeleição, das regras eleitorais pelo sistema de lista aberta que geraria autonomia dos políticos e enfraqueceria os partidos, da seleção dos candidatos no partido que detém de relativa independência para escolher disputar uma vaga, além do processo descentralizado da escolha dos candidatos e, por último, da facilidade de troca de partido pelos parlamentares, não tendo os partidos mecanismos fortes de garantir a disciplina de seus membros (MAINWARING, 2001; SANTOS, 2006).

O sistema eleitoral brasileiro, para os cargos do legislativo, fornece estímulos ao voto personalizado tanto pela forma como são conduzidas as campanhas políticas centralizadas na figura do candidato, quanto pela maneira de obter os recursos para o financiamento eleitoral (NICOLAU, 2006). Os candidatos detêm relativa autonomia para organizar sua própria campanha, utilizar as verbas com gastos e despesas, buscar financiamento eleitoral e construir seu capital político.

Do ponto de vista dos candidatos, como esses podem concorrer com seus correligionários dentro do partido ou coligação, tal fato contribui para um enfraquecimento dos laços partidários – explicado pela diversidade de interesses divergentes existentes dentro do partido – com reflexos para a baixa disciplina em relação ao partido, já que candidatos podem trocar de legenda com custos políticos reduzidos (MARENCO, 2008). Os fatores somados levariam a um comportamento parlamentar focado em conseguir verbas para seus redutos eleitorais, em detrimento do projeto político partidário.

Outro efeito gerado pela ampla competição intrapartidária é a busca por maiores investimentos nas campanhas eleitorais, o que leva candidatos com maior poder econômico a saírem favorecidos na disputa por posições na lista (NICOLAU, 2006). Nesse sentido, autores como Samuels (2001), Pereira e Rennó (2007), Speck e Mancuso (2013) atribuem peso significativo a fatores financeiros para o desempenho dos candidatos a cargos do legislativo. Em linhas gerais, os estudos nessa abordagem focam na relação da quantidade de recursos

investidos em relação ao sucesso eleitoral, já que o processo eleitoral do legislativo brasileiro apresenta custos de campanha elevados (SAMUELS, 2006).

No sistema de lista aberta adotado no Brasil para escolha dos representantes do legislativo, os partidos políticos e as coligações partidárias precisam atingir uma quantidade mínima de votos, o chamado coeficiente eleitoral, para ter direito a ocupar cadeiras no Parlamento. Esses votos são computados por simples agregação dos votos individuais e de legenda recebidos pelo partido ou coligação, sem ordem de preferência. No entanto, a lista de candidatos que irão preencher esses lugares é ordenada de acordo com a votação individual do candidato, ou seja, quanto mais votos recebidos por ele, mais próximo do topo da lista e, conseqüentemente, de alcançar a vaga. É facultado ao eleitor a escolha pelo voto nominal ou a opção pelo voto por legenda (NICOLAU, 2002).

Dessa forma, o sistema é considerado como gerador de estímulos à predominância da reputação individual em detrimento do partido (CAREY; SHUGART, 1995). Os candidatos tenderiam a organizar suas campanhas de forma independente de seus partidos e os partidos buscariam incluir candidatos capazes de mobilizar uma grande quantidade de votos como forma de garantir o bom desempenho da legenda. O modelo reforça a concepção do voto personalista já que o eleitor não receberia informações suficientes sobre as coligações¹⁰ ou sobre a forma de distribuição de cadeiras (NICOLAU, 2002).

As preocupações centrais da literatura sobre o tema das coligações são, principalmente, em relação a sua capacidade representativa e da governabilidade, pela possibilidade de constituir uma das causas para a elevada fragmentação partidária no país (BORGES, 2019; CALVO, GUARNIERI, LIMONGI, 2015) e da dificuldade de formação de maiorias (NICOLAU, 1996; LIMA JÚNIOR, 1993; MAINWARING, 2001). Embora o alto número de partidos possa refletir uma realidade plural, desejável do ponto de vista democrático por representar diferentes grupos da sociedade no parlamento, a alta fragmentação pode dificultar a identificação do eleitor sobre as posições dos partidos, suas bandeiras e ideologias (RABELLO, 2015).

Nesse sentido, as coligações no sistema proporcional brasileiro são criticadas por possibilitar a transferência de votos para outros espectros ideológicos e estimular a

¹⁰ Segundo Nicolau (2006): “em 2002, decisão do Tribunal Superior Eleitoral - TSE proibiu que os partidos que se coligaram nas eleições presidenciais celebrassem coligações diferentes no âmbito estadual. Assim, a coligação ABC pode assumir várias configurações em cada um dos estados, mas não pode incluir um partido da coligação presidencial DEF; curiosamente, um partido que não apresentou candidato a presidente pôde se coligar com qualquer partido nos estados.”.

fragmentação do sistema ao garantir a sobrevivência de partidos que não conseguiriam ultrapassar o coeficiente eleitoral isoladamente (NICOLAU, 2012). No sistema de lista aberta com a possibilidade de coligação¹¹ entre partidos é comum o voto uninominal de um eleitor favorecer um partido diverso ao escolhido, levando ao distanciamento das bases. Além disso, seus críticos alertam para o número alto de pequenas legendas sem consistência ideológica ou programática (CARREIRÃO, 2006).

A revisão teórica sobre o comportamento dos candidatos ao legislativo e dos partidos políticos nas duas arenas mostra que em determinados momentos do processo político as legendas e as lideranças partidárias assumem relevância e em outros prevalecem os aspectos pessoais individualizados dos atores. Ainda que as siglas tenham peso sobre as ações dos parlamentares durante a Legislatura, há espaço também para um comportamento individualizado dos atores durante seu mandato na Câmara dos Deputados – para satisfazer seu eleitorado e ampliar suas chances de se manter no poder.

Além disso, a arena eleitoral gera incentivos para uma atuação personalizada dos candidatos a partir da combinação de fatores como, o sistema de regras eleitorais, o sistema proporcional de lista aberta, a possibilidade de coligações partidárias, a baixa identificação com os partidos e relevância da imagem do candidato a partir dos avanços das tecnologias de informação e comunicação.

Diante do contexto de transformações tecnológicas, enfraquecimento dos partidos políticos como mediadores dos interesses da população brasileira, regras eleitorais que incentivam o personalismo, campanhas eleitorais centradas na imagem dos candidatos de forma individualizada e avanços de comunicação propiciados pela internet traduzidos em estratégias de campanhas cada vez mais *online*, é pertinente questionar se a conexão eleitoral, baseada na ideia de responsividade às bases localizadas em territórios geográficos, passa por um processo de reconfiguração com redutos eleitorais cada vez mais situados no ambiente digital compondo uma “ciber-base” (ALMEIDA et al., 2020) e em que sentido isso pode impactar a atuação do parlamentar? Uma análise empírica relativa a essa questão é empreendida no capítulo 3. Mas, antes, torna-se fundamental investigar como mudanças no processo comunicativo e tecnológico podem alterar a atuação do parlamentar e as formas de representação. Esse é o objeto da próxima seção.

¹¹ No pleito de 2018 era permitida a coligação em eleições proporcionais. A partir das eleições de 2020 foi proibida a formação de coligação para eleições proporcionais, conforme previsto pela Emenda Constitucional 97/2017.

2.3 Representação política e o ambiente digital

Os possíveis impactos políticos do uso crescente da internet e, mais especificamente, das mídias sociais integram uma agenda de pesquisa recente e em expansão. Os estudos sobre a utilização das redes sociais têm crescido nos últimos anos, principalmente desde as eleições de 2008 nos Estados Unidos (GOMES et. al., 2009). Na literatura sobre comunicação política, muitos esforços têm sido feitos para identificar os impactos gerados com as transformações da tecnologia de informação e comunicação (TIC). Se antes muitos trabalhos eram realizados a fim de medir quão decisivos o rádio e a televisão eram para o processo de formação da opinião pública e para o sucesso eleitoral seja por cobertura de jornal ou pelo horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) (FIGUEIREDO et al., 1997; ALBUQUERQUE, 1999), a internet hoje se consolida como um canal complementar por permitir maior interação e um ambiente não hierarquizado.

Por ser um fenômeno novo, a utilização de tecnologias digitais no âmbito social e político possibilita diversos níveis de análise pelas alterações que provocam nas relações de representação política e no funcionamento das instituições (BRAGA; CARLOMAGNO; RODRIGUES, 2014). As novas tecnologias fornecem novos locais para a comunicação política, abrindo espaço para novas formas de interação durante o período eleitoral e pós-eleitoral, quando aqueles que buscam ou ocupam cargos públicos podem aumentar sua visibilidade, expor suas ideias e aprofundar relacionamentos com os cidadãos (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011; PEREIRA, 2012).

Dessa forma, é crescente o número de trabalhos que procuram analisar os impactos do uso intensificado da internet para a democracia e para as formas de representação. Alguns autores avaliam fenômenos comportamentais relacionados à cidadania, ao engajamento cívico, à capacidade de mobilização e participação política entre usuários de redes sociais (NORRIS, 2001; CERVI; MASSUCHIN, 2013; PENTEADO; GOYA; FRANÇA, 2015; BIMBER; MARQUES; SILVA; MATOS, 2013). Outros buscam entender essas transformações analisando campanhas eleitorais na internet, especialmente a partir das ações estratégicas de comunicação e marketing dos candidatos no ambiente virtual a fim de captar padrões e formas de utilização destas ferramentas na análise de uso e reações dos usuários

(AGGIO, 2016; GOMES et al., 2009; MARQUES; SAMPAIO, 2011; ROSSINI, 2010, 2013; ROSSINI; LEAL, 2010; CERVI; MASSUCHIN, 2013; RECUERO, 2016; AMARAL, 2016).

Há ainda um terceiro grupo de estudiosos – principal foco de análise do próximo tópico desta dissertação – que se concentra no impacto das tecnologias digitais nas relações de representação política e nas estratégias de comunicação dos membros do parlamento (ZITTEL, 2003; COLEMAN, 2005; NORTON, 2007; COLEMAN; MOSS, 2008; KARLSSON, 2011; BRAGA; BECHER, 2012; BRAGA; ROCHA; VIEIRA, 2015; MARQUES; AQUINO; MIOLA, 2014).

Apesar dos potenciais previstos por Pippa Norris (2001) do uso da tecnologia no período eleitoral para o empoderamento de atores que antes eram excluídos do debate político ao permitir voz e visibilidade nos espaços virtuais favorecendo o pluralismo, além de maior facilidade de uma interação "de baixo para cima" dos cidadãos para as autoridades eleitas, estudos sobre campanhas eleitorais digitais no Brasil¹² têm identificado uma perspectiva mais negativa. O potencial democrático esperado com a expansão da comunicação e proximidade de relação a em um ambiente horizontalizado – sem hierarquia de poder entre os atores políticos e os cidadãos – não é o que efetivamente ocorre na prática.

Pesquisadores argumentam que não é prioridade dos candidatos interagir e promover o diálogo com o seu público virtual, mas o de mobilizar a fim de ganhar visibilidade (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013). As pesquisas que analisam o uso das redes sociais pelos candidatos, destacam um resultado semelhante, de busca por ampliação da divulgação das suas atividades de campanha eleitoral (GRAHAM et al., 2013). Apesar da constituição de novos espaços que abrem novas perspectivas de interação, as dificuldades de estimular a participação dos indivíduos sobre assuntos coletivos continuam presentes (GOMES, 2011; MARQUES, 2008), assim como os desafios atrelados à centralidade da atuação dos atores políticos orientados pela consolidação de sua imagem.

Na arena eleitoral digital, a construção da imagem e disputa por visibilidade constituem importantes norteadores do comportamento dos atores. Jamil Marques e Rafael Sampaio (2011) avaliam que o ambiente digital possibilita uma nova forma de consumo e oferta de informações políticas em que existe uma intensa disputa pela atenção do público *online*. Dessa forma, para garantir uma boa avaliação de sua imagem, os políticos buscam

¹² No Brasil, a literatura que trata de campanhas digitais vem ganhando fôlego a partir da intensificação do uso das mídias sociais, após sua utilização ser permitida nas campanhas eleitorais em 2009. É possível citar os trabalhos de: ROSSINI; LEAL, 2013; AGGIO, 2015; CERVI; CARVALHO; BUCKSTEGGE, 2015.

cada vez mais personalizar e profissionalizar a campanha (GOMES, 2004), principalmente diante de um contexto de fragmentação partidária e pelo sistema proporcional de lista aberta no país.

Segundo Marques (2012), as redes sociais configuram a oportunidade para que personalidades políticas possam avaliar a aceitação de sua mensagem pelos usuários, incentivando a personalização da política e associada ao enfraquecimento ideológico dos partidos. Além disso, identifica que candidatos pertencentes a partidos menores tendem a usar a rede social analisada em seu estudo, do Twitter, com mais frequência, como tentativa de compensar a falta de cobertura que os partidos menores recebem nos meios de comunicação tradicionais.

Dessa forma, a utilização das mídias eletrônicas estaria contribuindo para uma personalização da política ao reforçar ainda mais a centralidade da figura do candidato, diminuindo o peso dos partidos (MIGUEL, 2008). Essa redução ocorreria tanto para os candidatos quanto para os eleitores já que o espaço horizontalizado permite relações mais diretas sem a necessidade de uma comunicação ou “atalho” mediado pelo partido. As despesas de campanha passam a ser vistas por alguns autores como exercendo um impacto significativo para o sucesso eleitoral dos candidatos ao evidenciar características de sua imagem nesse contexto digital (MIGUEL, 2008).

A revisão da literatura realizada aponta para um arcabouço institucional brasileiro com fortes incentivos à personalização diante de uma competição acirrada pelo cargo de deputado federal com necessidades de diferenciação focadas na imagem do candidato e menos dependentes do partido político. A esfera virtual fornece indícios de manutenção de tais premissas através das campanhas *online*, com reflexos diretos sobre a forma de representação política (LESTON-BANDEIRA, 2012). Há evidências de que as ferramentas estão sendo utilizados pelos atores políticos para ampliar a visibilidade de sua imagem pessoal, reforçando uma atuação personalista nas mesmas bases da conexão eleitoral fora da internet (BARROS et al., 2015).

Apesar do estudo da campanha política ser um importante campo da pesquisa para análise dos determinantes do voto e para o desempenho eleitoral, é importante também considerar os reflexos do uso da internet e suas plataformas no período eleitoral para a atividade do parlamentar na arena legislativa. Larsson e Svensson (2014, p.7) afirmam que a atenção dedicada às campanhas acabou desviando a atenção das atividades cotidianas e não eleitorais dos políticos e que deve ser complementada com o estudo das práticas *online* diárias durante o exercício do mandato. Assim, estudos nesse sentido devem proporcionar uma

compreensão aprofundada sobre a influência da internet e se ela realmente traz mudanças na forma de representação, deixando traços de “campanha permanente” no comportamento de políticos fora das eleições (LARSSON; SVENSSON, 2014).

Com base no que foi discutido, é possível observar uma relação entre as reflexões dos autores Larsson e Svensson (2014) com o conceito de “conexão eleitoral”, previamente debatida nos capítulos iniciais, em que a partir de um incentivo por sobrevivência eleitoral os parlamentares norteiam sua atuação legislativa de forma a satisfazer as demandas de seus redutos eleitorais.

No ambiente digital essa ligação de “campanha permanente” reforça a lógica de personalização ao ampliar as formas de relação direta para além do “tempo da política” (CERVI, 2010), já que a relação virtual é essencialmente conectada entre o parlamentar e o seu público virtual. O tema da conexão eleitoral possui lacunas e possibilidades analíticas ainda pouco exploradas pela literatura, especialmente em agendas de pesquisa sobre a relação do representante com as bases eleitorais durante o exercício do mandato, isto é, no dia a dia do parlamentar, e não apenas em períodos eleitorais (DE PAULA, 2010).

O trabalho busca contribuir com o debate sobre a ampliação do uso de estratégias de comunicação na internet pelos membros do Poder Legislativo e o impacto dessa relação com uma “ciber-base” virtualmente conectada estabelecida no período eleitoral para a arena legislativa e para atuação parlamentar diante desse novo panorama. Nesse sentido, na próxima seção será abordada a relação entre a representação política na esfera legislativa e a internet, assim como as alterações a partir de novos formatos comunicacionais pelos membros do parlamento.

2.4 Parlamentares *online*: uso das tecnologias digitais pelos atores políticos

Primeiramente, cabe ressaltar que não é o objetivo deste tópico realizar um levantamento de toda a extensa literatura sobre o tema das relações entre internet e representação nos sistemas políticos democráticos contemporâneos, mas destacar estudos fundamentais para o desenvolvimento do quadro metodológico desta dissertação. A partir dos autores aqui analisados o intuito é debater os impactos do uso da internet por membros do legislativo para aprofundamento do funcionamento e comportamento parlamentar diante de

um novo formato de representação com base na ampliação das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs), especialmente das mídias sociais.

Diante de um contexto “virtualizado” e de intensa busca por visibilidade e por construção de uma imagem pública favorável, a internet surge como uma opção viável de comunicação capaz de satisfazer os propósitos dos agentes a partir de uma lógica própria e distinta dos demais meios tradicionais de veiculação. Segundo Coleman (2005) apesar da complexidade de se manter a conexão entre o principal e o agente após o período da eleição, ela é fundamental para a representação ocorrer de forma transparente durante o mandato.

Thomas Zittel (2003) foi um dos pioneiros no estudo sobre os impactos da internet para as formas de representação política. O autor, em sua pesquisa comparativa do uso político das plataformas digitais por parlamentares de diferentes países, avalia que a internet propicia uma mudança na relação institucionalizada entre os representantes e os cidadãos, a partir de uma interação mais direta e com custos reduzidos, superando a necessidade da mediação partidária. Zittel (2003) pontua que essa modificação proporcionada pela Internet deve ser explorada sob a ótica das teorias da representação e do comportamento legislativo, a fim de trazer maior compreensão do mundo *online*.

O autor formula dois modelos de representação originados pelos impactos da internet para testar de forma empírica sua teoria sobre o novo contexto em rede da sociedade: o tecnológico e o constitucional. Ambos têm a internet como uma oportunidade para os representantes agirem em um modelo de delegação baseado na ideia de que os atores políticos estão em constante comunicação com seu reduto eleitoral para satisfazer seus interesses e implementar suas demandas. Zittel ressalta ser um contraste ao modo partidário, em que o partido assume a liderança sobre a atuação do parlamentar, resultando em disciplina às legendas e garantindo sua coesão. Além disso, afirma que os modelos se baseiam nas suposições de que os atores políticos são racionais, buscando primariamente a reeleição e, para alcançar este objetivo, se comportam de forma estratégica em conformidade com os partidos a fim de ter êxito. Por outro lado, têm como principal diferença o peso que dão aos meios tecnológicos como moduladores das estratégias e comportamento dos representantes.

O modelo tecnológico de representação política proposto pelo autor tem como premissa básica a força do impacto da tecnologia para a atuação dos políticos e para as formas de representação, enquanto o modelo constitucional diminui o peso das novas mídias digitais e atribui maior ênfase a outros fatores para explicar o comportamento dos legisladores. O primeiro é fundamentado na concepção de um contexto altamente tecnológico com incentivos para relações mais diretas de comunicação. Dessa forma, Zittel avalia que os partidos são

percebidos como mais relevantes para estratégias em meios tradicionais de mídia de massa, do que como mediadores no ambiente *online*. Já no modelo constitucional, as prerrogativas institucionais são percebidas com maior relevância para as explicações sobre as escolhas dos representantes se comparado com fatores de ordem tecnológica. Assim, mesmo em uma sociedade em rede, as estruturas partidárias pouco são afetadas se não houver mudanças institucionais:

Esse modelo anterior de representação política na sociedade em rede percebe o governo partidário responsável como uma estratégia política, que é desafiada por novas estruturas de oportunidades na tecnologia de telecomunicações. Ao contrário disso, o modelo constitucional vê o governo partidário responsável como uma estratégia política, que deriva de um conjunto de instituições governamentais e não de oportunidades tecnológicas. O modelo assume que esse cenário institucional padroniza as escolhas dos representantes políticos quanto ao seu foco de representação e suas estratégias relacionadas. A partir dessa perspectiva, as estruturas atuais do governo partidário dificilmente serão afetadas enquanto a estrutura institucional crucial permanecer em vigor. (ZITTEL, 2003, p. 38-39¹³, tradução nossa)

Conforme argumenta Zittel (2003), diferentes quadros institucionais estimulam em maior ou menor grau a adoção e utilização pelos atores políticos das tecnologias digitais. Segundo o autor, os efeitos das novas tecnologias da comunicação são contrabalanceados pelas estruturas institucionais vigentes a partir da escolha estratégica de atores individuais. Assim, sistemas eleitorais proporcionais de lista aberta possuiriam maiores chances de ocorrer o modelo tecnológico, por se tratar de um sistema com fortes incentivos à personalização, conforme explorado em capítulos anteriores. Dessa forma, a tendência seria a de buscar nas ferramentas digitais mecanismos de construção de uma imagem de destaque frente à concorrência. Por outro lado, em sistemas proporcionais de lista fechada, com maiores incentivos ao comportamento partidário, se aplicaria o modelo constitucional em que o uso das plataformas da internet pelos legisladores é menos explorado.

No mesmo sentido, Braga et al. (2015) contribuem para o debate ao demonstrar que o fator institucional tem efeitos sobre o uso da internet por parlamentares. A partir de uma análise comparada das estratégias de comunicação digital por parlamentares de diferentes

¹³ “This previous model of political representation in the networked society perceives responsible party government as a political strategy, which is challenged by new opportunity structures in telecommunication technology. Contrary to this, the constitutional model sees responsible party government as a political strategy, which derives from a set of governmental institutions rather than from technological opportunities. The model assumes that this institutional setting patterns the choices of political representatives regarding their focus of representation and their related strategies. From this perspective, current structures of party government will hardly be affected as long as the crucial institutional framework remains in place.”

sistemas políticos do mundo, os autores identificam modelos de representação política virtual e estratégias de comunicação digital que variam conforme as singularidades institucionais e perfis de uso da internet pelos parlamentares. Segundo os autores, sistemas políticos nos quais existe mais incentivo para a personalização do voto – com estrutura de representação mais "personalizada" e centrada no candidato – geram maior incentivo para uma utilização mais intensa das mídias sociais, como é o caso do Brasil. Em contrapartida, “sistemas políticos com lista fechada e representação centrada nos partidos, geram uma fraca estrutura de incentivos para o uso das mídias sociais” (BRAGA et al., 2015, p.13).

Fabírcia Vieira (2017), em sua dissertação, comprova haver formatos de utilização das tecnologias digitais por parlamentares de diferentes países e contextos institucionais no período não-eleitoral ao realizar um estudo comparado sobre a apropriação das plataformas digitais pelos legisladores do Brasil e de outros dois países da América Latina (Chile e Uruguai). A autora conduz uma análise de conteúdo dos perfis do Facebook dos parlamentares para identificar padrões de uso dessa rede social. Um dos achados se refere ao grau de partidarização nas publicações, em que observa uma tendência à personalização dos conteúdos pelos Deputados Federais e senadores brasileiros - com ênfase na imagem dos representantes – e baixa menção partidária (seja de forma expressa ou apropriação das cores do partido). A autora avalia predominar no caso brasileiro o modelo tecnológico previsto por Zittel (2003) uma vez que os atores políticos ocupam o espaço central no processo de mediação política no ambiente *online*, e não suas legendas. Seus achados contribuem para a ideia distributivista de que os parlamentares buscam a reeleição e, para obter êxito nessa estratégia, investem em uma atuação mais personalista nas mídias sociais construindo uma imagem positiva diante do seu eleitorado.

Em relação a este debate da força do uso da internet pelos parlamentares e seus reflexos para as formas de representação, Pereira (2012) sintetiza diferentes propostas analíticas de autores que relacionam modelos de representação política e internet. Segundo o cientista político, Philip Norton (2007) ampliou as elaborações analíticas de Zittel (2003) ao produzir quatro tipos para análise empírica dos impactos da tecnologia sobre a atuação do parlamento. Pereira (2012) ressalta que ambos os autores revelam em suas pesquisas empíricas que, mesmo com a intensificação do uso da internet, em contextos institucionais específicos, os representantes podem continuar submetidos à disciplina partidária (PEREIRA, 2012).

Os quatro modelos de representação desenvolvidos por Norton (2007) em seu estudo de caso do parlamento Britânico se baseiam no uso e aplicação que os políticos fazem das

ferramentas digitais durante o mandato (*websites* e *e-mails*). Os tipos são (i) o tradicional, em que os legisladores rejeitam – por medo ou falta de entendimento – a utilização da internet, não exercendo interatividade alguma com os cidadãos, sendo estes vistos como necessariamente excluídos por não deterem de meios de contato com o representante; (ii) o partidário, no qual há na internet um predomínio das diretrizes dos partidos políticos e um reforço do modelo unidirecional de comunicação com os cidadãos, no qual estes desempenham um papel essencialmente passivo de recebedores de informação; (iii) o representativo ou burkheano, que sustenta um vínculo mais direto entre representantes e representados proporcionado pela internet, sem a necessidade da mediação partidária, a partir de suas próprias posições políticas na busca por apoio dos cidadãos no ambiente *online* – dando espaço para uma participação reativa da população. Nesse modelo, a internet é empregada não para reforçar os meios de comunicação existentes, mas para criar canais que permitirão ao parlamentar agir de forma mais independente em relação ao partido e a sua base eleitoral, divulgando e defendendo suas visões e convicções particulares para a nação; e (iv) o modelo de tribuna ou delegativo, apoiado na concepção de que o ator político utiliza a internet como instrumento para ouvir e dar voz às demandas da sua base eleitoral. Assim, os representantes são motivados a agir em conformidade com os interesses de seus eleitores e não orientados pela legenda, a partir de uma troca virtual mais interativa e participativa. Este é o que mais se assemelha ao modelo tecnológico de Zittel (2003), pois postula o uso das tecnologias para coletar as opiniões dos constituintes de uma forma que os modos de comunicação existentes não permitem, possibilitando ao cidadão um papel mais ativo.

Segundo Norton (2007), o modelo representativo é baseado na distinção entre os membros do parlamento enquanto representantes e delegados. Na noção burkeana de representação, os parlamentares atuam de acordo com o que compreendem ser de interesse da nação ao invés de agir por interesses da sua *constituency*. Assim, apesar da teoria do “trustee” ter sido originada para justificar que os membros agissem de forma independente das opiniões dos eleitores, o autor avalia que atualmente estaria sendo utilizada para fundamentar uma atuação autônoma dos parlamentares em relação ao seu partido. A constatação do autor o leva então a formular o tipo delegativo, em que o peso dos interesses dos eleitores é considerado importante norteador da ação do legislador e a internet um meio utilizado para receber tais informações de uma forma mais dinâmica e interativa.

Aplicado ao caso brasileiro, Braga e Becher (2012) aprimoraram os "modelos de representação política" apontados por Norton (2007) em forma e conteúdo buscando, entre outros objetivos, criar indicadores empíricos para compreender em que medida a relação

estabelecida entre representante e sua *constituency* através das plataformas virtuais é mais "personalizada" ou com maior presença da simbologia partidária. Assim, os autores definem uma metodologia para classificar o conteúdo das plataformas virtuais de deputados estaduais a partir das seguintes categorias: (i) particularismo/*constituency service* (clientelismo); (ii) ênfase na atividade parlamentar; (iii) ênfase na atividade do partido; (iv) ênfase em interesses setoriais; (v) maior densidade programática e (vi) sem padrão dominante. Os autores confirmam o tipo predominante com ênfase na personalidade do parlamentar, com incentivos para o estabelecimento de uma relação personalizada do legislador com sua base eleitoral através de suas plataformas virtuais. No entanto, ressaltam evidências de simbologia partidária e de promoção da atividade parlamentar, e não apenas de divulgação da capacidade de prestar serviços aos eleitores ou de "ostentar a personalidade do candidato".

Lilleker e Jackson (2009), por sua vez, em estudo sobre a utilização das mídias sociais pelos parlamentares identificam que seu uso gera incentivos à personalização a fim de obter uma maior liberdade de expressão e vínculos mais diretos com os eleitores, de certa forma evitando as amarras partidárias que atuam de forma a limitar sua comunicação. Para os autores, a internet possibilita a auto promoção dos atores políticos e a constituição de uma imagem própria que modifica os formatos de representação ao ressaltar a dimensão pessoal do político produzindo efeitos de proximidade.

Essa sensação de proximidade e maior conexão entre representantes e representados também é explorada por Martin Karlsson (2013) a partir do conceito de interatividade. O autor identifica três funções estratégicas da comunicação interativa na representação política que pode ser definida pela percepção de: (i) interatividade como responsabilidade ou *accountability*, (ii) interatividade como consulta e (iii) interatividade como conectividade. Karlsson (2013) contribui ao debate ao ressaltar a importância que os membros do legislativo sejam guiados por uma relação de maior aproximação com as demandas dos eleitores e interação *online* com o público a fim de se manter no poder.

Assim, a interatividade enquanto *accountability* é concebida como uma prática estratégica de prestação de contas sobre decisões políticas tomadas perante sua base para alcançar a reeleição. Já a interatividade como consulta é percebida a partir de um modelo em que há espaço para o diálogo com a população e no qual há uma efetiva contribuição da sociedade para as decisões dos atores políticos. Na definição de conectividade, o conceito se refere ao fortalecimento da relação entre os dois anteriores em que pesam a conexão entre as escolhas dos representantes e os desejos dos representados, além das informações sobre as preferências do eleitorado (PEREIRA, 2012).

Como é possível perceber, essa interação virtual produz diferentes efeitos sobre a relação entre o papel do principal (população) e do agente (políticos) e é incorporada pelos atores de diferentes formas a depender dos arranjos institucionais em que estão inseridos, seja mantendo um modelo de representação constitucional ou tecnológico (ZITTEL, 2003) no qual as legendas podem ocupar um papel em maior ou menor grau, respectivamente, no processo de mediação tanto dentro quanto fora da internet.

A literatura aponta para uma crescente aderência dos representantes políticos às redes sociais a partir da ampliação das novas tecnologias de informação e comunicação diante de uma sociedade cada vez mais “mediatizada”. Além disso, são identificados incentivos institucionais ligados ao sistema eleitoral que reforçam o personalismo em detrimento do partidarismo tanto no ambiente “offline” quanto no “online”. Ressalta-se, porém, que a existência desses incentivos para estabelecimento de uma relação mais direta entre representante e sua *constituency* não significa necessariamente que as legendas partidárias sejam fracas ou que os parlamentares sejam indisciplinados na arena legislativa, pois conforme apresentado há espaço para a coexistência de ambos os comportamentos.

Braga e Becher (2012), no já referido estudo sobre a presença e utilização por parlamentares brasileiros da internet, verificaram que apesar da predominância pelo tipo de uso com enfoque na personalidade do candidato, a relação estabelecida entre os representantes com seu público virtual não esgota todas as inúmeras possibilidades de interação. Os autores observaram que além da divulgação de sua imagem ou de evidenciar sua individualidade, há indicativos de destaque e divulgação de símbolos e das propostas do partido ao qual o legislador é filiado e de “promoção da atividade parlamentar” através dos sites analisados dos deputados estaduais.

Grande parte dos estudos sobre a apropriação das mídias digitais pelos legisladores focam nos determinantes quantitativos, isto é, se possuem ou não as plataformas, frequência de uso, características individuais e perfil sociopolítico (MARQUES et al., 2014; AMARAL et al., 2015; BRAGA; NICOLAS, 2011). Segundo Almeida et al. (2020), há uma carência de pesquisas que procuram entender as diferentes formas de usos que os deputados fazem dessas mídias, analisando também o conteúdo da interação nesses espaços virtuais.

A presente dissertação busca contribuir para diminuir essa lacuna e, assim como proposto por Zittel (2003) e Norton (2007), que aproximaram as teorias da representação e do comportamento do legislativo aos estudos sobre internet, além de Braga e Becher (2012), que contribuíram empiricamente para tal associação entre os temas, o intuito é de dialogar os apontamentos teóricos aos achados empíricos de uso e comportamento das elites políticas nas

redes sociais a partir da perspectivas de análise dos graus de personalismo e graus de partidarismo, além de identificar tendências ao particularismo de políticas e propostas para atender as bases eleitorais por parte dos deputados.

Dessa forma, o próximo capítulo é dedicado à apresentação da metodologia que será adotada a fim de testar as hipóteses e alcançar os objetivos do trabalho. O estudo baseado em dados empíricos busca compreender em que medida a influência do uso da internet por parlamentares está mais para um modelo tecnológico (ZITTEL, 2003) e de tribuna (NORTON, 2007) ancorado na ideia de que utilizam a internet como instrumento para estreitar as relações com sua base eleitoral a partir de uma interatividade conectada (KARLSSON, 2013), explorando ativos de imagem e reputação pessoal, ou se ainda pesam mais as prerrogativas institucionais para as explicações sobre as escolhas dos representantes do que fatores de ordem tecnológica em que as estruturas partidárias assumem maior relevância no processo de mediação política no ambiente *online*, tendo os parlamentares uma atuação nas redes orientada por suas legendas.

3 METODOLOGIA

3.1. Objetivos e hipóteses

Conforme o resultado dos estudos e discussões detalhados sobre o comportamento legislativo e pesquisas sobre internet e política, o presente trabalho parte para a análise do uso de redes sociais por Deputados Federais da 56ª Legislatura. As perguntas que norteiam esta pesquisa são: as novas tecnologias de comunicação e informação (NTCIs), em especial as mídias sociais, abrem espaço para um comportamento mais personalizado pelos parlamentares na arena legislativa virtual? O apelo partidário nessa esfera diante desse novo ambiente digitalizado tem menor importância nas estratégias de comunicação dos representantes? O desenvolvimento de relações em rede entre representantes e representados imprimem novas configurações de representação na medida em que diminuem as barreiras geográficas e ampliam seu alcance nos espaços *online*? A arena legislativa no ambiente virtual pode ser considerada como parcialmente centralizada por permitir simultaneamente dois tipos distintos de comportamento de seus parlamentares, isto é, partidário e personalista buscando beneficiar

suas bases eleitorais? Nesse sentido, há uma predominância por temas orientados pela lógica particularista (com base do modelo distributivista) ou partidário-ideológico?

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é o de identificar o comportamento e as formas do uso político das novas tecnologias e das mídias sociais, especialmente do Facebook, pelos deputados federais brasileiros. Para tal proposta de análise, é utilizado um banco de dados com os conteúdos publicados pelos Deputados Federais da 56ª Legislatura em suas contas públicas oficiais na plataforma de mídia social Facebook. A escolha por esta rede social é justificada por sua grande popularidade e abrangência, sendo a de maior número de usuários ativos e em que a totalidade de parlamentares possui conta. Conforme Almeida (2017), o Facebook é a ferramenta em que praticamente a totalidade de deputados brasileiros se apropriaram. Assim, avalia que “não é mais a presença ou ausência que os diferencia, já que o Facebook se tornou plataforma de participação obrigatória de um parlamentar”. Além disso, o recorte se deve pela grande quantidade de informação existente se fossem consideradas todas as ferramentas digitais, resultando em um estudo demasiado extenso.

Para atingir ao objetivo proposto, foram formuladas algumas hipóteses com base na revisão da literatura com o intuito de serem testadas ao longo da parte empírica da presente dissertação. A hipótese geral elaborada é a de que as estratégias de uso das mídias sociais por Deputados Federais no país são mais personalistas com tendências ao particularismo, isto é, focando em atender as demandas do seu reduto eleitoral virtual do que partidária. É esperado que a atuação centrada no individual seja predominante, mesmo que não exclua totalmente a força e o peso dos partidos para o comportamento *online* dos parlamentares. A partir disso, duas hipóteses específicas são formuladas:

H1. Conforme apontado por estudos anteriores acima mencionados (ZITTEL, 2003; NORTON, 2007; BRAGA; BECHER, 2012; BRAGA et al., 2015; VIEIRA, 2017), acredita-se que os Deputados Federais brasileiros tenham um comportamento na rede social do Facebook mais personalizado e focado em atender as demandas do eleitorado.

Nesse sentido, diante do contexto institucional brasileiro, é esperado que o modelo de representação de tribuna (NORTON, 2007) seja mais proeminente do que o partidário, no qual o político utiliza mais fortemente a internet como instrumento para vocalizar as demandas dos cidadãos e, principalmente, da sua base eleitoral, focando em questões de âmbito regional. A expectativa é fundamentada na teoria de que as mídias sociais, amplamente utilizadas pelos atores políticos em campanhas para estreitamento da relação com os eleitores, incentivam a criação de uma imagem positiva e de auto promoção e favorecem a

propensão de personalização na atuação do legislador no meio *online* (LILLEKER; JACKSON, 2009; VIEIRA, 2017; BARROS et al., 2015).

H2. Os partidos perdem sua força nesse ambiente virtual, mas não deixam de ser relevantes. Assim como no espaço “offline” em estudos sobre o legislativo brasileiro que orientam para um caminho não excludente entre as duas correntes distributivista e partidária (PEREIRA; MUELLER, 2003; CARVALHO, 2003; CERVI, 2009), no *online* os parlamentares podem adotar uma atuação personalista visando atender suas bases eleitorais e à construção de sua imagem, além de evidenciar sua filiação partidária. A expectativa é de que a força partidária seja mais proeminente em determinados grupos de Deputados Federais de acordo com algumas características individuais (se ocupa cargo de liderança na Casa Legislativa, aspectos partidários e se compõe base governista).

Assim, mesmo com a intensificação do uso da internet, em contextos institucionais específicos, os representantes podem continuar submetidos à coesão partidária (NORTON, 2007). Acredita-se que deputados que ocupem cargos de liderança e que deputados de legendas mais estruturados (com bancadas maiores) tenham um viés de atuação mais focado no partido. Enquanto que representantes sem cargos chave na Câmara e de legendas menores tenham uma atuação mais individualizada, já que esses buscariam compensar a falta de cobertura que recebem nos meios de comunicação tradicionais (MARQUES, 2012) e se destacar a partir de suas características pessoais no ambiente digital. Além disso, é esperado que os Deputados Federais pertencentes à bancada governista tenham uma atuação mais partidária como forma de maximizar chances eleitorais ao se beneficiarem da fidelidade as suas legendas para obter vantagens políticas do Executivo (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Ambas as hipóteses serão mensuradas por meio de uma análise de conteúdo das mensagens publicadas por Deputados Federais na rede social do Facebook utilizando de categorias baseadas no estudo realizado por Fabrícia Vieira (2017) em sua dissertação e por Braga e Becher (2012) em artigo publicado. Algumas variáveis foram modificadas a fim de se adequar aos objetivos da presente pesquisa, que tem como intuito compreender como os Deputados Federais brasileiros se comportam no ambiente *online* e se comunicam com o público virtual.

O trabalho irá explorar o tipo de conteúdo das publicações e as estratégias adotadas, se estão mais relacionadas a uma utilização com base personalista (de imagem/reputação pessoal, posicionamento ou informação de cunho individual e de agenda de trabalho) ou partidarista (a partir da ênfase partidária ou divulgação expressa ao partido político). Para isso, as publicações serão classificadas quanto ao tipo de assunto, se há menção ou não ao

partido político, e quanto a existência de incentivo ou não à participação e engajamento do público.

3.2. Dados e metodologia de coleta

Uma vez compreendida as dinâmicas e discussões dos pensadores de internet e política e dos estudos legislativos, esta etapa do trabalho trata da proposta de análise. A coleta das publicações das páginas públicas dos 513 Deputados Federais que postaram conteúdo foi realizada através do software V-Tracker¹⁴ pelo Instituto FSB Pesquisa¹⁵, que monitora diariamente todas as publicações dos parlamentares brasileiros (Deputados Federais e Senadores) produzidas nas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter. Segundo dados do Instituto, é ampla a participação dos deputados e senadores nas redes sociais. Da atual Legislatura, que tomou posse em 1º de fevereiro de 2019, todos os 513 deputados e 81 senadores estão presentes em pelo menos uma das três redes (Facebook, Instagram e Twitter). Dos 594 congressistas, todos estão no Facebook, 99,3% no Instagram e 92,9% no Twitter¹⁶. O banco de dados concedido para fins dessa dissertação é datado a partir de 1º de fevereiro de 2019, quando a 56ª Legislatura teve início, até 17 de julho, último dia antes do primeiro recesso parlamentar. No entanto, para limitar a investigação, foram determinados alguns critérios de corte, que são:

1. **Por rede social** – o estudo é realizado apenas com base nas páginas públicas ativas dos Deputados Federais no Facebook, uma vez que todos os Deputados Federais possuem contas na rede.
2. **Por data da publicação** – a partir da data da publicação do conteúdo no Facebook pelos Deputados Federais. Assim, o período selecionado foi entre o início da Sessão

¹⁴ V-Tracker é uma ferramenta que permite a coleta e extração de dados das redes sociais.

¹⁵ O Instituto FSB Pesquisa desenvolveu o FSBInfluênciaCongresso que monitora e avalia o desempenho do Congresso nas redes sociais. O monitoramento é constante, 24 horas por dia, 7 dias por semana, capturando e analisando o grau de engajamento de todas as publicações feitas pelos parlamentares no Facebook (apenas páginas públicas), no Instagram (apenas perfis oficiais) e no Twitter.

¹⁶ Fonte: <https://www.fsb.com.br/noticias/ranking-semesteral-fsb-influencia-congresso/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

Legislativa Ordinária, dia 2 de fevereiro ao dia 14 de fevereiro de 2019, isto é, durante as duas primeiras semanas do começo do mandato da atual Legislatura (2019-2023).

3. **Por deputado eleito** – apenas são considerados os Deputados Federais titulares eleitos em 2018 para o mandato 2019-2023 em exercício. Assim, não fazem parte da amostra os suplentes (mesmo aqueles que se tornaram titulares posteriormente), deputados cassados, que renunciaram, em licença ou em casos de mortes durante o primeiro semestre de 2019.

A análise amostral foi construída com base nas páginas públicas no Facebook dos 513 Deputados Federais brasileiros eleitos no pleito de 2018. A captura das postagens apenas por páginas públicas se deve ao fato de que as mesmas possuem as informações visíveis e disponíveis a todos e são os canais oficiais utilizados por figuras públicas. Além disso, os perfis pessoais, na maioria dos casos, têm restrição de acesso a um grupo específico de amigos aceitos na rede pelo proprietário da conta.

A necessidade da seleção amostral ocorre pelo elevado volume de dados produzidos a cada dia de coleta de dados das páginas da totalidade de parlamentares no Brasil. Apenas no primeiro semestre de 2019 entre 2 de fevereiro e 17 de julho, após aplicados os demais critérios, foi um total de 155.148 mil publicações dos Deputados Federais, gerando 21.165.972 milhões de comentários, 121.615.105 milhões de interações (entre as opções de “curtir”, “amei”, “haha”, “uau”, “triste” e “grr”), e 66.776.880 milhões de compartilhamentos nas publicações das páginas dos deputados.

Além disso, entende-se que no recorte temporal escolhido no início do mandato parlamentar, os Deputados Federais recém eleitos estão mais engajados com o público e mais ativos, sendo um período mais produtivo¹⁷. Outro importante critério para a seleção está relacionado às alterações que ocorrem durante o exercício do mandato, como mudanças partidárias, licenças – em que ocorre o afastamento temporário do mandato (seja para assumir cargos no executivo, para tratar questões pessoais ou de saúde) – ou vacâncias de cargo (por falecimento, renúncia ou perda de mandato). De acordo com Marques e Mont’Alverne (2013), a adoção das plataformas digitais ocorre com maior intensidade no período eleitoral, pelos recursos interativos que oferecem e possibilidade de proximidade com os eleitores. Porém, após o sucesso nas urnas, alguns representantes tendem a abandonar ou excluir suas contas

¹⁷ Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/07/18/conheca-projetos-que-se-tornaram-leis-no-primeiro-semester>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

nas redes. Assim, a tentativa é de ter na amostra o máximo de deputados que obtiveram êxito no pleito de 2018, considerando as legendas pelas quais estes foram eleitos.

3.2.1 Breve detalhamento da amostra

A amostra criada possui 10.197 publicações, referente a 477 deputados que publicaram em seus perfis no Facebook durante o período da investigação. A tabela abaixo resume o total de publicações que serão analisadas por data de postagem, sendo as maiores incidências de postagens nas quartas-feiras, dias 06 e 13 de fevereiro de 2019.

Tabela 1 – Amostra final de publicações de deputados para análise qualitativa por data

Data da publicação	Número de publicações (N)	Porcentagem
02 de fevereiro	494	4,8%
03 de fevereiro	356	3,5%
04 de fevereiro	879	8,6%
05 de fevereiro	841	8,2%
06 de fevereiro	1012	9,9%
07 de fevereiro	821	8,1%
08 de fevereiro	917	9,0%
09 de fevereiro	469	4,6%
10 de fevereiro	430	4,2%
11 de fevereiro	881	8,6%
12 de fevereiro	927	9,1%
13 de fevereiro	1240	12,2%
14 de fevereiro	930	9,1%
TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

A amostra conta com parlamentares de todas as 30 legendas com representação na Câmara dos Deputados. A distribuição das publicações dos deputados por partido pelo qual

foi eleito¹⁸ pode ser observada na tabela 2. Os filiados ao PT e ao PSL, partidos com o maior número de candidatos eleitos para a 56ª Legislatura¹⁹, garantem maiores frequências de postagens no Facebook no período para suas legendas. No total, as publicações de deputados de 20 partidos somam 96,5% das publicações²⁰.

Tabela 2 – Amostra final de publicações de deputados por partido de filiação em 2018

	Partido	Número de publicações (N)	Porcentagem
1	PT	2015	19,8%
2	PSL	1428	14,0%
3	PRB	778	7,6%
4	PP	679	6,7%
5	DEM	488	4,8%
6	PSB	479	4,7%
7	PSOL	477	4,7%
8	PSD	442	4,3%
9	PR	400	3,9%
10	PSDB	374	3,7%
11	MDB	362	3,6%
12	PDT	331	3,2%
13	PODE	290	2,8%
14	PCdoB	283	2,8%
15	PSC	216	2,1%
16	AVANTE	184	1,8%
17	PROS	181	1,8%
18	PPS	149	1,5%
19	SD	147	1,4%
20	NOVO	141	1,4%
21	PHS	68	0,7%
22	PRP	67	0,7%
23	PTB	53	0,5%

¹⁸ Foram consideradas as filiações partidárias pelas quais os deputados federais foram eleitos em 2018.

¹⁹ Fonte: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545857-pt-e-psl-elegem-as-maiores-bancadas-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

²⁰ Os deputados federais de 10 partidos somam juntos 3,5% do total de publicações analisadas, sendo eles do: PHS, PRP, PTB, PV, PATRI, PMN, REDE, PTC, DC e PPL.

24	PV	44	0,4%
25	PATRI	40	0,4%
26	PMN	31	0,3%
27	REDE	28	0,3%
28	PTC	12	0,1%
29	DC	7	0,1%
30	PPL	3	0,0%
	TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

Além disso, a seleção amostral contém uma pluralidade de representantes de todas as unidades da federação do Brasil, sendo os parlamentares de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados com as maiores bancadas representativas na Câmara dos Deputados²¹, os que mais publicaram no período. Ao analisar por região do país, as postagens dos políticos do Sudeste somam 42,5%, do Nordeste são 21,3%, do Sul 17,3%, do Norte são um total de 10,3% e, por último está o Centro-Oeste com 8,5%.

Tabela 3 – Amostra final de publicações de deputados por unidade da federação (UF)

	UF	Número de publicações (N)	Porcentagem
1	SP	2236	21,9%
2	RJ	1128	11,1%
3	MG	814	8,0%
4	RS	788	7,7%
5	BA	759	7,4%
6	PR	694	6,8%
7	GO	366	3,6%
8	CE	335	3,3%
9	PE	286	2,8%
10	SC	286	2,8%
11	AM	258	2,5%
12	PA	245	2,4%
13	MA	231	2,3%

²¹ Fonte: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/numero-de-deputados-por-estado>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

14	DF	213	2,1%
15	MT	175	1,7%
16	RR	163	1,6%
17	ES	154	1,5%
18	PI	148	1,5%
19	SE	138	1,4%
20	TO	130	1,3%
21	MS	113	1,1%
22	PB	107	1,0%
23	AP	101	1,0%
24	AL	94	0,9%
25	AC	80	0,8%
26	RN	79	0,8%
27	RO	76	0,7%
	TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

Em relação às características do perfil dos parlamentares que compõem a amostra analisada, os Deputados Federais são classificados quanto à posição ocupada de liderança no partido e de governo durante o período e quanto à base de composição dos blocos parlamentares formalizados na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados²². O bloco de apoio ao governo possui o maior número de deputados e, conseqüentemente, a maior incidência de postagens. O bloco de oposição, apesar de menor que o progressista, possui membros mais atuantes na rede social. Se o parlamentar não integra nenhum bloco, ele é considerado como independentes.

Tabela 4 – Amostra final de publicações de deputados por características de perfil do parlamentar

	Descrição	Número de publicações	Porcentagem
Bloco parlamentar	Bloco Governista	5243	51,4%
	Bloco Progressista	1802	17,7%

²² Classificação realizada com base em dados oficiais da Câmara dos Deputados do Brasil. Fonte: <<https://www.camara.leg.br/noticias/551176-tres-blocos-parlamentares-sao-formalizados-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 16 de maio de 2022.

	Independente	153	1,5%
	Oposição	2999	29,4%
	TOTAL	10.197	100,0%
Posição de liderança	Deputados sem cargos de liderança	9695	95,1%
	Deputados com cargos de liderança	502	4,9%
	TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

Apesar da pluralidade da amostra e alta frequência do número de publicações, é preciso reconhecer que ela possui suas limitações, como o período temporal reduzido para permitir a generalização do comportamento *online* do legislador para o universo da legislatura de quatro anos de duração dos mandatos. No entanto, a análise de conteúdo é relevante para trazer insumos que servem de base para aprofundamentos quantitativos futuros.

Na sequência é explicado como ocorre a análise da amostra selecionada. Pode-se perceber que duas etapas serão complementares: a partir da análise qualitativa dos dados, será realizado um cruzamento estatístico dos achados sobre o comportamento *online* com características de perfil dos parlamentares. Importante ressaltar que a análise do conteúdo foi realizada pela autora, sendo de própria interpretação e classificação, o que garante maior precisão analítica para a categorização dos conteúdos publicados pelos deputados no Facebook.

3.2.2 Variáveis para análise de conteúdo do Facebook dos Deputados Federais

Analisar o tipo de publicação que o parlamentar faz na sua página do Facebook pode trazer indícios sobre o perfil de comportamento que os Deputados Federais fazem deste canal de comunicação. Para isso, é realizada a análise do conteúdo das publicações considerando tanto os conceitos explorados por Fabrícia Vieira (2017), como os tipos básicos trabalhados por Braga e Becher (2012) chegando nas seguintes classificações dos conteúdos publicados pelos Deputados Federais na rede do Facebook:

Tabela 5 – Variáveis da análise de conteúdo

	Variável	Descrição	Objeto
--	----------	-----------	--------

1	Agenda e informação	Publicações que tratam sobre as atividades institucionais desenvolvidas no exercício do mandato parlamentar e a agenda do deputado federal	Visitas; presença em inaugurações ou eventos; atividades comunitárias, seminários; entrevistas; encontro partidário e com outros representantes, pronunciamentos; presença em comissões e plenário; votações e projetos de lei; divulgação de programas das Casas Legislativas e assuntos sobre regimento interno.
2	Gerenciamento de imagem pessoal	Conteúdos em que o deputado direciona para as realizações e assuntos de cunho pessoal	Realizações atuais ou passadas do deputado (como projetos de lei de própria autoria e obras realizadas); sua biografia ou trajetória política; atividades pessoais e vida familiar/social; comemorações e solenidades; mensagens motivacionais, religiosas ou saudações; expressão de apoio a eleitores, políticos, artistas, líderes comunitários, instituições etc.
3	Posicionamento ideológico-programático	Postagens referentes ao posicionamento exposto sobre assuntos de apelo ideológico, programático ou conjuntural, vinculado ou não às bandeiras do partido	Manifestações cívicas, causas ambientais, pauta de costumes, defesa do socialismo/conservadorismo, da livre iniciativa, combate à corrupção, impeachment, opinião sobre a votações/debates ou de conjuntura do país ou do mundo etc.
4	Engajamento e participação do público	Publicações com enfoque em chamar o público para participar <i>online</i> ou <i>off-line</i> ;	Convite à participação, uso de recursos de chat, enquetes, pesquisas, vídeos para coletar a opinião do público, divulgação de conteúdo que explore a interação, como encontros virtuais ou físicos.
5	Projetos e Políticas públicas	Conteúdos voltados à apresentação ou defesa de políticas públicas	Projetos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e obras, meio ambiente, economia, assistência social, corrupção, direito de minorias, previdência social, turismo etc.
6	Ênfase na atividade do partido	Postagem em que há grande destaque e/ou divulgação do partido do representante ou de suas propostas	Defesa de pauta ou programa especificamente do partido, ida a eventos e /ou comemorações do partido, assuntos internos do partido e assuntos em que há exaltação da legenda e/ou de suas propostas, posicionamentos do partido, atualizações e ações do partido (filiação, tamanho da bancada e outros).
7	Outros	No caso do assunto não se enquadrar em nenhuma das anteriores, como temas administrativos da conta e conteúdos	

	indefinidos que não permitem a identificação do assunto pelo texto.
--	---

Fonte: elaboração própria baseada nas fontes mencionadas acima, 2022.

Além das variáveis citadas, as publicações serão classificadas em outros três níveis de aprofundamento: (i) quanto à menção ou não ao partido político, isto é, se há ou não menção expressa do nome do próprio partido político, sigla ou apelido que represente a legenda; (ii) em relação à abrangência da postagem do parlamentar em conteúdos classificados como projetos e políticas públicas, que pode ser considerada como fazendo referência a questões municipais, distritais/estaduais, nacionais ou internacionais; e (iii) se há ou não na publicação convite expresso para o público participar ou se engajar de forma interativa com o deputado.

A partir das postagens dos Deputados Federais, foi feita a análise com base em elementos textuais no corpo da publicação, isto é, não são analisadas as publicações contendo apenas imagens ou texto por imagem já que a ferramenta de coleta utilizada não transforma a imagem em texto para leitura e muitas publicações por foto publicadas em 2019 não estão mais disponíveis para consulta no Facebook.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Conteúdo das publicações dos parlamentares por assunto

A análise dos assuntos contidos nas publicações do Facebook dos Deputados Federais traz um panorama sobre seu comportamento *online*. A tabela 6 abaixo apresenta a frequência simples do número de publicações por tema e a respectiva porcentagem no total da amostra.

Tabela 6 – Assuntos das postagens dos parlamentares no Facebook

	Assunto	Frequência (N)	Porcentagem (%)
1	Agenda e informação	4070	39,9%
2	Gerenciamento de imagem pessoal	2900	28,4%
3	Posicionamento ideológico-programático	1846	18,1%
4	Projetos e políticas públicas	324	3,2%
5	Ênfase na atividade do partido	259	2,5%
6	Engajamento e participação do público	142	1,4%
7	Outros	656	6,4%
	TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

A partir da observação dos dados, é possível identificar que os Deputados Federais brasileiros fazem diferentes tipos de uso da rede social do Facebook, com prevalência de alguns temas, em especial o de agenda e informação. Além do recorte amostral abranger o início do mandato parlamentar, cabe salientar que a 56ª Legislatura foi a de maior índice de renovação na Câmara dos Deputados desde a redemocratização, isto é, desde a eleição da Assembleia Constituinte, em 1986. No total, foram 243 de 513 (47,3%) novos deputados empossados para exercício do seu primeiro mandato.

Conforme observado acima, o assunto que desponta nas publicações é o de “agenda e informação” (39,9%) em que fazem uso da plataforma virtual para divulgação da sua agenda de trabalho, de reuniões e visitas institucionais, seja com atores políticos, líderes comunitários ou demais representantes políticos, além de informações sobre atividades oficiais, cargo ocupado em frentes parlamentares, presença em comissões, entrevistas, protocolos,

requerimentos, pronunciamentos em sessões plenárias e votações. Outro tema nas publicações que tratam sobre as atividades desenvolvidas no exercício do mandato parlamentar é de cunho regimental, no qual se pronunciam sobre o regimento interno da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, regras e formatos de votação da Casa e eleições da Mesa Diretora, que ocorrem no início da legislatura.

Figura 2 – Conteúdo classificado como de Agenda e Informação



Fonte: perfil do Facebook do Deputado Federal Zé Neto.

A segunda temática que se sobressaiu na análise dos conteúdos postados nas redes sociais dos parlamentares foi o “gerenciamento de imagem pessoal” (28,4%). Nota-se que os temas classificados nesta categoria estão relacionados à conteúdos personalistas que enfatizam características pessoais, atividades sociais e familiares, realizações individuais de própria autoria (imagens da posse como Deputado Federal, leis passadas aprovadas, trajetória política etc.), demonstrações de solidariedade a pessoas ou situações (como a morte do jornalista Ricardo Boechat em queda de helicóptero ou o incêndio no Ninho do Urubu, que matou 10 jovens da base do Flamengo), além de mensagens motivacionais, de bom dia/boa tarde, religiosas, encorajadoras ou comemorativas (Dia Mundial de Combate ao Câncer, Dia de Iemanjá, o dia de determinada cidade, etc.).

Figura 3 – Conteúdo classificado como de Gerenciamento de Imagem Pessoal



Fonte: perfil do Facebook dos Deputados Federais Liziane Bayer e Tonino Wandscheer.

Outro destaque das publicações na área de “gerenciamento de imagem pessoal” é a de expressões de apoio a atores políticos e não políticos, lideranças e instituições. São realizadas manifestações de apoio, especialmente, ao ex-presidente Lula, que durante o período foi condenado a 12 anos e 11 meses de prisão no processo da Lava Jato, ao presidente Jair Bolsonaro, após este receber alta do hospital depois de 17 dias de internação em razão de cirurgia para a retirada de bolsa de colostomia, a Jean Wyllys, reeleito para o terceiro mandato na Câmara, mas que abriu mão de assumir o cargo citando ameaças de morte, e a Rodrigo Maia, eleito presidente da Câmara dos Deputados.

Figura 4 – Conteúdo classificado como de Gerenciamento de Imagem Pessoal: Apoios



Fonte: perfil do Facebook do Deputado Federal Gutemberg Reis.

O “posicionamento ideológico-programático” (18,1%) aparece em terceiro com conteúdo predominantemente voltado para a conjuntura nacional, como posições em relação a Reforma da Previdência, ao “Pacote Anticrime” proposto pelo então Ministro Sérgio Moro, debates sobre o projeto de lei do Escola Sem Partido, o Passe Livre, sobre as alterações na Tarifa de importação de leite e o julgamento sobre a criminalização da homofobia pelo Supremo Tribunal Federal. Também são considerados os debates em relação ao armamento, ao aborto, à legalização das drogas, posições referentes à ideologia de esquerda ou direita, opinião sobre pautas indígenas, atos do Movimento Sem Terra entre outros.

Figura 5 – Conteúdo classificado como de Posicionamento Ideológico-Programático



Fonte: perfil do Facebook do Deputados Federal Alencar Santana.

A partir da frequência simples, percebe-se que os temas “projetos e políticas públicas” (3,2%), “ênfase na atividade do partido” (2,5%) e “engajamento e participação do público” (1,4%) são os assuntos menos publicados nos perfis dos parlamentares brasileiros. No que se refere à temática de projetos e políticas públicas, é observado que os Deputados Federais enfatizam obras e projetos que direcionam entregas para determinadas localidades a partir de destinação de verbas e emendas que beneficiam um grupo de pessoas que necessitam do serviço público na região, especialmente em nível municipal (54,3%) e estadual/distrital (20,4%), que juntos somam 74,7%, do que projetos com abrangência nacional (25,3%), conforme apresentado na tabela 7.

Tabela 7 – Abrangência dos conteúdos sobre projetos e políticas públicas nas postagens dos parlamentares

	Abrangência	Frequência (N)	Porcentagem (%)
1	Municipal	176	54,3%
2	Estadual/Distrital	66	20,4%
3	Nacional	82	25,3%
	TOTAL	324	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

As publicações da categoria “projetos e políticas públicas” são as que mais se aproximam da classificação de Braga e Becher (2012) de particularismo/*constituency service*

(clientelismo) na qual os autores identificam temas nas plataformas virtuais dos atores políticos voltados à satisfação da base eleitoral. No entanto, assim como os achados empíricos de ambos evidenciam a presença de simbologia partidária e de promoção da atividade parlamentar, e não somente de divulgação da capacidade de prestar serviços aos eleitores, é constatado na análise de conteúdo dos parlamentares da 56ª Legislatura a existência da defesa de políticas nacionais nas publicações deste tipo de assunto. Alguns exemplos são de políticas voltadas a mobilidade, trânsito, meio ambiente e saúde.

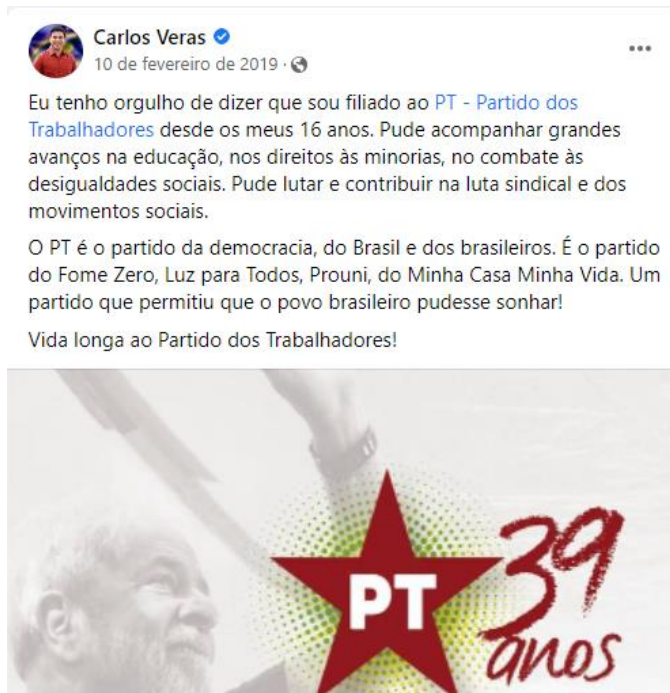
Figura 6 – Conteúdo classificado como de Projetos e Políticas Públicas



Fonte: perfil do Facebook dos Deputados Federais Felipe Carreras e Gleisi Hoffmann.

Em relação às postagens no Facebook que abordam conteúdos com “ênfase na atividade do partido” (2,5%) são destaques referências ao tempo de existência do partido, principalmente ao Ato Nacional pelos 39 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), atos de filiação em geral, informações sobre a bancada partidária no Congresso (tamanho/composição, ideias, divulgação de orientação das lideranças e/ou posições do partido ou bancada com relação a temas), defesa do partido e/ou de suas bandeiras ou propostas, sempre explicitando e exaltando a sua legenda.

Figura 7 – Conteúdo classificado como de Ênfase na Atividade do Partido



Fonte: perfil do Facebook do Deputados Federal Carlos Veras.

O “engajamento e participação do público” (1,4%) foi o conteúdo menos explorado pelos parlamentares em suas redes sociais. A prevalência de temas dentro da categoria faz referência a convites para encontros e eventos “online” ou “offline” com o deputado, uso de recursos da plataforma do Facebook para dar voz a opinião do público, como o uso de enquetes e pesquisas, pedidos de envio de vídeos ou mensagens com a opinião ou sugestões para o mandato através do Facebook, do WhatsApp ou canal de e-mail, e demais conteúdos que exploram a interação.

Figura 8 – Conteúdo classificado como de Engajamento e Participação do Público



Fonte: perfil do Facebook dos Deputados Federais Danilo Cabral e Antônio Furtado.

Após a etapa de classificação do conteúdo das postagens dos parlamentares selecionados na amostra, é possível analisar aspectos sobre a temática privilegiada pelo Deputado Federal em seu Facebook por determinadas características de perfil, como sua filiação partidária. Nesse sentido, foi realizado um cruzamento dos dados por assunto das categorias e pelo partido do representante a fim de verificar se ocorreu a prevalência de algum dos temas pelas legendas partidárias²³ dos representantes.

Uma primeira constatação a partir da análise da tabela 8 é a de que 23 dos 30 partidos (76,7%) têm um percentual maior de conteúdos relacionados à “agenda e informação” do que outros temas sendo publicados. Dos 7 partidos que não possuem a maior parte de suas publicações com enfoque nas atividades inerentes ao exercício do mandato do deputado federal, 3 deles se voltam mais para assuntos de “posicionamento ideológico-programático”, sendo eles do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Os demais alcançam maiores frequências em “gerenciamento de imagem pessoal”, principalmente entre as postagens de parlamentares das legendas do Podemos (PODE), Partido Social Cristão (PSC), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Pátria Livre (PPL).

Cabe salientar que a análise do tema por partido considera o número total de publicações (N) dos seus filiados no Facebook. Assim, legendas com “N” menores de postagens por seus membros precisam ser analisados com cuidado pela baixa incidência amostral. Além disso, é preciso ressaltar que não constam na tabela os assuntos relacionados a “outros” temas²⁴.

Tabela 8 – Assunto das publicações por partido do parlamentar

Assunto da Publicação

²³ Analisando por tema, os deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) são os que mais publicaram conteúdos com enfoque partidário, sendo 70,3% das publicações neste assunto realizadas pela bancada petista. O segundo partido com mais parlamentares enfatizando a atuação da legenda é o Partido Republicano Brasileiro (PRB), com 8,9% e o NOVO em terceiro com 4,3%.

²⁴ Publicações classificadas como de “outros” assuntos por partido: PT, 4,7%; PSL, 9,5%; PRB, 10,4%; PP, 9,7%; DEM, 7,6%; PSB, 2,9%; PSOL, 2,5%; PSD, 5,2%; PR, 4,8%; PSDB, 7,5%; MDB, 3,3%; PDT, 2,7%; PODE, 6,6%; PCdoB, 4,9%; PSC, 13,9%; Avante 6,0%; PROS, 2,8%; PPS, 2,7%; SD, 3,4%; NOVO, 7,8%; PHS, 19,1%; PRP, 4,5%; PTB, 1,9%; PV, 0%; PATRI, 10,0%; PMN, 6,5%; REDE, 14,3%; PTC, 0%; DC, 0%; PPL, 0%.

Partido e "N"	Agenda e informação	Gerenciamento de imagem pessoal	Posicionamento ideológico-programático	Projetos e políticas públicas	Ênfase na atividade do partido	Engajamento e participação do público
PT; 2015	24,4%	22,6%	35,3%	2,8%	9,0%	1,2%
PSL; 1428	39,9%	30,0%	18,1%	1,1%	0,4%	1,1%
PRB; 778	39,2%	38,7%	5,4%	1,8%	3,0%	1,5%
PP; 679	44,8%	31,2%	6,3%	6,3%	0,9%	0,7%
DEM; 488	44,1%	21,7%	21,1%	4,1%	0,6%	0,8%
PSB; 479	51,8%	27,3%	11,5%	4,6%	0,4%	1,5%
PSOL; 477	31,0%	19,1%	43,2%	1,3%	1,0%	1,9%
PSD; 442	46,8%	36,0%	6,8%	4,1%	0,2%	0,9%
PR; 400	50,7%	31,0%	7,0%	5,5%	0,0%	1,0%
PSDB; 374	54,5%	25,4%	4,5%	5,9%	0,3%	1,9%
MDB; 362	49,4%	30,1%	8,0%	8,3%	0,3%	0,6%
PDT; 331	48,9%	31,7%	11,5%	3,0%	1,5%	0,6%
PODE; 290	35,2%	36,6%	16,9%	1,0%	1,0%	2,8%
PCdoB; 283	29,7%	25,1%	35,0%	1,4%	0,4%	3,5%
PSC; 216	30,1%	34,3%	17,6%	0,5%	0,5%	3,2%
Avante; 184	42,9%	35,9%	10,3%	4,3%	0,0%	0,5%
PROS; 181	44,8%	38,7%	5,0%	8,3%	0,6%	0,0%
PPS; 149	63,1%	22,1%	10,1%	0,7%	0,0%	1,3%
SD; 147	61,2%	19,7%	6,1%	2,0%	4,1%	3,4%
NOVO; 141	44,7%	22,0%	14,2%	0,7%	7,8%	2,8%
PHS; 68	25,0%	50,0%	2,9%	1,5%	0,0%	1,5%
PRP; 67	58,2%	20,9%	16,4%	0,0%	0,0%	0,0%
PTB; 53	58,5%	26,4%	7,5%	5,7%	0,0%	0,0%
PV; 44	45,5%	22,7%	6,8%	6,8%	0,0%	18,2%
PATRI; 40	42,5%	37,5%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PMN; 31	61,3%	25,8%	3,2%	3,2%	0,0%	0,0%
REDE; 28	67,9%	3,6%	7,1%	3,6%	3,6%	0,0%
PTC; 12	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
DC; 7	71,4%	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
PPL; 3	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: A autora, 2022.

Detentores das maiores bancadas na Câmara dos Deputados, o PT e o PSL, respectivamente, são os que possuem um número maior de publicações de seus filiados no Facebook, mas diferenças significativas entre o teor das postagens. Enquanto os petistas focam 35,3% das suas postagens em assuntos de “posicionamento ideológico-programático”, apenas 18,1% dos deputados do PSL escrevem sobre essa temática. Já assuntos de “agenda e informação” são os preferidos dos deputados do PSL na rede (39,9%), entre os do PT o percentual é de 24,4%. O PSL, que em 2014 elegeu apenas um deputado federal, iniciou a nova Legislatura em 2019 com 52 cadeiras, se tornando o partido com o maior saldo positivo de representantes e com a maior quantidade de novos parlamentares, sendo 47 deputados em seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados²⁵.

Apesar de conteúdos de imagem pessoal não atingirem a maior parcela de publicações das legendas, eles ocupam a segunda colocação dos temas mais postados em 22 partidos. Isto é, além das 4 legendas em que são prioritárias as temáticas focadas no individual e aparecem em primeiro lugar nas publicações, apenas 4 partidos não têm entre as suas segundas maiores publicações assuntos de gerenciamento de imagem. O PT, o PCdoB e o PSOL têm como segunda maior frequência posts relacionados à “agenda e informação” e o partido Rede Sustentabilidade (REDE) temas classificados como “outros”.

O conteúdo das publicações dos deputados é analisado também entre os perfis dos parlamentares, isto é, se o parlamentar ocupa cargo de liderança no partido e quanto ao bloco ocupado na Câmara dos Deputados. A tabela 9 apresenta os resultados entre as publicações de lideranças de cada legenda e não líderes partidários. Apesar de uma menor frequência de publicações entre as lideranças, são consideradas as postagens de 23 líderes de diferentes legendas e do Governo durante o período, garantindo a pluralidade ideológica dos perfis de deputados.

Tabela 9 – Posição de liderança no partido e o assunto das publicações

	Liderança partidária (N=502)	Não líderes (N=9695)
Agenda e informação	32,1%	40,3%
Gerenciamento de imagem pessoal	21,9%	28,8%

²⁵ Fonte: < <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acesso em: 30 de junho de 2022.

Posicionamento ideológico-programático	31,1%	17,4%
Projetos e políticas públicas	3,8%	3,1%
Ênfase na atividade do partido	4,8%	2,4%
Engajamento e participação do público	0,8%	1,4%

Fonte: A autora, 2022.

Nota-se que as publicações no assunto “agenda e informação” são as priorizadas pela totalidade dos parlamentares, independentemente do perfil de cargo em liderança. No entanto, cabe ressaltar que entre os líderes dos partidos há uma maior ênfase ao “posicionamento ideológico-programático” (31,1%) nas postagens quando comparadas às dos demais parlamentares (17,4%). Além disso, entre as lideranças é menor a quantidade de conteúdos voltados para o gerenciamento da imagem pessoal do deputado e maior a frequência de publicações que envolvem a atividade do partido, mesmo que a diferença seja sutil, de 2,4 pontos percentuais para o enfoque na legenda e -6,9 pontos percentuais para o foco no individual.

Em relação ao bloco parlamentar²⁶ ocupado pelo representante na Câmara dos Deputados, é identificado que, com exceção da oposição ao Governo Federal, os demais voltam seu conteúdo nas redes, principalmente, a assuntos da atividade ordinária do exercício do mandato e de imagem pessoal. Já os integrantes pertencentes à base de oposição ao Presidente da República enfatizam seus conteúdos *online* em pautas de posicionamento ideológico-programático, buscando assumir posições diante dos debates de cunho ideológico ou sobre propostas do Governo, como a Reforma da Previdência, flexibilização da posse de armas, pacote de medidas anticrime, privatizações de empresas estatais e outros.

Tabela 10 – Bloco ocupado na Câmara dos Deputados e o assunto das publicações

	Bloco Governista (N= 5243)	Bloco Progressista (N= 1802)	Oposição (N= 2999)	Independente (N=153)
Agenda e informação	43,8%	44,2%	30,2%	47,1%
Gerenciamento de imagem pessoal	31,1%	31,1%	22,6%	22,2%
Posicionamento ideológico-programático	11,3%	14,3%	32,5%	13,1%
Projetos e políticas públicas	3,6%	2,7%	2,9%	0,7%

²⁶ A composição e classificação dos blocos parlamentares pelos partidos políticos constam no anexo A.

Ênfase na atividade do partido	0,8%	0,9%	6,3%	7,2%
Engajamento e participação do público	1,1%	2,1%	1,4%	2,6%

Fonte: A autora, 2022.

4.2 Partidarização dos conteúdos postados no Facebook

A respeito da menção ao partido político, isto é, se houve ou não citação expressa do nome, sigla ou apelido que represente a legenda do deputado, foi observado um baixo grau de partidarização dos conteúdos postados. Perante os resultados encontrados, constata-se um perfil de utilização mais personalista, na medida que grande parte das publicações não se referiam ou não constavam menções aos partidos políticos. A tabela abaixo traz a frequência simples e o percentual de publicações em que o parlamentar menciona em texto o partido ao qual é filiado no conteúdo divulgado.

Tabela 11 – Menção ao partido político do parlamentar nas publicações

Menção ou não ao partido	Frequência (N)	Porcentagem (%)
Sim	1663	16,3%
Não	8534	83,7%
TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

O cruzamento entre o tipo de tema das publicações e o nível de partidarização dos conteúdos demonstra que apesar da referência ao partido ser baixa, os parlamentares fazem uso da identificação de suas legendas em todos os tipos de assuntos, com mais ou menos intensidade em cada um deles.

Tabela 12 – Assunto das publicações e menção expressa ao próprio partido político

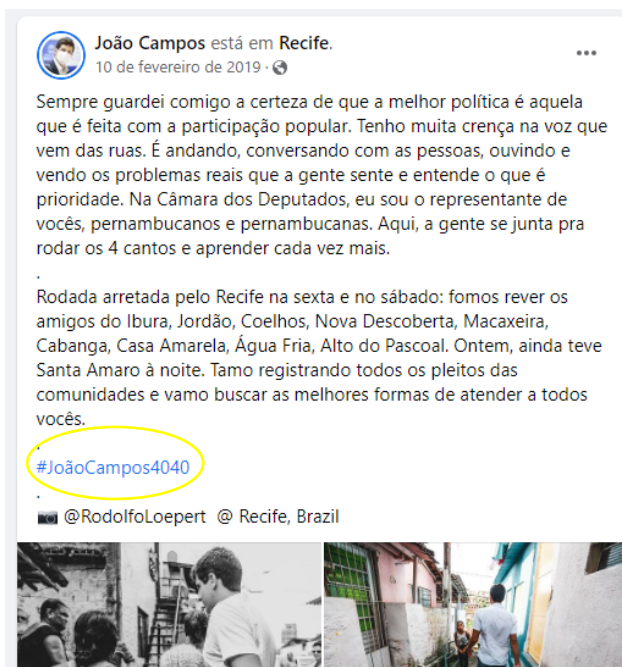
	Menção ao partido (N=1663)	Não menção ao partido (N=8534)
Agenda e informação	45,2%	38,9%
Gerenciamento de imagem pessoal	18,8%	30,3%
Posicionamento ideológico-programático	14,7%	18,8%

Projetos e políticas públicas	4,1%	3,0%
Ênfase na atividade do partido	15,6%	0,0%
Engajamento e participação do público	1,1%	1,4%

Fonte: A autora, 2022.

Nas publicações em que há menção ao partido político do representante, a maior parcela tem relação com temas de agenda e informação do mandato parlamentar (45%,2). Importante mencionar que a segunda maior frequência, de 18,8% são de conteúdos sobre a imagem pessoal voltado ao individual do representante que são divulgados no Facebook. No entanto, entre as postagens em que não houve a expressa citação escrita ao partido, sigla ou número de referência da legenda, o conteúdo focado na imagem pessoal do deputado aumenta para 30,3%, atrás apenas de temas focados em agenda e informação (38,9%). Apesar de baixo o uso das legendas nas mensagens postadas nas redes dos parlamentares com enfoque personalista, sua importância não é nula²⁷ e a citação ao seu partido se faz presente nos *posts*.

Figura 9 – Conteúdo de Imagem Pessoal com menção ao partido



Fonte: perfil do Facebook do Deputado Federal João Campos.

²⁷ Entre as publicações de “gerenciamento de imagem pessoal” com temas voltados ao individual, em 10,8% delas há menção ao partido político do representante nas mensagens divulgadas no Facebook e em 86,6% não há menção ao próprio partido.

Ao realizar o cruzamento dos dados no total das publicações entre as filiações partidárias dos parlamentares e o grau de partidarização das suas publicações no Facebook, é possível identificar as legendas que possuem deputados que expressam com mais intensidade sua legenda em suas publicações. Das publicações em que ocorreu a identificação das legendas do parlamentar, 73,8% delas são de parlamentares de apenas sete partidos políticos. A bancada do PT desponta com mais parlamentares que ressaltam sua filiação nos textuais (36,2%) publicados no Facebook, conforme a tabela abaixo.

Tabela 13 – Partidarização das publicações por partido político do parlamentar

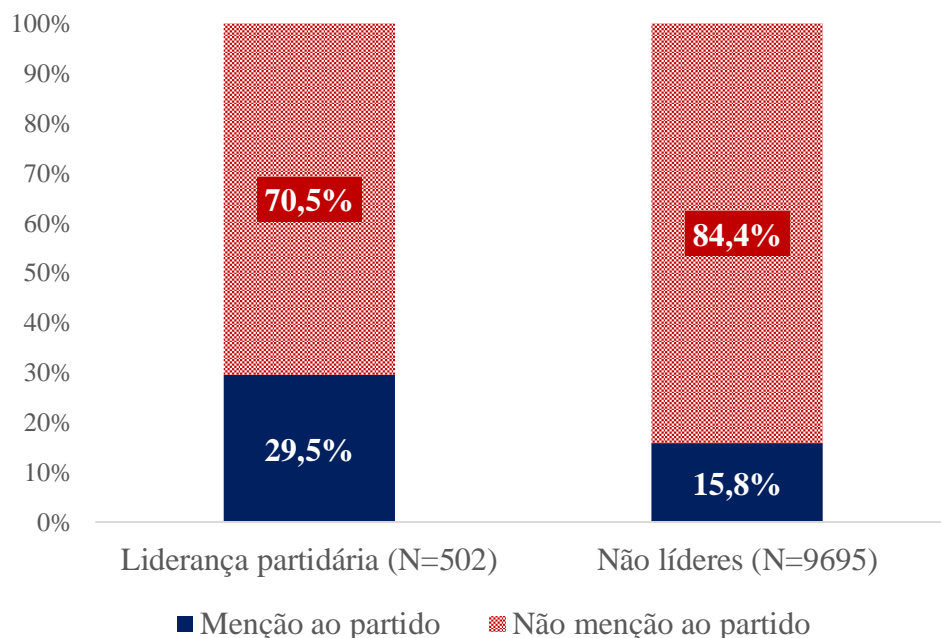
	Partido do Parlamentar	Publicações com menção ao partido (N=1663)
1	PT	36,2%
2	PSL	9,4%
3	PRB	9,1%
4	PP	3,5%
5	DEM	5,4%
6	PSOL	5,4%
7	PSB	4,8%
8	PSD	2,2%
9	PR	1,6%
10	PSDB	1,4%
11	MDB	1,7%
12	PDT	2,7%
13	PODE	2,7%
14	PCdoB	2,2%
15	PSC	0,7%
16	AVANTE	1,2%
17	PROS	1,0%
18	PPS	0,9%
19	SD	2,4%
20	NOVO	3,6%
21	PHS	0,0%
22	PRP	0,0%
23	PTB	0,7%
24	PV	0,4%
25	PATRI	0,1%
26	PMN	0,0%
27	REDE	0,7%
28	PTC	0,0%
29	DC	0,0%
30	PPL	0,0%

Fonte: A autora, 2022.

O PSL e o PRB são o segundo e terceiro partido, respectivamente, com mais publicações contendo informações da legenda em seu conteúdo escrito. No entanto, os números quando comparados aos do PT são muito inferiores, tendo o PSL uma partidarização de 9,4% e o PRB de 9,1%.

Entre as postagens de lideranças partidárias no Facebook, identificamos uma tendência maior à incorporação das suas legendas nos textos publicados na plataforma do que os demais parlamentares que não possuem cargos de líder. Entretanto, o número ainda é significativamente menor, seja entre líderes ou não líderes.

Gráfico 1 – Partidarização das publicações por posição de liderança

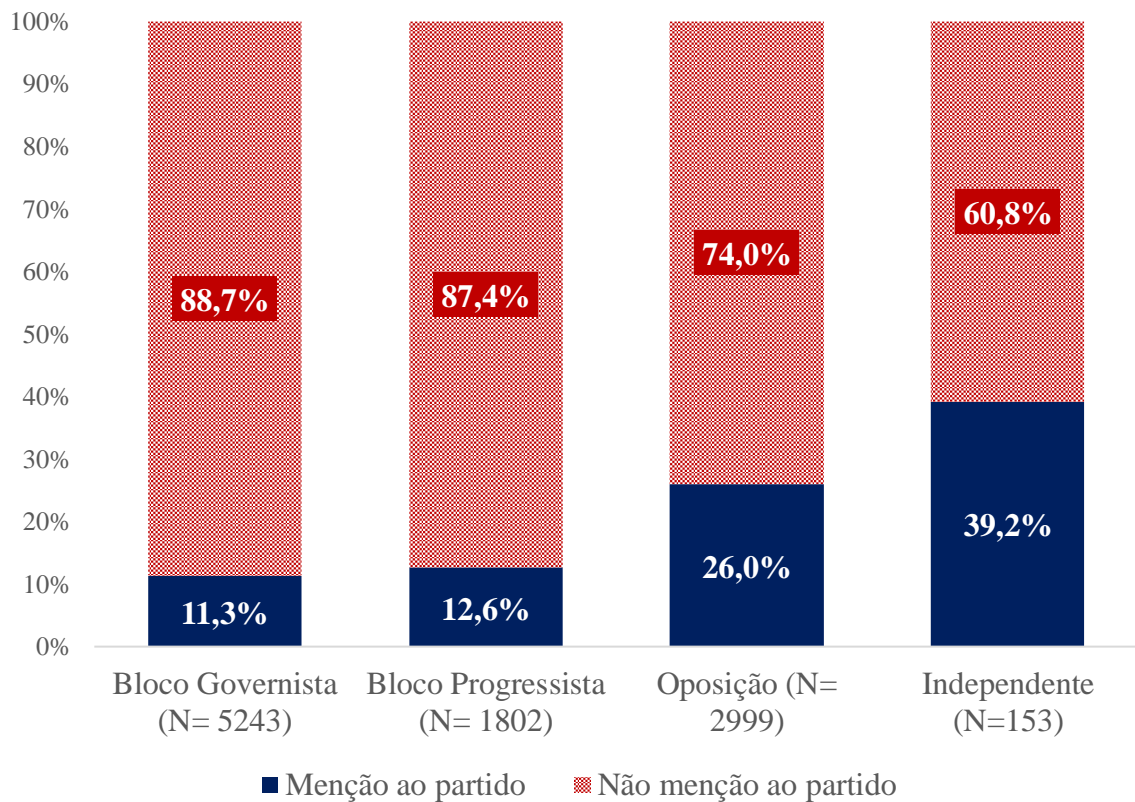


Fonte: A autora, 2022.

A expectativa de que a força partidária significasse maior presença de elementos partidários escritos nas postagens de deputados é confirmada. Ainda que o grau de partidarização dos conteúdos em geral seja baixo, é possível observar que deputados com perfil de dirigente fazem mais alusão a sua filiação em suas publicações na rede social do que outros representantes que não ocupam o cargo.

Outra expectativa era com relação ao bloco governista fazer mais referência à legenda nas publicações, sendo mais “partidários” que os demais. Porém, encontramos o oposto, isto é, um menor grau de menções ao partido entre os apoiadores do Governo (11,3%).

Gráfico 2 – Partidarização das publicações por bloco parlamentar



Fonte: A autora, 2022.

O bloco de partidos independentes, que inclui publicações de Deputados Federais do NOVO e do Partido Trabalhista Cristão (PTC) é o que possui maior percentual (39,2%) de conteúdo com destaque partidário. Cabe salientar que o grupo é formado por 10 parlamentares e a frequência de postagens analisadas foi a menor, com 153 *posts* no total. A segunda maior incidência de menções às legendas foi da base de oposição ao Governo, com 26% e a terceira foi do bloco progressista da Câmara, com 12,6%.

4.3 Participação e convite ao engajamento nas publicações

Em geral, os recursos utilizados para engajamento do público e convite expresso à participação não são tão explorados pelos Deputados Federais brasileiros em sua rede social do Facebook. Ainda que tenha sido constatada a utilização de elementos com incentivos para

mobilização e construção de uma interação com o seu público virtual, como pesquisas, enquetes, formas de obter as opiniões através de recursos digitais e multimídia, além de convites para participarem de encontros com o representante (virtual ou presencial), é baixa a quantidade de postagens com esse teor (3,6%).

Tabela 14 – Convite ao engajamento nas publicações dos parlamentares

	Convite ou não ao engajamento	Frequência (N)	Porcentagem (%)
1	Sim	372	3,6%
2	Não	9825	96,4%
	TOTAL	10.197	100,0%

Fonte: A autora, 2022.

O cruzamento entre o tipo de assunto das publicações e o nível de engajamento proposto no conteúdo pelos deputados aponta que postagens sem o apelo à participação do público são, principalmente, sobre temas de agenda do trabalho parlamentar em que noticiam informações sobre o dia a dia profissional, com 40,5%. A temática com ênfase individualista é mais intensa em publicações que não constam o convite ao engajamento (29%) do que aquelas com o incentivo à interação (14,5%), demonstrando baixos níveis de elementos interativos para estreitar inclusive o relacionamento pessoal do representante com sua base de seguidores no ambiente virtual.

Tabela 15 – Assunto das publicações e convite ao engajamento e participação

	Com convite ao engajamento (N=372)	Sem convite ao engajamento (N=9825)
Agenda e informação	23,9%	40,5%
Gerenciamento de imagem pessoal	14,5%	29,0%
Posicionamento ideológico-programático	16,1%	18,2%
Projetos e políticas públicas	1,1%	3,3%
Ênfase na atividade do partido	4,8%	2,5%
Engajamento e participação do público	38,2%	0,0%

Fonte: A autora, 2022.

Dessa forma, apesar de apresentarem um comportamento na rede social do Facebook mais personalizado, explorando a relação mais direta entre representante e representado, são

poucas as postagens com formatos que se orientam para o engajamento da *cyber base* e que buscam efetivamente ouvir e dar voz às demandas dos cidadãos através da consulta de suas opiniões ou estímulo para participarem. A figura abaixo permite a visualização de um conteúdo classificado como de “agenda e informação” em que há claro convite para o público participar enviando perguntas, dúvidas e sugestões para o representante durante o evento *online* por meio de uma “live” na ferramenta.

Figura 10 – Conteúdo de Agenda e Informação com convite ao engajamento



Fonte: perfil do Facebook do Deputado Federal Domingos Neto.

Por meio dos dados encontrados, percebe-se que o modelo de tribuna ou delegativo (NORTON, 2007) ancorado na ideia de que os atores irão se utilizar da internet como instrumento para coletar e vocalizar as demandas da sua base eleitoral encontra baixo respaldo na atuação dos Deputados Federais brasileiros na rede social do Facebook, diferente de como era previsto.

Assim, a análise de conteúdo permite a identificação de diferentes formas de uso pelos parlamentares no Facebook com estratégias de uso das mídias sociais mais personalistas do que partidárias, confirmando a hipótese geral formulada. Os representantes brasileiros demonstram preferência por conteúdos com enfoque individualizado, seja ressaltando a atividade ordinária do exercício do mandato na Câmara dos Deputados ou assuntos que envolvem uma construção positiva da imagem dos representantes. Apesar de constatado um

baixo grau de conteúdo com ênfase no partido e baixos níveis de partidarização nas publicações divulgadas pelos políticos em sua rede social do Facebook, o peso da legenda não pode ser desconsiderado, já que muitos fazem referência a sua filiação nos *posts*.

A expectativa de existir um modelo predominante de representação de tribuna com fortes incentivos ao uso personalizado do ambiente *online* e empenhado em vocalizar as demandas dos cidadãos e, principalmente, da sua base eleitoral, focando em questões de âmbito regional é parcialmente confirmada. Os conteúdos de políticas públicas são voltados à exaltação de serviços públicos de abrangência local (principalmente municipais), mas a interatividade da comunicação não é tão explorada na potencialidade que a ferramenta social possibilita.

Em relação à segunda hipótese, há uma comprovação empírica a partir dos resultados analisados de que os partidos políticos têm uma baixa presença nos conteúdos publicados por seus parlamentares no ambiente virtual, mas não são inexistentes, fazendo-se mais presentes em publicações de Deputados Federais que ocupam cargos de liderança. Entretanto, não é confirmada a expectativa de que a força partidária seria mais proeminente entre a base governista como forma de maximizar chances eleitorais ao se beneficiarem da fidelidade das suas legendas para obter vantagens políticas do Executivo. Foi encontrado o oposto, isto é, menos menções à legenda entre esse bloco. Em relação ao tamanho das bancadas partidárias, também não se comprova empiricamente que legendas mais estruturadas apresentam com mais intensidade o partido nos textuais dos seus parlamentares na rede social.

É possível destacar um caminho não excludente entre as correntes distributivista e partidária de comportamento do legislativo também no espaço *online*, em que os parlamentares ao mesmo tempo que evidenciam em seus conteúdos sua filiação partidária, ainda que em baixa intensidade, também assumem uma atuação personalista. Assim, se dedicam à construção de uma imagem de trabalhador ou de atributos e realizações pessoais e apresentam projetos e políticas voltadas prioritariamente a benefícios localizados direcionados ao seu eleitorado com a finalidade de ganhar visibilidade e se tornar reconhecidos pelo feito.

5 CONCLUSÕES

Inicialmente foi destacado o debate da literatura de estudos do legislativo no Brasil a respeito dos incentivos ao personalismo e ao partidarismo como forma de explicar a atuação parlamentar. Enquanto alguns autores discutem sobre o peso atribuído às variáveis exógenas ou endógenas como condicionantes da ação do representante na arena legislativa, outros argumentam sobre a necessidade de se considerar um modelo híbrido em que ambas as forças coexistem e orientam os atores políticos. Assim, consideram possíveis tanto a visão distributivista, orientada pela lógica particularista, quanto a partidária, para explicar a atuação parlamentar no país (PEREIRA; MUELLER, 2003).

Em seguida, foi verificado que tal debate ocorre em estudos sobre representação política e novas tecnologias da informação e comunicação. O embate ocorre entre as ideias de que a utilização das NTICs pelos parlamentares origina modelos mais personalizados de representação e as argumentações de que a sua difusão nas sociedades não é capaz de exercer interferência sobre as relações entre políticos e cidadãos em determinados contextos institucionais (ZITTEL, 2003).

A dissertação buscou conectar duas escolas de pensamento da Ciência Política, a institucionalista e a de comunicação política para analisar o fenômeno recente de ampliação do uso da internet e das mídias sociais por representantes e representados. A reflexão sobre as possibilidades da internet no campo político legislativo é relevante para identificação e compreensão das formas de relação estabelecidas no ambiente *online* por políticos e o eleitorado.

Diante de um cenário de crescente desconfiança em relação às instituições representativas e as inúmeras possibilidades de aproximação proporcionadas pelas ferramentas digitais, foi colocada a questão se o contexto institucional brasileiro, com incentivos para a apropriação individualizada das tecnologias digitais na arena eleitoral, estaria desenvolvendo também formas personalizadas de aproximação entre os parlamentares e seu público virtual no Facebook e em que grau há influência partidária.

A partir desse quadro de intensa disputa por visibilidade e tendências à personalização dos candidatos e de enfraquecimento da identidade dos partidos, foi levantada a pergunta se a conexão eleitoral, fundamentada no conceito de responsividade dos atores as suas bases

geográficas, estaria passando por um processo de reconfiguração a partir do surgimento de um novo ambiente digital, mais interativo, direto e com estímulos a acentuar a reputação pessoal. Nesse sentido, a pesquisa vai ao encontro de estudos que contestam a total centralização da arena legislativa ao permitir uma atuação simultânea do parlamentar que combina a fidelidade partidária e um agir de maneira personalista a fim de atender sua *constituency* e ampliar seu capital político (CERVI, 2009).

Assim, o trabalho teve como objetivo identificar padrões de comportamento *online* dos Deputados Federais eleitos para a 56ª legislatura (2019-2023) no Facebook durante o exercício do mandato, sobretudo na relação com seu partido e com sua base eleitoral. A análise de conteúdo das publicações dos representantes mostra que há uma tendência a um comportamento predominantemente personalista na rede social do Facebook, seja em assuntos do cotidiano de suas funções ou de fortalecimento de sua imagem pessoal. A ênfase em características individuais se mostrou mais presente que fatores partidários nas estratégias dos parlamentares na rede social analisada. As estruturas partidárias nesse ambiente virtual assumem pouca relevância no processo de mediação política com baixos graus de partidarização dos conteúdos, mas se fazem presentes, especialmente entre deputados em cargos de liderança.

Os resultados encontrados indicam que os políticos brasileiros recorrem às páginas do Facebook durante o mandato como forma de divulgar as atividades parlamentares, sua rotina no cargo e seu trabalho, principalmente. Apesar do incentivo institucional do sistema proporcional de lista aberta no país para adoção de ferramentas digitais pelos representantes como forma de se comunicar com o público explorando ativos de imagem, os deputados fazem baixo uso de recursos interativos orientados para o engajamento e a participação, como apontado em outros trabalhos sobre o tema (VIEIRA, 2017).

Dessa forma, o modelo de tribuna (NORTON, 2007) baseado na ideia de que os atores se utilizam da internet como instrumento para coletar e vocalizar as demandas da sua base eleitoral encontra baixo respaldo na atuação dos deputados federais brasileiros na rede social do Facebook, apesar de identificado o uso essencialmente individualizado do ambiente *online* e conteúdos voltados à divulgação de projetos e políticas públicas com enfoque particularista e localizados, a interatividade da comunicação não é tão explorada, tendo a população um papel mais reativo que efetivamente ativo.

Por meio dos achados da presente pesquisa é possível afirmar que, durante o período analisado, os parlamentares se preocuparam mais em dar visibilidade as suas ações e funções políticas e a enfatizar sua personalidade individual como forma de construir uma imagem

positiva de estar cumprindo com o seu dever enquanto representante da população. Entretanto, não são esgotadas todas as possibilidades de uso da ferramenta, sendo observados outros temas além daqueles voltados à divulgação da capacidade de prestar serviços aos eleitores e de satisfação da base eleitoral dos atores políticos (BRAGA; BECHER, 2012).

Apesar da relevância dos resultados apresentados sobre o comportamento dos representantes do poder legislativo no ambiente *online* do país, a presente pesquisa possui limitações. Entre elas é possível mencionar os critérios da seleção amostral, seja em relação ao período analisado – que poderia ser ampliado para permitir maior incidência e relevância estatísticas aos dados, seja pelo recorte da rede social escolhida, possibilitando incluir outras plataformas digitais, como o Twitter e o Instagram, a fim de ampliar o poder explicativo da atuação do parlamentar nas redes sociais. Estudos futuros podem também incluir os Senadores na análise e comparar o Brasil a outros países com diferentes quadros institucionais com o intuito de identificar novos padrões de utilização das mídias sociais e de comportamento político *online* dos representantes.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S., 1988. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, vol. 31, nº 1, p. 5-38.
- AGGIO, C., 2010. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. *Opinião Pública*, v. 16, p. 426-445.
- ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R., 2002. Propaganda Política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Revista Civitas*, vol. 2, nº 2, p 309-326.
- ALDÉ, A., 2011. Cidadãos na Rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política online. *Contemporânea (UFBA. Online)*, v. 9, p. 370-389.
- ALDÉ, A., 2011. Internet e democracia: expectativas da comunicação em rede. *Revista USP*, São Paulo, nº 90, p.24-41, junho/agosto.
- ALMEIDA, H., 2017. Representantes, representados e mídias sociais: mapeando o mecanismo de agendamento informacional. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- ALMEIDA, M.H.T., 2005. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia & Política*, 24, pp.29-40. DOI: 10.1590/S0104-44782005000100004
- ALMEIDA, H.; PEREIRA, M.; FERREIRA, M.; QUINTÃO, T., 2020. “Tamo junto?” Parlamentares e mídias sociais: uma tipologia dos padrões de atuação de deputados federais no facebook. *Revista Sociedade e Cultura*. 2020, v. 23.
- AMES, B., 1995. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. *Journal of Politics*, 57(2), pp.201-225. DOI: 10.2307/2960309
- AMES, B., 2000. *The Deadlock of Democracy in Brazil: Interests, Identities and Institutions in Comparative Perspective*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- AMES, B., 2003. *Os entraves da democracia no Brasil*. [s.l.] FGV Editora.
- AMES, B.; BAKER, A. & RENNÓ, L., 2008. The Quality of Elections in Brazil: Policy, performance, pageantry or pork? In P. Kingstone & T. Power, eds. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- AMORIM NETO, O. & SANTOS, F., 2001. The Executive Connection: Presidentially Defined Factions and Party Discipline in Brazil. *Party Politics*, v. 7, n. 2, p. 213-234.
- AMORIM NETO, O.; SANTOS, F., 2003. O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros. *Dados*, v. 46, n. 4, p. 661-698.

AVELINO FILHO, George., 2015. Sistemas eleitorais: o sistema proporcional. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 27-38.

BAQUERO, Marcello., 2000. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América latina. Porto Alegre: UFRGS.

BRAGA, S., 2004. O impacto da Internet no funcionamento das instituições democráticas brasileiras: um estudo sobre a informatização dos Legislativos Estaduais no Brasil. In: 'Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política'. Cidade do México, 29.

BRAGA, S. S.; ROCHA, L. C.; VIEIRA, F. A., 2015a. "Americanização" da representação política virtual? Um estudo comparado das estratégias de comunicação digital por parlamentares de diferentes sistemas políticos. In: 39º Encontro Anual da ANPOCS.

BRAGA, S. S.; ROCHA, L. C.; CARLOMAGNO, M. C., 2015b. A internet e os partidos políticos brasileiros. Cadernos Adenauer, vol. 16, n. 3, p. 47-73.

BIMBER, B.; COPELAND, L. "Digital Media and Traditional Political Participation Over Time in the U.S". Journal of Information Technology & Politics, 10(2): 125-137, 2013.

BORGES, A., 2005. Conexão Eleitoral e Atuação Parlamentar - representantes e bases eleitorais no Maranhão. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ.

BOWLER, S., 2000. Parties in Legislature: Two Competing Explanations. In: DALTONS, R. J. & CAIN, B.; FERREJOHN, J. & FIORINA, M. 1987. The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence. Cambridge, Mass.: Harvard University.

CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence. [s.l.] Harvard University Press, 1990.

CAREY, J. & SHUGART, M. S., 1995. Incentives to Cultivate the Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. Electoral Studies, v. 14, n. 4, p. 417-440, Dec.

CARLOMAGNO, M., 2015. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelos impactos das tecnologias digitais. IV Congresso da Compolítica, Rio de Janeiro.

CARREIRÃO, Yan de Souza., 2002. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. FGV Editora.

_____, 2006. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, v. 12, n. 1, p. 136-163.

_____, 2007. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. Opinião Pública, v. 13, n. 2, p. 307-339.

_____; KINZO, M., 2004. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

- CARVALHO, N.R., 2003. E no Início eram as Bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.
- CASTELLS, Manuel., 2001 O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. v. 2.
- CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). Disponível em: <<https://bancodedadoslegislativos.com.br/>>. Acesso em: agosto de 2021.
- CERVI, E.U., 2009. Produção Legislativa e Conexão Eleitoral na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Revista Sociologia e Política, v. 17, n. 32, pp. 159-177.
- CERVI, E.U., 2010. O "tempo da política" e a distribuição dos recursos partidários: uma análise do HGPE. Debates,(2), v. 8, p. 12-17.
- CERVI, E. U.; CARVALHO, F. C.; BUCKSTEGGE, J. K., 2015. A disputa presidencial em posts e comentários no Facebook: a dinâmica das fanpages jornalísticas ao longo da campanha de 2014. Em Debate , v. 7, p. 47-75
- CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G., 2011. O uso do Twitter nas eleições de 2010: o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao governo do Paraná. Contemporânea: comunicação e cultura, Salvador, v. 9, n. 2, p. 319-334.
- CHADWICK, A., 2006. Internet Politics: States, Citizens and New Communication Technologies. New York: Oxford University Press.
- COLEMAN, S & MOSS, G., 2008. Governing at a Distance – Politicians in the Blogosphere. Information Polity, 13, 7–20.
- COLEMAN, S; TAYLOR, J. A.; VAN DE DONK, W., 1999. Parliaments in the age of the internet. Oxford: Oxford University Press.
- COLEMAN, S., 2005. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. In: New Media and Society. N°7:177.
- COLEMAN, S. and BLUMLER, J.G., 2009. The internet and democratic citizenship – theory, practice and policy. Cambridge: Cambridge University Press.
- COX, G. & MCCUMBBINS, M. 1993. Legislative Leviathan: Party Government in the House. Berkeley: University of California.
- COX, G. 1987. The Efficient Secret. The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England. Cambridge: Cambridge University.
- DOWNS, A. 1999. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: USP.
- FEREJONH, Jonh. 1986. “Incumbent Performance and Electoral Control”. Public Choice 50: 5-25.
- FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. 2000. Presidential Power, Legislative Organization and Party Behavior in Brazil. Comparative Politics, New York, v. 32, n. 2, p. 151-170.

FIGUEIREDO, A. C., 2000. Government Performance in Multiparty Presidential Systems: The Experiences of Brazil. Trabalho apresentado no XVIII World Congress of Political Science, International Science Association – ISA, Québec, 1-5 de agosto.

FIGUEIREDO, A. C., 2001. Instituições e Política no Controle do Executivo. Dados. Rio de Janeiro, v. 44, n. 4.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F., 2002. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. Dados, v. 45, n. 2, p. 303–344.

FIGUEIREDO, M., 2007. Intenção de voto e propaganda política: efeitos da propaganda eleitoral. Logos: Comunicação & Universidade, vol. 14, no 2, p. 9-20.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F., 1994. Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional. DADOS - Revista de Ciências Sociais, n° 29, p. 175-200.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F., 1995. Os Partidos Políticos Na Câmara dos Deputados: 1989-1994. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 38, n° 3, p. 497-526.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F., 1999. Executivo E Legislativo Na Nova Ordem Constitucional. [s.l.] Editora FGV.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F., 2005. Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo. Dados, v. 48, n. 4, p. 737–776.

FIORINA, Morris P., 1981. Retrospective Voting in American National Elections. New Haven: Yale University Press.

FLEISCHER, D., 1981. Deputados Brasileiros – Repertório Biográfico dos Senhores Deputados Abrangendo o Período de 1946-1967. Brasília, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.

GOMES, W., 2007. A transformação da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus: 3ª edição.

GOMES, W.; et al., 2009. “Politics 2.0”: a campanha online de Barack Obama em 2008. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 29-43.

HALL, P & TAYLOR, R., 2003. As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova, 58:193-224, 2003.

HOLBROOK, Thomas M. Do Campaigns Matter? Londres: Sage Publications, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Portal do IBGE. Dados PNAD. Disponível em: <Agência - Detalhe de Mídia | Agência de Notícias | IBGE>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

KARLSSON, M., 2011. Interactivity as a strategy for political representation – a conceptual discussion and empirical illustrations among political bloggers. Paper prepared for presentation at the IPSA/ECPR conference “Whatever happened to North-South?” University of São Paulo-Brazil.

KINZO, M., 1980 *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo.

KINZO, M., 2004. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40.

KIRCHHEIMER, Otto. 1990. *The transformation of Western European party system*. Oxford: Oxford University Press, p. 50-60.

KREHBIEL, K., 1991. *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

LAMOUNIER, B., 1991. “Parlamentarismo, Sistema Eleitoral e Governabilidade”. *Nova Economia*, vol. 2, nº 2, UFMG, pp. 9-25.

LAMOUNIER, B. & MENEGUELLO, R., 1986. *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro São Paulo*, Brasiliense.

LARSSON & SVENSSON, 2014. Politicians online: identifying current research opportunities. *First Monday* 19(4).

LEAL, P. R. F., 2002. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. *Lumina: revista da Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora: Ed. UFJF*, v.5, n.4, p.67-77.

LEAL, Paulo Roberto Figueira, 2005. *O PT e o dilema da representação política*. Rio de Janeiro: FGV.

LEAL, Paulo Roberto Figueira; ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição, 2010. As campanhas eleitorais no contexto da política personalizada. In: *IX Congresso Brasileiro de Marketing Político (Politicom)*, 2010, Americana-SP. *Anais do IX Politicom*.

LESTON-BANDEIRA, C., 2007. Are ICTs changing parliamentary activity in the Portuguese parliament? *The Journal of Legislative Studies*, n. 13, p. 403–421.

LESTON-BANDEIRA, C.; TIBÚRCIO, T., 2012. Developing Links Despite the Parties – Parliament and Citizens in Portugal. *The Journal of Legislative Studies (Special issue on Parliaments and Citizens)*.

LILLEKER, D., G., JACKSON, N., A., 2019. Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP? In: *ECPR Joint Sessions, Lisbon*.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil, 1993. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80* São Paulo, Edições Loyola.

LIMONGI, F., 1993. A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil 1962-1992. In: LIMONGI, F. (Org.), A Fundação Ford no Brasil. São Paulo, Sumaré.

LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A., 2004. Modelos de Legislativo: o Legislativo brasileiro em perspectiva. Revista Plenarium, p. 41-56.

MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A., 2011 (orgs.). Internet e Participação Política no Brasil. Porto Alegre: Editora Sulina.

MAINWARING, S. 1990. Presidentialism in Latin America. Latin American Research Review, v. 25, p. 198–228.

MAINWARING, S., 1997. Multipartism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil, in S. Mainwaring e M. S. Shugart (eds.), Presidentialism and Democracy in Latin America. New York, Cambridge University Press.

MAINWARING, S., 1997. Multipartism, Robust Federalism, and Presidentialism in Brazil. In S. Mainwaring & M.S. Shugart, eds. Presidentialism and Democracy in Latin America. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

MAINWARING, S., 1999. Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil. Stanford, Stanford University Press.

MANIN, B., 1995. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 29, p. 5-34.

MARQUES, F. P. J. A. e MONT'ALVERNE, C., 2013. Twitter, eleições e poder local: um estudo sobre os vereadores de Fortaleza. Revista Contemporânea/Comunicação e Cultura, vol. 11, n. 2, p. 322-347.

MARQUES, F. P. J. A.; AQUINO, J. A.; MIOLA, E., 2014 Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. Opinião Pública, Campinas, v. 20, n. 2, p. 178-203.

MARQUES, F. P. J. A.; SAMPAIO, R. C.; AGGIO, C.O., 2013 (Orgs.). Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: Edufba.

MASSUCHIN, M.; TAVARES, C., 2015 Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook. Revista Compolitica, v. 5, p. 75-112.

MAYHEW, D. R., 1974. Congressional Elections: The Case of the Vanishing Marginals. Polity, v. 6, n. 3, p. 295-317, Spring.

MAYHEW, D.R., 2005. Congress: The electoral connection. 2ª ed. New Haven: Yale University Press.

MENEGHELLO, R., 1998. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985- 1997). São Paulo: Paz e Terra.

MESQUITA, L., 2008. Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados. [s.l.] Universidade de São Paulo.

MESQUITA, L. et al., 2014. Emendas Individuais e Concentração de Votos: uma análise exploratória. In: IX ENCONTRO DA ABCP. Brasília, Brasil.

MESQUITA, L., 2008. Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia (Orgs.), 2010. Mídia, representação e democracia. São Paulo: Hucitec.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. Opinião Pública, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005.

MUELLER, B., 2000. Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo: O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, nº 43, pp. 45-68.

NICOLAU, J., 1999. Banco de Votações Nominais durante o Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso. IUPERJ, Rio de Janeiro.

NICOLAU, J., 2002. Como controlar os representantes? Considerações sobre as eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 219- 236.

NICOLAU, J., 2006. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, 49(4), 689-720.

NICOLAU, J., 2007. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. In J. Nicolau & T. Power, eds. Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG.

NORRIS, P., 2001. Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide, Cambridge University Press.

NORRIS, P., 2003 Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. Party Politics, 9(1): 21-45.

NORRIS, P. (Ed), 1998. Elections and Voting Behavior: new challenges, new perspectives. Dartmouth, Ashgate.

NORRIS, P., 2001. Digital Divide, Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. Cambridge: Cambridge University.

NORTON, P., 2007. Four models of political representation: British MPs and the use of ICT. In: The Journal of Legislative Studies, Vol 13. Nº3. September, p. 354-369.

OFFE, Clauss, 1883. A democracia partidária competitiva e o Welfare States Keinesiano: fatores de estabilidade e desorganização. Dados, v. 26, n.1.

PAULA, Carolina Almeida de., 2010. Para diversificar o estudo da conexão eleitoral no Brasil: uma agenda de pesquisa. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 118-133.

PEREIRA, C. & MUELLER, B., 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 734-771.

PEREIRA, C. & RENNÓ, L., 2001. O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, 44(2), pp.133-172. DOI: 10.1590/s0011-52582001000200004

PEREIRA, C. & RENNÓ, L., 2007. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, 27(4), pp.664-683. DOI: 10.1590/S0101-31572007000400010

PEREIRA, C., 2000. What Are the Conditions for the Presidential Success in the Legislative Arena? The Brazilian Electoral Connection. Ph.D. Dissertation, The New School University, New York.

PEREIRA, C., MUELLER, B., 2000. Uma teoria da preponderância do poder Executivo: O sistema de comissões no Legislativo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n° 43, p. 45-67.

PEREIRA, C.; MUELLER, B., 2002. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. *Dados*, v. 45, n. 2, p. 265–301, jan.

PEREIRA, C.; MUELLER, B., 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, n. 4, p. 735–771.

PESSANHA, Charles., 1997. Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no Brasil: 1946-1994. Tese de Doutorado, USP, São Paulo.

POGREBINSCHI, T., SANTOS, F., 2011. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados*, vol. 54, n° 3, p. 259- 305.

POPKIN, S., 1991. *The Reasoning Voter*. Chicago: The University of Chicago Press.

RECUERO, R., 2009. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina.

RECUERO, R., 2016. O Twitter como esfera pública: como foram descritos os candidatos durante os debates presidenciais do 2º turno de 2014? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 157-180.

RENNÓ, L. R., INÁCIO, M., 2009. *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Editora UFMG.

RICCI, P., 2008. A Produção Legislativa de Iniciativa Parlamentar no Congresso: Diferenças e Similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal In L. Lemos (org.), *O*

Senado Federal Brasileiro no Pós-Constituinte Brasília, Edições Unilegis de Ciência Política, vol. 4, pp. 237-271.

ROSSETTO, G. P. N.; CARREIRO, R.; ALMADA, M. P., 2013. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. *Revista ComPolítica*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 189.

ROSSINI, P. G. C.; LEAL, P. R. F., 2012. Online Campaigns in the social media era: a case study of Twitter use during 2010's elections in Brazil. 22th World Congress of Political Science (IPSA), Madrid, Spain.

ROSSINI, P. G. C.; LEAL, P. R. F., 2013. Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais: o comportamento do eleitor no Twitter nas Eleições 2010. *Revista Compolitica*, v. 3, p. 7-28.

SAMUELS, D. J., 1999. Incentives to Cultivate a Party Vote in a Candidate-Centric Electoral System. *Comparative Political Studies*, vol. 32, nº 4.

SAMUELS, D. J., 2001. Incumbents and Challengers on a Level Playing Field: Assessing the Impact of Campaign Finance in Brazil. *Journal of Politics*, vol. 63, pp. 569-584.

SAMUELS, D. J., 2002. Pork Barreling Is Not Credit Claiming or Advertising: Campaign Finance and the Sources of the Personal Vote in Brazil. *The Journal of Politics*, vol. 64, pp. 845-863.

SAMUELS, D. J., 2003. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil* New York, Cambridge University Press.

SAMUELS, D. J., 2004. Presidentialism and Accountability for the Economy in Comparative Perspective. *American Political Science Review*, vol. 97, pp. 425-436.

SAMUELS, D. J., 2006. Financiamento de Campanha no Brasil e Proposta de Reforma, in G. A. D. Soares e L. Rennó (orgs.), *Reforma Política: Lições da História Recente* Rio de Janeiro, FGV Editora, pp. 133-153.

SAMUELS, David J., 1998. *Careerism and its Consequences: Federalism, Elections, and Policy-Making in Brazil*. Ph.D. Dissertation, University of California, San Diego.

SANTOS JUNIOR; TAVARES, 2016. Análise de redes sociais aplicada à Comunicação Política: uma proposta metodológica. In: 40o. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Anais do 40o. Encontro Anual da ANPOCS, 2016. v. 1. p. 1-31.

SANTOS, F., 1995. Microfundamentos do Clientelismo Político no Brasil: 1959-1963. *Dados*, vol. 38, nº 3, pp. 459-496.

SANTOS, F., 2002. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, vol. 45, nº 2, p. 237-264.

SANTOS, F., 2003. *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

SANTOS, M., 2006. As Teorias Positivas sobre a organização do legislativo e as explicações sobre o Congresso Nacional. Recife. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, M., 2008. Teoria e Método nos Estudos sobre o Legislativo Brasileiro no Período 1994- 2005. BIB, nº 62, p. 1-31.

SANTOS, W. G., 2002. Votos e partidos. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países. Rio de Janeiro: FGV. NUCLEO DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA. s/d. Banco de dados do Núcleo de Pesquisas.

SHEPSLE, K. A.; WEINGAST, B. R., 1994. Positive Theories of Congressional Institutions. *Legislative Studies Quarterly*, v. 19, n. 2, p. 149–179.

SHUGART, M. & CAREY, J.M., 1992. *Presidents and Assemblies: Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

SILVA, G. P. DA; SILOTTO, G., 2015. Are Brazilian Electoral Districts Actually Built? The Relevance of Socio-economic Conditions on the Dispersion of Votes for Brazilian Congress. In: 73a MIDWEST POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION ANNUAL MEETING. CHICAGO. Chicago, EUA.

SILVA, F. W. O., 2015. Personalização da representação política: um estudo sobre as estratégias de comunicação dos deputados Marco Feliciano e Jean Wyllys no Twitter. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza.

SIMONI, JUNIOR, R.M. RIBEIRO, 2019. O surgimento do PSD e o sistema partidário brasileiro. *Política & Sociedade*. 18 (42), 54-85.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Portal do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/>> Acesso em: agosto de 2021.

VACCARI, C., 2013. *Digital politics in Western democracies: a comparative study*. London: Johns Hopkins University Press.

VEIGA, L. ET AL., 2008. Conexão Eleitoral em uma Assembléia Legislativa: a atuação do parlamentar e atitude do eleitor. In 6º Encontro da ABCP. Campinas.

VIEIRA, F. A., 2017. Parlamentares e internet: uma análise comparada do perfil de uso das tecnologias digitais por deputados federais e senadores do Brasil, Chile e Uruguai. Dissertação em [Ciência Política]. Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR).

WATTENBERG, M. P. *Parties Without Partisans*. New York: Oxford University.

WEINGAST, B. R.; SHEPSLE, K. A.; JOHNSEN, C., 1981. The Political Economy of Benefits and Costs: A Neoclassical Approach to Distributive Politics. *Journal of Political Economy*, v. 89, n. 4, p. 642–664.

WEAVER, R. K., & ROCKMAN, B. A. (Eds.), 2010. Do institutions matter? Government capabilities in the United States and abroad. Brookings Institution Press.

ZITTEL, T., 2003. Political representation and the internet: wither responsible party government? Disponível em: www.apsanet.org/~lss/newsletter/jan03/zittel.htm. Acesso em: 09/02/2022.

ANEXO A – Classificação quanto à composição dos blocos parlamentares

	Bloco Parlamentar	Composição partidária e Número de parlamentares por partido	Número de parlamentares que compõem
1	Bloco Governista	PSL (52), PP (38), PSD (35), MDB (34), PR (33), PRB (30), DEM (29), PSDB (29), PTB (10), PSC (8) e PMN (3)	301
2	Bloco Progressista	PDT (28), Pode (17), Solidariedade (13), PCdoB (10), Patri (9), PPS (8), Pros (8), Avante (7), PV (4) e Democracia Cristã (1)	105
3	Oposição	PT (54), PSB (32), Psol (10) e Rede (1)	97
4	Independente	Novo (8) e PTC (2)	10

ANEXO B – Classificação quanto ao cargo ocupado de liderança

	Nome do Deputado Federal	Partido/Bloco em que ocupa o cargo de liderança
1	André Figueiredo	PDT
2	André de Paula	PSD
3	Arthur Lira	PP
4	Augusto Coutinho	SD
5	Baleia Rossi	MDB
6	Carlos Sampaio	PSDB
7	Daniel Coelho	PPS
8	Delegado Waldir	PSL
9	Elmar Nascimento	DEM
10	Fred Costa	PATRI
11	Gilberto Nascimento	PSC
12	Ivan Valente	PSOL
13	Jhonatan de Jesus	PRB
14	José Nelto	PODE
15	José Rocha	PR
16	Leandre	PV
17	Luis Tibé	AVANTE
18	Marcel van Hattem	NOVO
19	Orlando Silva	PCdoB
20	Paulo Pimenta	PT
21	Pedro Lucas Fernandes	PTB
22	Tadeu Alencar	PSB
23	Toninho Wandscheer	PROS
24	Vitor Hugo	GOVERNO

ANEXO C – Exemplos de classificação de conteúdo por assunto

ASSUNTO AGENDA E INFORMAÇÃO

Leônidas Cristino
8 de fevereiro de 2019 · 🌐

#Agenda: Ainda na tarde de quinta-feira, 7, em reunião com o secretário de Turismo do Ceará, Aivaldo Pinho, o deputado federal Leônidas Cristino colocou em pauta as demandas de melhorias para o turismo nos municípios de Camocim, Ubajara, Ipu, São Benedito e Maranguape. #LeônidasCristino #DeputadoFederal #Ceará #AssessoriaLeônidas



66 4 comentários 4 compartilhamentos

👍 Curtir 🗨️ Comentar ➦ Compartilhar

Deputado Edio Lopes está com Gute Brasil e Ohanna Brasil.
5 de fevereiro de 2019 · 🌐

#Brasília | Recebi nesta tarde de hoje (5) em meu gabinete aqui na Câmara dos Deputados, o prefeito Gute Brasil, de Normandia, e Ohanna Brasil, importante liderança indígena do nosso estado. Na ocasião, conversamos sobre nossas parcerias em projetos e ações no município, visando melhorias na qualidade de vida da população. No município, tenho trabalhos nas áreas de saneamento básico, agricultura familiar indígena, eletrificação rural, de infraestrutura urbana, entre outras.

🇧🇷 O Nosso Trabalho Não Pode Parar

#DeputadoEdioLopes #ONossoTrabalhoNãoPodeParar #BoaNoite #Normandia #Roraima



Sérgio Souza
11 de fevereiro de 2019 · 🌐

#Jesuitas | Recebi o prefeito Junior Weiller e o vice-prefeito Edicarlos Grizzotto Oliveira. Na pauta, as demandas, recursos e novos projetos que estão em andamento em várias áreas do Município. Parceria que deu certo!

Sérgio Souza
Edicarlos Grizzotto Oliveira
Prefeitura Municipal de Jesuitas



Professora Dayane Pimentel
2 de fevereiro de 2019 · 🌐

Quanta alegria de participar desse momento com meus baianos!!! Várias cidades do estado representando nossa Bahia! Muito obrigada pela presença VOLUNTÁRIA de cada um de vocês!!! Venha me visitar você também, guerreiro(a)! Vamos juntos, minha BAHIA!!! 🇧🇷🇧🇷🇧🇷



168 14 comentários 29 compartilhamentos

Carlos Veras
7 de fevereiro de 2019 · 🌐

Recebi nesta tarde lideranças indígenas, entre eles o companheiro Ysso Truká, líder do povo Truká e representante do conselho distrital de saúde indígena de Pernambuco. Discutimos, no encontro, o projeto de Jair Bolsonaro de municipalizar a saúde indígena. Ou seja, de entregar para os municípios a função de cuidar da saúde dos povos indígenas, que hoje é de responsabilidade do Governo Federal, através da Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde. Mais uma medida irresponsável do governo de Jair Bolsonaro, iniciada com a expulsão dos médicos cubanos que atendiam várias tribos. Seremos contra esse projeto e defenderemos com unhas e dentes os direitos dos povos indígenas. #CarlosVeras #NãLutaComAGente #PovosIndigenas #SaudeIndigena



Hercilio Coelho Diniz está em Brasília.
13 de fevereiro de 2019 · 🌐

Protocolado o pedido da criação da CPMI! Ainda hoje, protocolamos na secretaria-geral da Mesa do Senado o pedido da criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar e investigar os responsáveis pela tragédia causada pelo rompimento da barragem de Brumadinho. #HCD #HCDETrabalho



Eduardo Costa está com Antonio Carlos.
7 de fevereiro de 2019 · 🌐


Estive em reunião nesta quarta-feira (6), em Brasília/DF, com representantes do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Pará e Amapá, que me apresentaram as demandas da categoria, em nível regional e nacional. Na ocasião também fui convidado para a posse da nova diretoria do sindicato, que acontece nesta sexta 🇧🇷, em Benevides.

#Cidadania #Segurança #Polícia 🇧🇷 #Respeito#Confiança #Credibilidade



Geovania de Sá
4 de fevereiro de 2019 · 🌐

Na Câmara Federal, já estivemos reunidos com a secretaria da Mesa Diretora. O trabalho recomeça ainda mais intenso neste novo mandato, mas certamente será recompensado. O catarinense só tem a ganhar. #deputadageovianadesa #aforçadotrabalho #cuidandobemdaspessoas #amorporsantacatarina #amorpelobrasil



ASSUNTO GERENCIAMENTO DE IMAGEM PESSOAL

Herculano Passos
2 de fevereiro de 2019 · Itu, São Paulo · 🌐

Olá! Parabéns para minha querida cidade de Itu pelos 409 anos de história. Que Deus abençoe a toda comunidade ituana!



331 42 comentários 61 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar



Edna Henrique
4 de fevereiro de 2019 · 🌐

Hoje o dia é de falar mais sobre a luta contra o câncer. Uma oportunidade muito importante para expor conceitos, falar sobre a doença, enfatizar a importância da prevenção aos fatores de risco e do diagnóstico precoce. Com estratégias corretas, pode-se prevenir um terço dos tipos de câncer mais comuns. Nesta data tão especial, meu abraço apertado a todas as pessoas que lutam diariamente contra esse mal nos vários hospitais da nossa Paraíba. Juntos, podemos ser mais forte que o câncer. 🥰❤️ — em Brasília.

58 1 comentário 6 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes ▾

Josete Nascimento
Parabéns
Curtir Responder 3 a

Escreva um comentário...
Pressione Enter para publicar.

Sóstenes Cavalcante ✓
11 de fevereiro de 2019 · 🌐

Matriculando o Sóstenes Michael Cavalcante, daqui 5 anos, um novo Engenheiro. Deus te abençoe meu filho! 🙏 Parabéns !!!



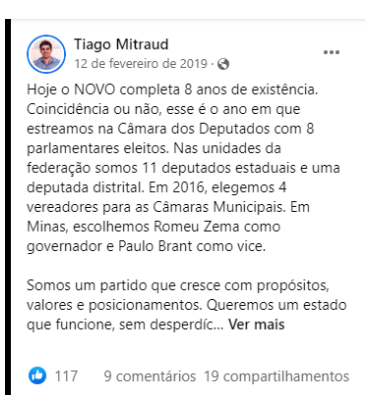
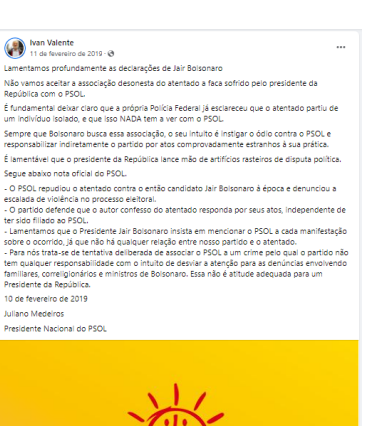
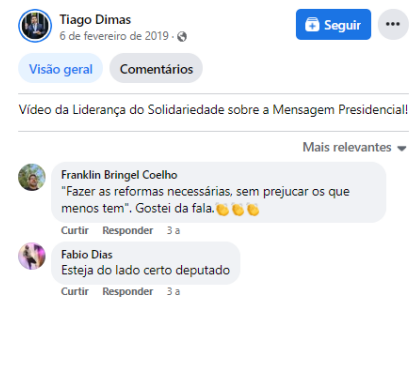
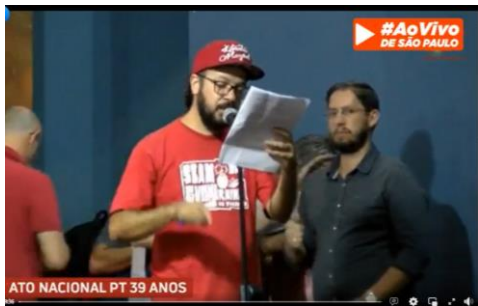
123 36 comentários 3 compartilhamentos

Marco Bertaiolli está com Mara Bertaiolli.
6 de fevereiro de 2019 · 🌐

Hoje é um dia lindo. Aniversário da mulher da minha vida. A Mara transforma a minha vida e me faz mais feliz a cada dia. Com brilho no olhar, com sorriso no rosto, um espírito solidário maior que ela, a Mara faz a nossa vida melhor. Meu amor, muita saúde, Deus ilumine todos os seus dias, e te proteja sempre. Te amo! ❤️



ASSUNTO ÊNFASE NA ATIVIDADE DO PARTIDO

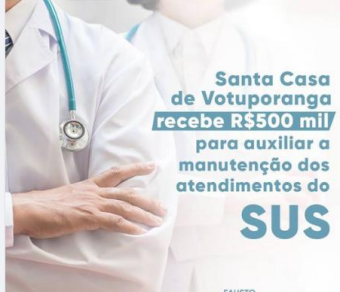


ASSUNTO PROJETOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fausto Pinato 7 de fevereiro de 2019

Destinei uma emenda que beneficiará mais de 500 mil pessoas que necessitam do serviço de saúde pública na região noroeste do estado de São Paulo.

Saiba mais: <http://bit.ly/2tcgQ3W>



Carlos Gomes 12 de fevereiro de 2019

Os municípios de Itatiba do Sul e Centenário já foram contemplados por recursos enviados por Carlos Gomes para as áreas da saúde e do esporte. O primeiro obteve a indicação do deputado federal de R\$ 190 mil, em 2017, para a aquisição de uma van para o transporte de pacientes e R\$ 100 mil, em 2018, para equipamentos para a rede de saúde. O segundo recebeu R\$ 400 mil, em 2015, para a obra de ampliação do ginásio Marechal Deodoro da Fonseca. Carlos encontrou-se hoje com o vereador Luiz do Prado e o vice-prefeito de Itatiba do Sul, Gentil Zati, e com o vereador Jandir Pietrowski e o vice-prefeito de Centenário, Jacir Polinski, que solicitaram a manutenção da destinação de verbas para qualificar o atendimento oferecido à comunidade. #VamosEmFrente



Daniel Almeida está com **Elias Nunes Dourado** e outras 2 pessoas em Serrolândia. 11 de fevereiro de 2019

A bola já pode rolar! Estivemos em Serrolândia junto com o governador Rui Costa, o prefeito Gonçalves e demais autoridades para entregar o gramado sintético do estádio Waldtrudes Carneiro de Magalhães. A obra contou com investimento de R\$ 500 mil, viabilizado por meio do nosso mandato, através da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesp). Uma das nossas prioridades é o apoio ao esporte na região, o equipamento será utilizado pelos jovens que integram o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Porém, o trabalho e parceria não param por aqui! Já estamos buscando apoio para mais investimentos na educação, cultura e saúde de Serrolândia.

Fotos: Alberto Coutinho/GOVBA



Dr. Mário Heringer 11 de fevereiro de 2019

[RESPEITO ACIMA DE TUDO]

Sou um defensor da saúde mental. Vez ou outra falo sobre esse tema aqui na página, porque sei que o assunto ainda é um tabu, apesar de estarmos em 2019, ainda vemos preconceitos com pessoas portadoras de doenças mentais. Um total absurdo. Sou médico e vejo a necessidade de se falar nisso com muito respeito!

Há vários tipos de problemas relacionados a essa área e quero exaltar aqui o trabalho do CAPS, espalhado por várias cidades do país. O Centro de Apoio Psicossocial desenvolve trabalhos realmente relevantes a toda sociedade. Eles atendem pessoas com transtornos mentais severos e persistentes. Em algumas cidades, dependendo do número de habitantes, há também um CAPS voltado para crianças e adolescentes e outro para dependentes químicos.

O CAPS assumiu um papel estratégico na organização da rede comunitária de cuidados. Desenvolvem projetos terapêuticos, afim de melhorar a qualidade de vida do paciente, cuidando também de sua cidadania. Muitos são reinseridos na sociedade, porque têm um acompanhamento espetacular dos profissionais que trabalham nessa área.

Como deputado, já destinei recursos ao CAPS de algumas localidades, inclusive de minha querida Manhumirim. E parabéns a todos que por lá se dedicam e fazem um trabalho exemplar.

O CAPS é fundamental! Um trabalho que merece nosso reconhecimento e respeito.

Vander Loubet 12 de fevereiro de 2019

#AscomVander

CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COMEÇA A SER CONSTRUÍDO EM RIO BRILHANTE

A previsão de entrega da obra é de quatro meses. Estão sendo investidos R\$ 300 mil oriundos de emenda parlamentar do deputado federal **Vander Loubet** e do ex-deputado federal **Zeca do PT**, com contrapartida do Governo do Estado por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (**Semagro**). O espaço deverá beneficiar diretamente 50 famílias.

Saiba mais aqui: <http://bit.ly/120219-centro-comercializacao-rio-brilhante>

#VanderLoubet #FazMaisPorVocê #AgriculturaFamiliar #RioBrilhante #ZecaDoPT

Luiz Flávio Gomes 13 de fevereiro de 2019

Somos o quinto país que mais mata no trânsito de acordo com dados Organização Mundial de Saúde. 400 mil pessoas por ano são afetadas por acidentes de trânsito no Brasil, segundo levantamento do Observatório Nacional de Segurança Viária. O estudo revela que 47 mil pessoas morrem em decorrência dessa violência.

Para agilizar a reparação de danos às vítimas de crimes de trânsito e dar efetividade em eventual condenação dos culpados apresentei o Projeto de Lei 466/2019. A proposta visa tornar mais célere a tramitação de processos judiciais relacionados, bem como estabelecer aumento de pena, criar instrumentos para a aplicação de medidas assecuratórias e alienação antecipada de bens.

#LuizFlávioGomes #CrimesDeTrânsito #ProfessorLFG #Federal #ProjetoDeLei #PL466 Ver menos

364 69 comentários 70 compartilhamentos

Escreva um comentário...
Pressione Enter para publicar.

Carlos Henrique Gaguim 13 de fevereiro de 2019

Projeto de Lei de Gaguim beneficiará municípios com mais profissionais da saúde como médicos e dentistas

Autor do Projeto de Lei 11164/18, o deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO) propõe a criação de facilidades financeiras, como benefícios fiscais, para ATRAIR a presença dos profissionais de saúde que apresentam maiores carências numéricas, como médicos e dentistas. A propositura beneficiará de forma direta o Tocantins, pois o projeto abrange mu...
Ver mais

113 9 comentários 8 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Giovani Feltes 11 de fevereiro de 2019

Foi dada a largada para importantes obras em rodovias da Serra gaúcha. Na última sexta-feira () ocorreu a assinatura do contrato para as obras na intersecção do acesso a São Francisco de Paula, na ERS-020. Estive representado na ocasião pelo Luia (Luís Carlos Heidrich), importante liderança do Vale do Paranhana. Uma obra aguardada há muito tempo que, ao lado de outros investimentos que alcançamos nos últimos quatro anos, estão melhorando a segurança e as condições de tráfego... Ver mais

17 4 comentários 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

ASSUNTO ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO

Alexandre Padilha
2 de fevereiro de 2019

Fala pessoal!
Como forma de combater a transfobia na sociedade, a CAIS - Centro de Apoio e Inclusão de Travestis Mulheres Transsexuais e Homens Trans - e outras instituições LGBTI+ se reunirão para comemorar o dia da visibilidade Trans.
É logo mais, às 13h. Concentração na R. Líbero Badaró, 39.

CONCENTRAÇÃO
R. LIBERO BADARÓ, 39
A PARTIR DAS 13H00

Flordelis
2 de fevereiro de 2019

Na próxima quinta-feira, venha festejar meu aniversário em um grande culto na sede do Ministério Flordelis.

Jerônimo Goergen criou uma enquete.
5 de fevereiro de 2019

Você concorda com a venda de ações do Banrisul?

29% Sim
71% Não

Esta enquete terminou. 404 votos

7 14 comentários 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Deputado Gurgel
9 de fevereiro de 2019

Tudo pronto aqui em Cabo Frio para ouvir a opinião e sugestões de todos.
Nosso mandato é colaborativo e todos vocês fazem parte dele. Sou o seu representante!
Participe!
Sua presença é muito importante!
Local: Academia H2 Sport
Endereço: Rua Alemanha n° 154
Bairro Jardim Caiçara

Deputado Federal Ze Silva
14 de fevereiro de 2019

A sua opinião é fundamental para a construção dos nossos projetos. Participe!
<http://www.opinaqui.com.br/minas.html>

Luizianne Lins
12 de fevereiro de 2019

Amanhã o Supremo Tribunal Federal (STF) terá que decidir: a discriminação contra pessoas LGBT+ deve ser crime no Brasil? Assine a petição e pressione o STF a decidir pela vida e a barrar o ódio.

STF-ALLOUTBRASIL.ORG
A discriminação contra pessoas LGBT+ deve ser crime no Brasil?

135 12 comentários 22 compartilhamentos

Marcelo Calero
4 de fevereiro de 2019

Seguir

Visão geral Comentários

Aqui, você tem voz. Participe! Você pode fazer denúncias, sugerir projetos e iniciativas, além de solicitar agenda! Whatsapp: 21 99599-2323 Instagram: @marcelocalero Twitter: @caleromarcelo

Jerônimo Goergen
4 de fevereiro de 2019

Qual a idade mínima que você acha adequada para aposentadoria?

100 312 comentários 3 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

MANDATO PARTICIPATIVO
Planejamento com a Sociedade

Queremos ouvir sugestões e propostas da população amazonense para compor as ações do nosso mandato de deputado federal.

09 FEVEREIRO 9h SÁBADO

José Ricardo
DEPUTADO FEDERAL

Audatório da UEA
Escola Normal Superior
Av. Gama Torres 30-21 - Evareis
(92) 99177-1313

José Ricardo
4 de fevereiro de 2019

MANDATO PARTICIPATIVO

Nossa postura política sempre foi de manter o mandato participativo. Por isso, você pode dar sugestões e outras propostas de ação para nosso mandato. Participe!

58 comentários 110 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Elas Deputado, continue com o seu trabalho firme e forte, votou no sr e estou com muito mais orgulho das suas últimas atitudes. Não sei o seu último mandato, ainda tem muito o que defender as causas trabalhadoras.

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.

Camillo Capiberibe criou uma enquete.
5 de fevereiro de 2019

Tava falando sobre a reforma da previdência hoje. O que vocês acham? Vocês concordam que a idade mínima para que homens e mulheres possam se aposentar, no Brasil, seja de 65 anos como é a proposta do governo?

Esta enquete terminou. 40 votos

9 1 compartilhamento

Curtir Comentar Compartilhar

Escreva um comentário...

Pressione Enter para publicar.



ASSUNTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO-PROGRAMÁTICO

Alencar Santana 13 de fevereiro de 2019 · 🌐

Homofobia é crime!

O Brasil é o país que mais agride a população LGBT no mundo. Não podemos aceitar crimes motivados por preconceito, qualquer que seja.

Hoje, o STF vai julgar um pedido de criminalização da homofobia.

#CriminalizaSTF

Carla Zambelli 13 de fevereiro de 2019 · 🌐

A um tribunal cabe APLICAR AS LEIS, e não criar novas, sobretudo em matéria criminal.

A mera discussão da possibilidade de o STF "criminalizar a homofobia" é uma agressão à Constituição e uma afronta ao voto do eleitor.

#ADO26NAO #MI4733NAO

Luiz Philippe de Orleans e Bragança 14 de fevereiro de 2019 · 🌐

Este é o governo que a esquerda financiou e apoiou durante anos com o dinheiro do contribuinte brasileiro. Não se importam com a fome da população ou com a falta de hospitais. Ignoram o alto número de mortes neonatais por falta de itens básicos como fórmula.

Apoiamos [Juan Guaidó](#) porque os venezuelanos são um povo, e não uma propriedade partidária ou ideológica.

Não há saída para um governo que, na figura da vice-presidente, recusa ajuda humanitária para seu povo faminto e acusa a filantropia de ataque biológico.

Em dois anos o Estado da Venezuela e o Regime Maduro mataram mais de 8 mil pobres e vulneráveis. O único artefato bélico na situação é o governo de Maduro.

O socialismo é a verdadeira arma de destruição em massa.


Gilson Marques 8 de fevereiro de 2019 · 🌐

Nós subimos três posições no Índice de Liberdade Econômica. Agora, estamos em 150º lugar! Muito longe do topo e até de vizinhos como Colômbia, Panamá e Paraguai.

Enquanto eles estão acelerando seu crescimento, nós ficamos estagnados. Eu e toda a Bancada do NOVO estamos trabalhando dia e noite para mudar esse quadro.

Vamos desburocratizar, cortar gastos e privatizar. Está na hora da gente colocar o Brasil no rumo certo.

Em parceria com a Fundação Heritage e o Insituto Monte Castelo, a Gazeta do Povo publica com exclusividade no Brasil o ranking que coloca o país na posição 150, de

 **José Nelto**
8 de fevereiro de 2019 · 🌐

[Seguir](#) ⋮

[Visão geral](#) [Comentários](#)

Sou totalmente contra o projeto que descriminaliza o uso de drogas apresentado para o presidente da Câmara @rodrigomaiarj. Vou combater ferozmente esse absurdo que autoriza o uso, compra, armazenamento e transporte de drogas. Conto com seu apoio!
#brasilsemdrogas #drogasnao #drogasnunca
Ver menos

Mais relevantes ▾

 **Idilvan**
6 de fevereiro de 2019 · 🌐

Se a proposta de reforma da Previdência retirar a aposentadoria especial dos professores: já sou CONTRA!
<https://economia.uol.com.br/.../reforma-da-previdencia...>



"Feliz aquele que transfere o que sabe, e aprende o que ensina."
Cora Coralina